

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

DAS RELAÇÕES SOCIAIS EM DUAS CAPITAIS COLONIAIS PORTUGUESAS:
RIO DE JANEIRO E LOURENÇO MARQUES

Autor: Eugénio José Brás

Brasília, 2006.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

DAS RELAÇÕES SOCIAIS EM DUAS CAPITAIS COLONIAIS PORTUGUESAS:
RIO DE JANEIRO E LOURENÇO MARQUES

Autor: Eugénio José Brás

Dissertação apresentada ao
Departamento de Sociologia da
Universidade de Brasília/UnB como
parte dos requisitos para a obtenção do
título de Mestre.

Brasília, abril de 2006.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DAS RELAÇÕES SOCIAIS EM DUAS CAPITAIS COLONIAIS PORTUGUESAS:
RIO DE JANEIRO E LOURENÇO MARQUES

Autor: Eugénio José Brás

Orientador: Doutor Brasilmar Ferreira Nunes (UnB)

Banca: Prof. Doutor Brasilmar Ferreira Nunes..... (UnB)

Prof^ª. Doutora Maria Angélica B. G. Madeira..... (UnB)

Prof^ª. Doutora Wivian Weler..... (UnB)

Prof^ª. Doutora Mariza Veloso (suplente)..... (UnB)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao meu professor e orientador Professor Dr. Brasilmar Ferreira Nunes, pelo seu contributo na minha formação acadêmica desde a graduação, pelo encorajamento, diálogos e sugestões que em muito contribuíram para a realização do presente trabalho.

Ao CNPq, pela concessão da bolsa de estudos, sem a qual afetaria negativamente meu desempenho acadêmico.

Aos professores que participaram da minha formação acadêmica, e que também contribuíram com indicações valiosas de pesquisa por ocasião da Banca de Defesa de Projeto:

à professora Dra. Maria Angélica B. G. Madeira

à professora Dra. Mariza Veloso Motta Santos

à professora Dra. Wivian Weller

e aos demais professores do departamento de Sociologia.

Os meus agradecimentos ao Evaldo ao Abílio e ao Junior, que com o seu serviço na secretaria têm contribuído para resolver todas as questões práticas concernentes ao meu vínculo com o departamento.

Aos meus colegas do curso pelas contribuições e diálogos do sobre o tema.

Ao Gilberto e ao Pastor, que me auxiliaram com seus conhecimentos de informática.

Aos meus familiares pelo apoio em todos os momentos

A Shian-Tin Brás minha querida esposa pelo seu amor e apóio em todos os momentos.

E a Deus, pelo dom da vida e pela saúde ao longo dos anos.

A todos muito obrigado.

RESUMO

A presente dissertação sob o título “Das relações sociais em duas capitais coloniais portuguesas: Rio de Janeiro e Lourenço Marques”, tem como objetivo observar em que medida os processos de urbanização nas duas cidades contribuíram para o surgimento de classificações étnicas e “raciais” no período pós-colonial.

Deste modo analisamos o processo de urbanização das duas cidades coloniais portuguesas, desde o período em que estas adquirem o estatuto de capitais das respectivas colônias, até o ano da independência colonial de Portugal. E para o Rio de Janeiro o período estudado vai de 1763 a 1822, e em Lourenço Marques o recorte considera os anos de 1887 a 1975. Analisam-se as estruturas das hierarquias sociais nos dois espaços urbanos, levando em consideração as formas de sociabilidade, as relações de poder que produziram um espaço urbano segregado por classes, “raça” e status sociais.

A partir do resgate das experiências urbanas medievais portuguesas até ao período “pombalino”, apreendemos a dinâmica da ideologia urbana portuguesa no seu processo histórico. Enquanto que no Brasil percebemos uma forte presença da Igreja como agente modelador do espaço, em Lourenço Marques, o Estado assumiu o controle total do processo. Nossa análise priorizou três categorias: A Igreja, a casa e a rua.

E pela característica do processo de urbanização ocorrido no Rio de Janeiro, percebemos que a mesma contribuiu para a o surgimento de classificações étnicas e “raciais” ambíguas no período pós-colonial. E enquanto que, em Lourenço Marques, o modo de urbanização levado a cabo pelos portugueses, contribuiu para a formação de classificações étnicas e “raciais” definidas.

ABSTRACT

The present dissertation entitled “Das relações sociais em duas capitais coloniais portuguesas: Rio de Janeiro e Lourenço Marques” aims to observe how the urbanization process of two colonial cities has contributed to the rising of ethnic and “racial” classifications in the post colonial period.

Thus we analyse the urban process of the two Portuguese colonial cities, from the time both of them become the capitals of the respective colonies, until their independence from Portugal. To Rio de Janeiro the period goes from 1763 to 1822 and to Lourenço Marques the time frame goes from 1887 to 1975. It is analysed the structure of the social hierarchy in both urban spaces, taking into account the forms of sociabilities, the power relations that issued in a segregated urban spaces in classes, “race” and social status.

Recovering the medieval urban experiences of the Portuguese till the “pombalino” period, we apprehend the dynamic of the portuguese urban ideology in its historical process. While in Brazil we notice a strong presence of the Catholic Church as a shaping agent of the space, in Lourenço Marques, on the other hand, the State has assumed the total control of the whole process. Our analyses has prioritized three categories: The Church, the house and the street.

And by the characteristic of the urbanization process in Rio the Janeiro, we have realized that it has contributed to the rising of ambiguous ethnic and “racial” classifications in the post-colonial time. As to Lourenço Marques, the urbanization process led by the portuguese has contributed to the formation of a definite ethnic and “racial” classifications.

ÍNDICE

Agradecimentos	II
Resumo	III
Introdução	001
Capítulo 1. Da Ideologia Portuguesa ao Semeador e Ladrilhador.	018
1.1 Da Ideologia Portuguesa	018
1.2 Do Semeador ao Ladrilhador	032
Capítulo 2. Rio de Janeiro e a Construção Social do Espaço.	040
2.1 A Igreja	048
2.2 A Casa	058
2.3 A Rua	066
Capítulo 3. Lourenço Marques e a Construção Social do Espaço.	073
3.1 A Igreja	075
3.2 A Casa	083
3.3 A Rua	094
Capítulo 4. Rio de Janeiro e Lourenço Marques, duas capitais coloniais	101
Conclusão	113
Bibliografia	118

Introdução

1.1 Tema de Dissertação e Hipótese

Na presente dissertação pretendo analisar o processo de urbanização de duas cidades coloniais específicas, que desempenharam um papel fundamental para as respectivas colônias: Rio de Janeiro e Lourenço Marques.¹ Ambas cidades coloniais portuguesas no Brasil e em Moçambique.

A partir de uma análise da ideologia urbana portuguesa para as duas cidades, pretendo compreender a estrutura da hierarquia social do espaço urbano, analisando as formas de sociabilidade, as relações de poder que vão produzir um espaço urbano segregado. Entendo que o espaço, como um sistema de relações e estruturas, toma suas formas e dinâmicas a partir de fatores exógenos e endógenos, pela evolução do conjunto e também dos elementos isolados. Isto, todavia, nos leva também a uma dimensão histórica do espaço, já que sua formação supõe uma acumulação de ações localizadas em diferentes momentos.

O processo de urbanização, que vai possibilitar o surgimento de comunidades e bairros está vinculado a uma combinação de fatores políticos, econômicos e culturais, no que concerne à forma em que os habitantes da cidade se envolvem na construção/expansão da mesma, e isto não passa somente pela presença de novos edifícios e infra-estrutura urbana, mas também pelos usos e discursos, públicos e privados que a partir dela (a cidade) se articulam.

A hipótese que proponho sustentar é a seguinte: as características do processo de urbanização peculiares a cada uma das cidades durante o seu período colonial, contribuíram em grande medida para uma classificação e categorização étnica e “racial” diferenciada nas duas sociedades no período pós-colonial. Enquanto que o processo de urbanização do Rio de Janeiro, mediante suas formas de sociabilidade, suas relações de poder e de dominação, bem como a ocupação do espaço, vão contribuir para a produção de um discurso e classificação étnicos e “raciais” ambíguos. Em Lourenço Marques, diferentemente, os processos de urbanização contribuíram para uma classificação e discursos definidos. Dito de outra forma, é que as classificações, categorias, e os

¹ Passou a se chamar Maputo desde a independência de Moçambique em 1975.

respectivos discursos “raciais” em ambas as sociedades no período pós-colonial, são em grande medida, resultantes do tipo de urbanização levada a cabo pelos portugueses em cada uma das cidades.

Quando me refiro à *classificação* aqui, é no sentido abordado por Durkheim (1999), que se refere à faculdade dos indivíduos em classificar os seres, os acontecimentos, os fatos do mundo em gêneros e em espécies, em subordiná-los uns aos outros, em determinar suas relações de inclusão e de exclusão.

Para Durkheim, classificar coisas, é ordená-las em grupos distintos entre si, separados por linhas de demarcação nitidamente determinadas. Este é um mecanismo fruto da socialização do indivíduo em sociedade. A partir da classificação das coisas, o mesmo chega à classificação dos homens.

É importante em primeiro lugar deixar claro que, a presente dissertação não tem como enfoque central o debate sobre a questão racial nem os seus derivados, e sim, como os diferentes segmentos sociais se formam no processo de urbanização das duas cidades coloniais, suas formas de sociabilidade numa sociedade estratificada e segregada, suas relações com o espaço urbano; como este afetou ou condicionou as relações sociais, e como estas por sua vez transformam o espaço em seu benefício. E segundo, que os fatores que vão contribuir para os tipos classificatórios e discursivos de *raça* em cada uma das sociedades, não se verificaram somente nas cidades em questão, mas os mesmos vão poder ser observados um pouco por toda a colônia, o que também vai justificar a sua espacialidade no território.

A referência às duas cidades, é baseada no fato de serem ambas capitais coloniais, o que confere a elas uma preeminência no aspecto político e estratégico, no que concerne à administração e à divulgação de cultura. Tradicionalmente, a capital tem sido a sede do poder político, do poder econômico e cultural do Estado. E o período de análise da presente dissertação, contempla os anos da elevação das duas cidades ao status de capitais das respectivas colônias, até o período em que as duas se tornaram independentes de Portugal. Assim sendo, para o Rio de Janeiro, o recorte vai de 1763 a 1822, e para Lourenço Marques, de 1887 a 1975. Desta feita, estas cidades se apresentam como espaços urbanos de extrema representatividade entre as demais aglomerações nas suas respectivas colônias, devido à posição e função simbólicas por elas desempenhadas.

Este objeto surgiu a partir das diversas leituras realizadas para a elaboração da monografia de conclusão do curso de graduação, em que abordei a questão urbana em Moçambique sob o título: *Lourenço Marques e a Cultura Urbana no período Colonial (1887 – 1975)*², e mais recentemente, dos diálogos e reflexões realizados ao longo do curso. No processo de elaboração da monografia de graduação, pude perceber que o porto natural da Baía de *Delagoa*, sua localização estratégica e sua importância econômica para a região determinaram a mudança da capital, da então Província de Moçambique pertencente a Portugal, da região norte do país, na Ilha de Moçambique, para o extremo sul, em Lourenço Marques (fig. 1).

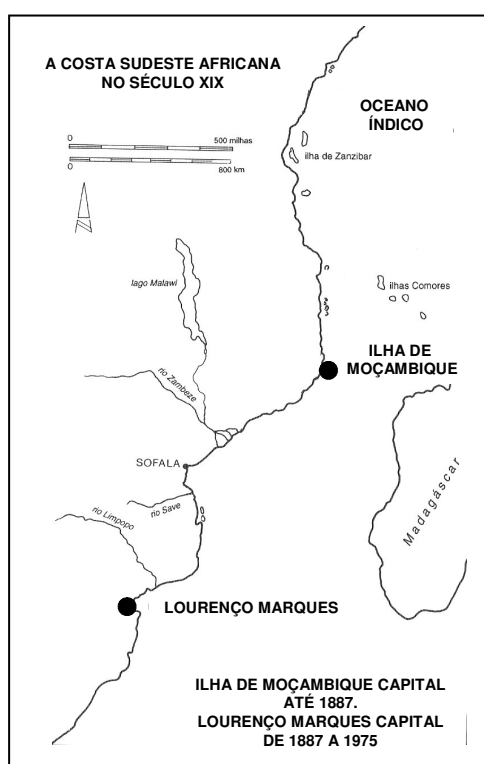


Figura 1: Costa Oriental de África (Newitt, 1999).

E pela forma de ocupação do espaço, e as relações sociais no perímetro urbano, uma nova identidade se formou, a dos chamados "assimilados", africanos possuindo educação e riqueza material suficientes que, supostamente, lhes davam direito de "igualdade" com os brancos portugueses de acordo com a lei civil. Estes se tornaram teoricamente uma categoria separada dos *africanos* comuns. Haviam sido "convidados" a

² Monografia de graduação em Sociologia apresentado neste departamento em fevereiro de 2003

renunciar sua cultura e seus valores, para adotar a cultura e valores portugueses, em troca de vantagens econômicas, e melhores condições habitacionais. Entretanto, pude concluir que estes foram *aculturados* e não *assimilados*,³ pois mesmo tendo aprendido o idioma, a história, os valores e os ideais portugueses, não foram aceitos como membros do grupo dominante, nem foram capazes de dominar a linguagem natural do grupo. Conseqüentemente, eles desenvolveram uma identidade *Marginal*.⁴

Quando me volto para a história do Brasil, e mais particularmente a cidade do Rio de Janeiro, percebo alguns aspectos que suscitam alguma curiosidade de imediato. O fato de que também o Rio de Janeiro foi segunda capital do Brasil colonial, depois de Salvador, e que, as razões para a sua mudança, em muito se assemelham àquelas que motivaram a mudança da capital da Ilha da Moçambique, no norte do país, para o sul. Sendo estas, razões econômicas e de segurança do território.

O porto natural de Lourenço Marques aparece, desempenhando um papel preponderante na região, no escoamento da produção de ouro e diamantes das minas da região do Transvaal, (região pertencente a atual República da África do Sul, então colonizada pelos holandeses e ingleses). O intenso comércio realizado na região com os povos locais desde o século XVI, e o interesse dos holandeses pelo porto, determinaram o estabelecimento da capital nesta região.

Certamente, estes fenômenos em muito nos lembram o que ocorreu no contexto da colonização do Brasil no Rio de Janeiro. No dia 27 de janeiro de 1763, a metrópole portuguesa resolveu transferir para o Rio de Janeiro a sede da administração brasileira, e atendendo ao desenvolvimento que a colônia apresentava, também foi elevada a condição de vice-reino. Segundo Herculano Gomes Mathias (1966), a transferência da capital justificava-se por duas fortes razões: Minas Gerais passara à condição de capitania mais rica da colônia, graças à extração do ouro e diamantes em quantidades cada vez maiores. E o Rio, funcionava como porto que abastecia aquela capitania, e também de onde partiam as frotas anuais conduzindo para Lisboa, o ouro e os diamantes remetidos pelas Casas de Fundação e de Intendência dos Diamantes, estabelecidas nas quatro comarcas mineiras e no Distrito Diamantino. Por outro lado, as sucessivas campanhas militares no sul da colônia contra os espanhóis, iniciadas desde o estabelecimento em 1680 da Colônia do

³ Conceitos desenvolvidos pela Escola de Chicago na perspectiva dos estudos urbanos.

⁴ Conceito criado por Ezra Park e desenvolvido por Stonequist referente a uma identidade híbrida in *The Marginal Man*. Russel & Russel. INC. New York 1961

Sacramento, exigiam a presença do vice-rei numa cidade mais próxima dos acontecimentos, visto que a Bahia, ficava muito distante para que socorros urgentes chegassem a tempo, nas regiões de combate da Lagoa dos Patos, no interior do Rio Grande.⁵

Por outro lado, percebi fatores que a princípio, distanciam estas duas cidades. Enquanto que o Rio de Janeiro foi sendo urbanizada em certo sentido de forma espontânea, em Lourenço Marques, por sua vez, uma expedição das Obras Públicas, foi enviada de Lisboa com o objetivo de elaborar o plano urbanístico para a nova cidade e capital. E este seguiu a risca o modelo do que Sérgio Buarque denominou de *Ladrilhador*.⁶ E diferentemente da urbanização "natural" ou espontânea, o projeto adotou a linha reta, formando quarteirões em forma de xadrez, algo que para alguns autores não fazia parte da cultura lusófona, mas sim da espanhola. Daí que apresento também um pouco do debate em torno dessa temática, para ver onde se insere essa suposta mudança de Portugal.

E a partir dos dois processos de urbanização das duas cidades é que comparo a estrutura da hierarquia social no espaço, e as relações sociais entre os diferentes segmentos nas cidades do Rio de Janeiro e Lourenço Marques, bem como sua relação com o espaço. Se numa primeira fase, a cidade do Rio de Janeiro foi compartilhada pelos portugueses e os índios, mais os mestiços que surgiram das relações entre os portugueses e os indígenas. Na segunda fase as categorias raciais que vão definir os segmentos sociais tornam-se complexas com a vinda de africanos escravos a partir de 1609, e mais tarde judeus, ciganos e etc. Deste emaranhado populacional que compartilhou o espaço urbano no Rio de Janeiro, surgiram diferentes classificações e categorizações, que por sua vez influenciaram as relações sociais bem como a ocupação do espaço em si.

Definem-se no Rio de Janeiro, a uma dada altura do período colonial, três classes sociais: o grupo da nobreza, que era composto por fidalgos, pelos primeiros colonizadores *portugueses*, pelos cavaleiros d'El Rei e pelos funcionários do Estado, que possuíam todas as regalias e imunidades. Estes podiam também participar de ordens religiosas, que só aceitavam para os seus quadros *portugueses*, *filhos de portugueses* ou *mamelucos*. E visto que à vida religiosa era dado um caráter aristocrático, raramente eram aceitos *mulatos*. Alguns destes fidalgos inicialmente eram obrigados a serem lavradores ou agricultores, e

⁵ Herculano Gomes Mathias, *História Ilustrada do Rio de Janeiro*. Editora Tecnoprint, R.J. 1966 p. 47.

⁶ Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*. Companhia das Letras. 26ª edição, São Paulo 1995.

não viviam permanentemente na cidade. Podiam tomar assento no Senado da Câmara, porém ainda durante os séculos XVI e XVII, a Câmara não se dedicava aos melhoramentos urbanos, cabendo à população, isto é, aos foreiros, moradores ou instituições religiosas a responsabilidade pela produção de grande parte dos serviços públicos, tais como abrir ruas, secar pântanos, abrir valas para escoar as águas e levantar os cais (FRIDMAN, 1999, p. 20).

A segunda classe, denominada de plebeus ou peões, era composta pelos *brancos pobres* ou *mulatos*, que possuíam profissões tais como mecânico, artesão, comerciante, mercador e tratante, além de médicos e enfermeiros mantidos pelos religiosos nas paróquias. Esta era a camada com vínculo permanente com a cidade, e de acordo com Nestor Goulart Reis (2000), as habitações urbanas nas cidades coloniais brasileiras, destinavam-se a membros das camadas sociais com vínculos permanentes com a cidade: funcionários reais, proprietários rurais, oficiais mecânicos e comerciantes. No caso destes últimos, suas habitações eram de uso misto, ou seja, além de se constituírem em locais de residência também eram locais de trabalho (apud NOBREGA, 2003, p. 199).

E finalmente, a terceira classe, que era composta pelos ditos infames, na qual se inseriam os criminosos, desterrados, *judeus*, cristãos-novos, *mouros*, excomungados, *ciganos*, *índios* e *negros* (FRIDMAN, 1999, p. 22). Em dado contexto, a este grupo social lhes era vedado o acesso a alguns espaços da cidade. E este não era um fenômeno novo, pois em Portugal, os infames não podiam viver no centro da cidade nem exercer cargos públicos. Entretanto, este modelo não teve eco no Brasil devido à intervenção dos religiosos, principalmente dos jesuítas. Era comum os cristãos-novos assumirem cargos de juizes, meirinhos e tabeliães, ou exercerem atividade de médico. E, além disso, podiam viver onde bem quisessem, mesmo no centro urbano. Quanto aos *negros africanos*, para além das outras atividades, participavam da fabricação de tijolos e na edificação de casas, fortes e benfeitorias urbanas (*idem*).

Já em Lourenço Marques, os *portugueses* no início da sua colonização encontraram as várias comunidades africanas, e aos nativos os denominaram de *indígenas*. Estes estavam organizados em pequenas monarquias. No processo do seu comércio com os nativos, e por falta de mulheres brancas, tomaram para si mulheres dentre as *indígenas*. Como fruto destes relacionamentos surgiram os *mulatos* ou *mestiços*, que mais tarde

tornam-se uma classe intermediária na cidade. Uma pequena burguesia. A estes se associaram mais tarde os *assimilados* na tentativa de ascensão social.

Com o crescimento da cidade, um grupo que já comercializava na região norte da colônia bem antes da chegada dos portugueses, os *indo-britânicos* ou, simplesmente *indianos*, também se estabeleceu na cidade à procura de novos mercados. E a partir de um dado momento, passaram a controlar a venda de tecidos por atacado ou a varejo, fornecendo tanto aos *portugueses* como aos *africanos*.

Como vimos no caso do Rio de Janeiro, aqui também a sociedade pode ser definida em três classes. A alta burguesia, composta pelos portugueses e filhos de portugueses nascidos na colônia. Estes monopolizavam o aparelho administrativo e ditavam as leis. Participavam diretamente na expansão da cidade, como no caso do cumprimento das diretrizes do projeto urbanístico de 1887, vindas da metrópole, através da delegação das Obras Públicas de Lisboa. Tomaram para si, a responsabilidade sobre todas as obras públicas da cidade e o seu saneamento, que incluíam a expulsão dos indígenas para a periferia da urbe.

A segunda classe era composta pela pequena burguesia, onde se enquadram os *brancos pobres*, os *mulatos* e os asiáticos (*indianos*, *bananes* e *chineses*). Os brancos pobres e os mulatos ocupavam as funções públicas como escriturários, médicos, professores, gerentes na indústria ou no comércio e policiais. Quanto aos asiáticos, mantendo uma tradição que prevalece até aos dias atuais, sempre se dedicaram exclusivamente ao comércio. Viviam em sua maioria nos bairros mais velhos e pobres da cidade. A mobilidade social neste segmento foi maior no início da colonização e diminuiu com o tempo como veremos ao longo da dissertação, no capítulo referente a Lourenço Marques.

A terceira classe era composta pelos *negros* ou *indígenas* e os *assimilados* ou *não-indígenas*. Visto que a posição de classe na experiência de Lourenço Marques era derivada do sistema colonial português de matriz racista⁷, as diferenças de acesso a terra e à propriedade não habilitavam os *assimilados* a uma ascensão social a ponto de fazerem parte da pequena burguesia. Daí seu conflito constante que os acompanhou até a independência, como veremos mais adiante. Os *indígenas*, para além dos bairros periféricos de caniço, madeira e zinco, tiveram também sua porção no famoso Bairro

⁷ Jeanne Penvenne, *Os Trabalhadores de Lourenço Marques, 1870-1974*. Estudos 9 AHM 1993

indígena. Suas funções se resumiam ao trabalho escravo ou forçado, o *chibalo*⁸, empregados domésticos, carpinteiros, sapateiros, pedreiros, engraxates e etc. Quanto aos *assimilados*, que representavam a elite africana, as construções de alvenaria, que era o modelo mais dispendioso, estavam ainda assim virtualmente fora do seu alcance (PENVENNE, 1993, p.106). Ocupavam dentre outras funções as de auxiliares de escritório, capatazes, interpretes, enfermeiros, policiais e professores das escolas para os indígenas.

Procuro aqui recuperar a partir de uma abordagem sociológica a produção dos elementos constitutivos da vida diária e sua espacialidade em ambas as cidades, desde o período que ascendem a capitais da colônia, até suas independências. Não pretendo listar com ênfase os melhoramentos urbanos, que tendem a ser citados na maioria dos textos, clássicos ou não, da história das cidades. Porém ao recuperá-los, busco identificar os principais agentes modeladores dos espaços urbanos nas duas cidades.

O presente estudo, levando em conta os elementos da estrutura urbana no que diz respeito às formas de aquisição e, sobretudo à localização, enfatiza a idéia da segregação espacial, por *classes* e *status sociais*, e em alguns casos também por “raça”, como também a especialização de funções na cidade colonial, como principio organizador da experiência urbana para cada uma das cidades.

1.2 Métodos e Teoria

Defendo nesta dissertação que as classificações, as categorias, e os respectivos discursos raciais em ambas as sociedades no período pós-colonial, são em grande medida, resultantes do (e expressam o) tipo de urbanização levada a cabo pelos portugueses em cada uma das cidades. Os padrões de urbanização verificados nas duas cidades coloniais portuguesas, refletiram uma enorme desigualdade social, com a maioria da população vivendo à margem das elites urbanas, o que correspondeu a uma segregação territorial e, mais do que a expressão das desigualdades de renda e desigualdades sociais, estes modelos de urbanização se tornaram agentes de reprodução dessas desigualdades. E como já afirmou Boaventura de Souza Santos, “(...) o grau extremo da desigualdade é a escravidão”.(apud FLEURY, 2004, p. 3).

⁸ *Chibalo*, sistema de trabalho de três a seis meses, extremamente mal pago, concebido no final do séc. XIX para resolver a escassez local de mão-de-obra.

Pela natureza do próprio estudo, a presente dissertação opta pelo método comparativo. É um método que no campo da sociologia urbana tem sido sacrificado, em benefício de análises essencialmente centradas em unidades urbanas singulares. Porém a dimensão comparativa, por si só, poderia ser objeto de numerosos estudos. Neste caso específico, a comparação se dá entre cidades em espaços e períodos diferentes. Todavia, a diferença temporal e espacial entre as duas cidades, não afeta a meu ver, as dimensões de análise a que me proponho aqui. A opção por este recorte, se justifica pelo fato de que, quando ambas as cidades adquiriram o estatuto de capitais coloniais, tornaram-se referência e a porta para as novas tendências, justamente pela preeminência que adquiriram como citado anteriormente, tornando-se espelho dos modos e condições de vida. E mais do que isso, ele permite resgatar brevemente a experiência urbana portuguesa do período pré-colonial e, também apreender alguns aspetos do seu desenvolvimento ao longo do tempo, e através das colônias, contribuindo para futuros estudos urbanos comparativos, entre o Portugal contemporâneo e as respectivas ex-colônias. Compreendendo como este evolui ao longo do tempo, que heranças deixou sobre o exercício da cidadania e sobre a esfera pública e privada na vida urbana. Além do mais, creio que a natureza de análise aqui realizada nos permite perceber, como os processos de urbanização sob o mesmo colonizador, afetaram diferentemente o imaginário social a médio e longo prazo, e neste caso, condicionaram classificações, categorizações e discursos “raciais” com modelos diferentes para cada uma das sociedades.

A análise de documentos e a revisão bibliográfica é a única alternativa que me resta, para o estudo das duas cidades nos períodos aqui apresentados. Para o caso do Rio de Janeiro, existe uma extensa bibliografia e estudos realizados sobre o período em questão, o que permite a confrontação das informações das diversas fontes disponíveis. Para Lourenço Marques, infelizmente, os estudos ainda são bastante escassos sobre a questão urbana no período colonial, se resumindo a algumas obras do campo da História e geografia.

Para a presente dissertação, algumas obras se destacam pela sua contribuição na construção e compreensão do objeto.⁹ Não as apresento necessariamente em ordem de sua importância, mas primeiramente poderia citar o livro de Fania Fridman, *Donos do Rio em*

⁹ Nos capítulos subseqüentes retomaremos ainda outros aspetos teóricos da questão urbana, a fim de situar o presente estudo. O que agora segue se trata de um levantamento geral das principais abordagens sociológicas sobre a cidade, para subsidiar as reflexões posteriores.

Nome do Rei (1999), que analisa o papel desempenhado pela Igreja Católica, através das ordens religiosas, irmandades e confrarias, na produção do espaço e suas conseqüências sobre o cotidiano da cidade. A autora, parte de uma concepção teórica na qual a propriedade fundiária é vista como um fator determinante do lugar, o que envolve a relação entre os agentes no território. O território neste sentido é considerado, como resultado do poder político exercido pelas classes sociais. Em sua abordagem, a obra vai também "ênfatizar a idéia de segregação espacial por classes de renda e da especialização de funções na cidade colonial, como principio organizador da experiência urbana brasileira anterior à consolidação do capitalismo".

Outro trabalho de destaque é a tese de doutoramento de Cláudia Nóbrega, *São Sebastião do Rio de Janeiro: a construção de uma cidade-capital no Brasil colônia* (2003). Defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR). O objetivo deste trabalho foi discutir a construção da ordem urbana e a transformação da cidade em capital. Ela sustenta a tese de que, os princípios ordenadores que determinaram o desenvolvimento material e social do Rio de Janeiro, concorreram para o processo de *capitalidade* da cidade, e uma vez que ela se torna a capital, a *capitalidade* acaba por interferir no sistema vigente de instauração de uma ordem urbana. A tese também resgata a história urbana portuguesa, a partir da análise dos seus núcleos urbanos medievais, que se constituíram em referência para as cidades coloniais brasileiras. Contudo, sua ênfase recai sobre a história da cidade desde sua fundação até o governo de Bobadela, período em que se inicia segundo a autora, o processo da capitalidade do Rio de Janeiro. Estas duas obras foram selecionadas no contexto da pesquisa realizada na biblioteca do IPPUR no Rio de Janeiro.

Em *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (2001), no capítulo quatro faz uma comparação entre o perfil dos portugueses e dos espanhóis, na sua relação com as colônias, mais particularmente no continente americano. E sustenta que enquanto que a Espanha detinha um domínio militar, econômico e político a partir da metrópole sobre os seus territórios conquistados, mediante a construção de cidades planejadas e ordenadas, Portugal se caracterizava mais pela sua exploração comercial, e sem planejamento prévio para as cidades.

Por outro lado, *Sobrados e Mucambos* de Gilberto Freyre (2000), estuda a relação entre as raças e as classes, que caracterizam a formação do patriarcado rural brasileiro, e

que a partir do século XVIII, o seu declínio ou o seu prolongamento se vai projetar sobre um patriarcado a seu ver menos severo, dos senhores dos sobrados urbanos e semi-urbanos. Afirma que o sobrado e o mucambo vão formar um tipo social de homem. “E a rua, a praça, a festa de igreja, o mercado, a escola, o carnaval, todas essas facilidades de comunicação entre as classes e de cruzamento entre as raças, foram atenuando os antagonismos de classe e de raça e formando uma *média*, um meio-termo, uma contemporização *mestiçamente brasileira* de estilos de vida, de padrões de cultura e de expressão física e *psicológica* de povo” (FREYRE, 2000, p.16).

No que diz respeito às obras sobre Lourenço Marques, o destaque vai para a autora do livro *Trabalhadores de Lourenço Marques (1870 – 1974)*, Jeanne Penvenne (1993), que a partir de uma perspectiva histórica, reuniu em um livro cinco artigos, fruto de suas pesquisas sobre a história dos trabalhadores de Lourenço Marques. E os mais importantes artigos para o presente trabalho, são o terceiro e o quarto, *A Destruição de uma Pequena-Burguesia Africana: Lourenço Marques, Moçambique*; e *Atitudes para com a Raça e o Trabalho em Moçambique: Lourenço Marques, 1900 – 1974*. E sua tese nestes dois artigos é que “em certo sentido, a exclusão racista da era colonial facilitou o desenvolvimento de uma solidariedade entre moçambicanos de todas as origens sócio-econômicas, porque todos eles enfrentavam uma discriminação similar”.

Outra obra a realçar é *Associativismo e Nativismo em Moçambique: Contribuição para o Estudo das Origens do Nacionalismo Moçambicano (1900 – 1940)*, de Aurélio Rocha (2002). O livro abrange o período que em Portugal está no final da Monarquia, o período da República (1910 – 1926), a Ditadura e os inícios do Estado Novo salazarista. Rocha busca através do nativismo e do associativismo, compreender a construção de uma identidade histórica e cultural determinada, a identidade do ser moçambicano, e da integração do espaço em que esse fenômeno emerge. E nesse esforço a análise vai começar por identificar o papel das elites nativas das décadas iniciais do século XX, sua composição e sua atuação em defesa da maioria africana. Deste modo, o contexto de Lourenço Marques se destaca por toda a obra, visto ser o epicentro dos acontecimentos da colônia em grande parte pelas razões apontadas anteriormente.

Para concluir, um livro que também foi uma tese de doutoramento sobre Lourenço Marques é o de Maria Clara Mendes, *Variação Espacial da Densidade de População Urbana em Lourenço Marques* (1976). Este livro produzido por uma geógrafa, apresenta

como a ocupação do espaço se deu na então Baía de Delagoa, o impacto do plano urbanístico de 1887, e o desenvolvimento da cidade de Lourenço Marques.

Pode-se dizer que a sociologia urbana é o campo da Sociologia que poderia explicar como as relações residenciais interferem em outras dimensões da vida social, provenientes de outros campos práticos. Para explorar esta via, pode ser útil centrar a análise sobre populações urbanas específicas, caracterizadas por uma relativa identidade nas maneiras de ser e agir. Entretanto, este estudo não sendo apenas o de populações urbanas específicas, antes um estudo comparativo entre duas experiências urbanas em espaços e períodos diferentes, o mesmo requer posições e abordagens apropriadas.

Logo, importa compreender o fenômeno urbano, que para alguns autores se distingue (totalmente) da cidade. E assim sendo, o grau em que uma dada comunidade pode ser denominada "urbana", não é medida inteira ou necessariamente pela proporção da população total que habita a cidade (WIRTH, 1938). Pois em certo grau, as características do modo de vida associado às cidades, pode ser verificado também em comunidades assim ditas rurais. Em Castells (2000), o urbano, designaria uma forma especial de ocupação do espaço por uma população, a saber, o aglomerado resultante de uma forte concentração e de uma densidade relativamente alta, tendo como correlato previsível uma diferenciação funcional e social maior.¹⁰

Segundo Sennett (2003), as formas dos espaços urbanos derivariam de vivências corporais específicas a cada povo. Pois em uma abordagem nova surgida nos finais dos anos sessenta, o espaço urbano, não é mais totalmente definido sem levar em conta as práticas dos indivíduos que nele vivem e, que para suas mesmas atividades, o constroem continuamente. Trata-se então de considerar o espaço urbano como o social objetivado, como uma "estrutura morfológica" como diria Durkheim (apud PINÇON & PINÇON-CHARLOT, 2000). Deste modo, para utilizar a linguagem de Durkheim, os substratos físicos da vida social devem ser considerados enquanto maneiras de ser, que "são apenas maneiras consolidadas de funcionar". Entre os dispositivos materiais, os fatos de estrutura, as instituições e as "correntes livres da vida social", não existem diferenças de natureza, mas apenas graus desiguais de cristalização desta mesma vida social. Durkheim designa, de *morfológicos* os fatos sociais deste modo cristalizados em substratos relativamente

¹⁰ Manuel Castells. *A Questão Urbana*. Paz e Terra, São Paulo, 2000 p. 40.

estáveis.¹¹ As formas das habitações, a distribuição da população sobre a superfície do território, são fatos de morfologia. Mas sempre considerando os cidadãos, os agentes sociais, como o social incorporado, quer dizer, como a interiorização de uma história e de experiências sociais geradoras de disposições duráveis e transformáveis (*idem*).

Entretanto, para Castells, a *cultura urbana* é o resultado de um processo de *urbanização*, para quem o termo teria inicialmente dois sentidos extremamente distintos. Por um lado, tem o sentido de concentração espacial de uma população a partir de certos limites de dimensão e de densidade; e por outro, a difusão do sistema de valores, atitudes e comportamentos denominados "cultura urbana". Assim sendo, o que mais nos interessa para os propósitos do presente trabalho a partir deste conceito, é justamente a idéia de *processo* pelo qual, uma proporção considerável da população de uma sociedade concentra-se sobre um espaço. Mais adiante, ele afirma que o termo *urbanização*, refere-se ao mesmo tempo, à *constituição* de formas espaciais específicas das sociedades humanas, caracterizadas pela concentração significativa das atividades e das populações num espaço restrito, bem como à existência e à difusão de um sistema cultural específico, a cultura urbana (CASTELLS, 2000). E assim percebemos que esta definição de *urbanização*, não se restringe ao crescimento físico dos artefatos, as cidades, ou de seus prolongamentos materiais pelo meio geográfico circundante. Mas também compreende, a difusão das subjetivações desenvolvidas no interior das mesmas. Entendo que este *processo* descreve, a interação das atividades sociais com o meio ambiente, onde a produção da forma urbana é, portanto, o processo da produção do espaço humano (G. SERRA, 1987, p. 162).

Mas se o *urbano* se distingue da *cidade*, é porque ambos também se definem diferentemente. Talvez haja mais consenso no que se refere ao urbano, mas não quanto ao que seja cidade. Em parte pelo que ela se tornou nos últimos dois séculos.

Wirth (1938) apresenta sua proposta, dizendo que a definição sociologicamente significativa do que seja cidade, deve selecionar aqueles elementos do urbanismo que a marcam como um modo distinto de vida dos agrupamentos humanos. Logo, cidade pode ser definida como um núcleo relativamente grande, denso e permanente, de indivíduos socialmente heterogêneos. Não restam dúvidas que esta definição é "prudente", pois quando diz "relativamente grande", torna-se mais inclusiva quanto ao tamanho que as diferentes cidades apresentam.

¹¹ Émile Durkheim. *As Regras do Método Sociológico*. Martins Fontes, 2ª edição, São Paulo, 1999.

Em Weber (1999), a cidade representa uma revolução, é um local de mercado, ainda que este fator isolado não a defina. Daí haverem duas características importantes para se falar de cidade em Weber: a existência de uma sede senhorial-territorial, sobretudo uma sede principesca, como centro, para cujas necessidades econômicas ou políticas trabalham as indústrias; e um mercado como centro do povoado, que em virtude da existente especialização da produção econômica, também a população não urbana satisfaz suas necessidades de produtos industriais. Embora Weber reconheça a centralidade do mercado e da produção, a cidade para ele não se restringe a atividades econômicas. Importa também que haja uma autonomia multifacetada das instituições políticas e associativa, jurídicas e burocrático-administrativas. Entretanto, do ponto de vista sociológico, para Weber, a cidade significaria um “povoado, isto é, um assentamento com casas contíguas, as quais representam um conjunto tão extenso que *falta* o conhecimento pessoal mútuo dos habitantes, específico da associação de vizinhos” (WEBER, 1999, p. 408).

Aqui encontramos uma certa similaridade com Castells, que em sua obra *A Questão Urbana*, diz que "a cidade é o lugar geográfico onde se instala a superestrutura político administrativa de uma sociedade, que chegou a um ponto de desenvolvimento técnico e social (natural e cultural), (...) logo, a cidade, não é um local de produção, mas de *gestão* e de *domínio*, ligado à primazia social do aparelho administrativo" (CASTELLS, 2000, p. 42,43). Por outro lado, também se percebe claramente seu distanciamento de Weber, quando sua ênfase é a dimensão administrativa e não econômica. Enfim, várias são as definições de cidades em que os autores se aproximam e se distanciam uns dos outros, mas nosso interesse agora se volta para os tipos de cidades apresentados por Milton Santos (1982), quando este trata do problema das grandes cidades na América Latina abordando as questões de método.

Em seu estudo sobre cidades da América Latina, Santos apresenta três tipos de cidades: o tipo misto; o tipo neotécnico; e o tipo colonial, que é o que nos interessa. E este, diz o autor, comporta duas séries: a) série hispano-americana; b) série brasileira.

A série hispano-americana, se caracteriza pela presença no plano urbano, da *Plaza Mayor*, abrigando edifícios públicos e em função da qual se ordenam os outros elementos da cidade. Esta surge assim, conforme uma planificação e um ordenamento.

Assim, a série brasileira, não se caracteriza por um tal ordenamento, e a regra é o crescimento tumultuado e irregular. E como vimos anteriormente, dos que defendem esta tese se encontra Sérgio Buarque de Holanda em sua obra *Raízes do Brasil*. Mas a maioria das cidades da América Latina, bem como as suas capitais regionais, salvo raras exceções, datam da era colonial, deste modo, o que é descrito como *série brasileira*, é na verdade, uma série portuguesa no Brasil.

E a ocupação da colônia pelos portugueses fez-se a partir de interesses econômicos. Daí que B. Nunes (2004), afirma que no contexto colonial, a formação das cidades confundia-se com o processo de conquista do território, que se guiava por interesses sobretudo econômicos, e se destacava a sua relação com o exterior. E assim define duas características do desenvolvimento das cidades no Brasil, as quais Lourenço Marques também comunga. E o primeiro aspecto, refere-se ao desenvolvimento "a partir de um porto marítimo de certo porte, que se especializa na exportação e importação e, freqüentemente, sede da administração colonial; e o segundo, a partir de pequenas aglomerações no litoral ou no interior, quando então desempenham funções de troca de produtos locais" (NUNES, 2004, p. 20).

O conceito de *estratificação social* aqui usado é tomado como sendo a ordenação diferencial dos indivíduos humanos, que compõem um determinado sistema social, e a maneira como se tratam, de superioridade ou inferioridade em certos aspetos socialmente importantes (PARSONS, 1940).

E no que diz respeito ao conceito de *classe*, a partir de Weber, é concebido em geral como implicando uma hierarquia relacional de distribuição de poder político tanto quanto econômico. Assim, em Weber pode-se falar "duma *classe* quando 1) determinadas pessoas possuem em comum um componente causal específico de suas oportunidades de vida, na medida em que, 2) esse componente é representado exclusivamente por interesses econômicos na posse de bens e oportunidades de rendimentos, e 3) é representado sob as condições de mercado de produtos ou do mercado de trabalho." Assim as classes estariam a seu ver estratificadas, de acordo com suas relações com a produção e a aquisição de bens.¹²

¹² In Otávio Guilherme Velho, Moacir G. S. Palmeira e António R. Bertelli (Orgs), *Estrutura de Classes e Estratificação Social*. Zahar Editores, 9ª edição, R.J. 1981 p. 63, 80.

O conceito de *Homem Marginal* é concebido, como designando um indivíduo, cujo destino o condenou a viver em duas sociedades e em duas culturas não somente diferentes, mas também antagônicas (STONEQUIST, 1961).

Para levar a cabo a presente análise comparativa, optei por analisar três dimensões que as considero bastante importantes para estudar a cidade colonial, são elas: a *Igreja*, como uma das instituições de maior influência sobre o cotidiano das pessoas no Brasil colônia, e que também desempenhou um papel importante no processo de colonização em Moçambique; a *casa*, como espaço privilegiado da sociabilidade na esfera privada; e a *rua*, um lugar que permite o contato e a convivência entre os diferentes segmentos, ou grupos sociais no meio urbano.

A dissertação é estruturada em quatro capítulos além desta introdução, e de uma conclusão. O primeiro capítulo intitulado “Da ideologia urbana portuguesa ao Semeador e Ladrilhador”, tem por objetivo apresentar de maneira relativamente resumida, os antecedentes da experiência urbana portuguesa para entender seu comportamento nas colônias, seu perfil, suas supostas mudanças e sua evolução até ao período considerado neste trabalho. E a partir dos conceitos de Sérgio Buarque de Holanda, de *Semeador e Ladrilhador*, resgatar de maneira sucinta o debate realizado, sobretudo no Brasil, em torno do modelo de urbanização portuguesa em oposição ao dos espanhóis, nas suas respectivas colônias.

O capítulo II tem como título “Rio de Janeiro e a Construção Social do espaço”, em que pretendo entrar na análise da cidade do Rio de Janeiro, levando em conta que o espaço urbano é tanto um resultado das relações sociais, mas que também este (o espaço), afeta e/ou condiciona as sociabilidades. Aqui, a ênfase recai sobre o período em que a cidade ascendeu à condição de capital da colônia em 1763, até o período da independência em 1822. Visto que a cidade do Rio se construiu sob uma sociedade escravista complexa, onde várias culturas e "raças" interagiram em um mesmo espaço urbano, em uma relação de dominação-subordinação, centradas no processo de acumulação e centralização da propriedade e do poder, é importante analisar, como se definiram a hierarquia social e a segregação no espaço urbano. E pretendo também identificar neste contexto a formação do perfil *marginal*, segundo Ezra Park e Stonequist, ambos da Escola de Chicago.

No capítulo III sob o título “Lourenço Marques e a Construção Social do espaço”, a análise recai sobre a cidade de Lourenço Marques, considerando também o período em

que esta foi elevada à posição de capital da colônia da então Província de Moçambique em 1887, até a sua independência em 1975. O desenvolvimento da análise seguirá o mesmo padrão do capítulo anterior, pois ela também foi uma cidade colonial portuguesa que surgiu sob uma política de ocupação e expansão imperialista de Portugal. Pretendo assim identificar as características peculiares do processo de urbanização em Moçambique, visto se passar quase um século depois da experiência verificada no Brasil.

Finalmente, o capítulo IV tem como título “Rio de Janeiro e Lourenço Marques, duas capitais coloniais”. Nesta fase, cabe efetuar comparações entre as duas cidades, a partir dos dados obtidos nos capítulos anteriores, a fim de verificar o processo, bem como o padrão de urbanização para as duas cidades sob domínio colonial português. Partindo de uma análise das características da estrutura da hierarquia social do espaço urbano, passando pelas formas de sociabilidade, das relações de poder que vão produzir um espaço urbano segregado, iremos identificar as semelhanças e diferenças que ocorreram nos dois processos de urbanização portuguesa nos trópicos. E finalmente, identificar os aspetos que contribuíram em cada uma das cidades, para a produção classificações e discursos “raciais” diferenciados.¹³

Enfim, a presente dissertação procura contribuir para uma melhor compreensão do perfil de urbanização portuguesa nas colônias, e suas conseqüências no futuro de suas cidades coloniais, principalmente do destino que as sociedades aqui formadas, tomaram após as respectivas independências. Pois, penso que o conhecimento do passado urbano das nossas cidades é fundamental, para a compreensão dos desafios contemporâneos, e isso se aplica no caso das duas cidades aqui estudadas, Rio de Janeiro e Lourenço Marques.

¹³ É importante notar que no período em estudo referente ao Rio de Janeiro, o problema não é ainda denominado como “racial” e sim de cor, mas pelo modo como ele é abordado atualmente optei pelo termo “raça”, que vai se inserir nas relações sociais pelos meados do século XIX.

I. Da Ideologia Urbana Portuguesa ao Semeador e Ladrilhador

1.1 Da Ideologia Urbana Portuguesa.

O desenvolvimento urbano em Portugal, como nas mais diversas regiões do mundo, não foi independente de influências estrangeiras, mesmo que o seu acompanhamento tenha sido com bastante atraso, como veremos por vezes no caso de Portugal. A partir do século XV, Portugal estabeleceu relações com outros territórios com diferentes níveis de desenvolvimento urbano, algumas delas de influência mediterrânea e além dos Pirinéus. E este contato naturalmente teve seus reflexos no continente.¹⁴

As viagens marítimas levaram os portugueses a regiões com práticas de povoamentos muito diferentes. Em 1501, ao terem descoberto a rota para Índia, circundando o extremo sul da África, representou o fim do monopólio de Veneza na distribuição de mercadorias para o oeste e o norte da Europa. Nos locais onde os portugueses encontraram cidades ocuparam-nas, como no Norte de África, em Diu, Goa e Malaca, ou instalaram feitorias, por vezes ao abrigo de um forte, como em Cananor e Cochim. Em áreas despovoadas, como nas ilhas, ou onde não havia cidades, como na África sub-sahariana e no Brasil, elas foram construídas.¹⁵ E em todas estas regiões, eles deixaram testemunhos de sua presença, principalmente pela edificação de muralhas, fortes, igrejas e palácios.

Opto aqui, por estabelecer dois períodos principais para analisar o desenvolvimento da ideologia urbana em Portugal. A primeira fase, bem mais longa, contempla o período que vai do século XIII até a primeira metade do século XVIII, que levou à fundação das cidades medievais renascentistas, também denominada de *período manuelino*. E a segunda a que pode ser chamada de *período pombalino*, embora que tenha durado mais que o governo do ministro, este foi dominado pelo plano da reconstrução da Baixa de Lisboa. Assim sendo, contempla o período entre os séculos XVIII e o XIX.¹⁶

Quanto à primeira fase, esta abrangeu momentos urbanísticos bem diferenciados, até mesmo por cobrir um período relativamente longo. O seu início foi marcado pelas fundações de aglomerados populacionais que alguns autores denominaram de *principio da*

¹⁴ A primeira parte deste capítulo foi escrita a partir de pesquisas realizadas na Biblioteca de Portugal em 2005 em Maputo.

¹⁵ Teresa Barata Salgueiro. *A Cidade em Portugal*. Edições Afrontamento. Porto, 1992.

¹⁶ Tema tratado com riqueza de detalhes por José Augusto França em *A Reconstrução de Lisboa e a Arquitetura Pombalina*. Biblioteca Breve, Lisboa, 2ª edição, 1981.

nacionalidade, enquanto que entre os séculos XV e XVII, pode-se identificar a criação em simultâneo de cidades no ultramar, e os reflexos dos Descobrimentos, tanto na arquitetura como no traçado nas terras lusas.

Na história de Portugal, as cidades foram consideradas aglomerados populacionais que, a dada altura foram elevadas a esta categoria por uma entidade político-administrativa (Rei ou Parlamento). E em todas as épocas, se fundaram cidades para exercer a administração e controlar o território, que fizeram com que as criações urbanas acompanhassem a expansão dos impérios e a consolidação dos Estados, como foi o caso do período de D. Sancho I (1185 – 1212), D. Afonso III (1247 – 1279) e D. Dinis (1279 – 1325).

Pelo aumento da circulação, concomitante com o desenvolvimento econômico e do comércio, tornou-se necessário dotar as aglomerações medievais mais importantes – constituídas por ruas estreitas e becos – com vias de atravessamento e escoamento do trânsito, que naturalmente, atraíram o comércio mais sofisticado. E neste sentido, o planeamento urbano passou a fazer parte da preocupação da monarquia portuguesa, que já vinha sendo influenciada pelas outras experiências urbanas com as quais manteve contato. Segundo autores portugueses, a tendência em planejar cidades já se pode ver mesmo desde o século XIII, sob o governo de D. Dinis, como foi o caso de Vila Viçosa, que também apresentava uma regularidade no traçado.

Segundo Teresa Barata Salgueiro (1992), nas fundações alentejanas do tempo de D. Dinis (1279 – 1325), pode se ver em geral, uma rua central retilínea que ligava as duas portas extremas da muralha, ou a porta principal e o castelo, instalado este numa posição de melhores condições de defesa. E por isso J. Gaspar (1969) destacou duas condições necessárias para que o traçado geométrico da planta fosse aplicado, a) a existência de um número razoável de habitantes a instalar e, b) um poder central suficientemente forte para impor um plano de conjunto. Contudo, estes fatores que no início da monarquia, em certo sentido não tinham a expressão que vieram a tomar mais tarde, mais precisamente no final do século XIII, parecem de fato ter se tornado em pré-condições para qualquer ação de planeamento de grande envergadura.¹⁷

É interessante notar que aqui se apresentam duas categorias que se enquadram dentro da tipologia de cidade de Weber, a densidade e a sede principesca, e a terceira que é

¹⁷ Jorge M. B. Gaspar, *A Morfologia Urbana de Padrão Geométrico na Idade Média*. Lisboa: Finistera, 1969, p. 65.

econômica, está implícita, pois na verdade, era o que levava a que uma comunidade adquirisse destaque entre as demais, no período medieval. O assentamento populacional denso, com casas contíguas, traz uma relação de vizinhança bastante peculiar à cidade. Claro que importância dada a este fator no período de D. Dinis, estaria mais relacionado ao aspecto estratégico comercial e de segurança. Mas o foco, em Weber, continua sendo a sede senhorial-territorial e a dimensão econômica, pois estes são aspectos importantes na definição de uma cidade. A realização de uma troca de bens, não apenas ocasional mas regular, isto é, a existência de um mercado, define sua natureza característica.

Foi ainda no governo de D. Dinis, que se realizaram os primeiros calçamentos das ruas em Portugal, como condição prévia para a limpeza das cidades. Concernente à higiene e a saúde pública das cidades, competia ao conselho municipal o fornecimento das águas. Este era responsável pela construção de chafarizes e pela canalização das águas das fontes bem como pela fiscalização destes equipamentos. Desde os primórdios da Idade Média, já havia em certas cidades um cuidado em orientar as águas das chuvas através de canos, para deste modo evitar inundações. Quanto à limpeza das ruas, era uma preocupação constante das câmaras, principalmente na época da peste (MARQUES, 1974).

Outro aspecto importante foi que, durante muito tempo, as designações de vila e cidade não eram específicas de um lugar, mas se reportavam a todo o território administrado a partir de um centro, designadamente de uma sede episcopal. Pois no que se refere às cidades portuguesas, a igreja principal (a catedral ou sé), tornou-se um edifício singular na composição das cidades. Com efeito, a função religiosa e a presença de muralhas, como se pode ver em muitas cidades na América latina, bem como no caso do Rio de Janeiro, se tornaram elementos importantes na identificação das cidades. Como escreveu no século XVIII J. Viterbo, que a cidade é “ordinariamente assento de uma cadeira episcopal, e que ao menos algum dia foi cingida de muro e guarnecida de castelo” (apud. SALGUEIRO, 1992 p. 23). Para aquele autor, sendo ele um frei, é compreensível que a ênfase para a definição de cidade estivesse nos aspectos culturais (ou religioso) e político, e omitisse a dimensão econômica, a qual vem atrelada em última instância.

E devido à influência da Igreja na história das cidades, pelo relacionamento com a presença da Sé, várias delas foram promovidas com a autorização papal para constituir um novo bispado, à custa do desmembramento de bispados anteriores, e com o fato de o rei entender que era sinal de “mais respeito”, dar essa categoria ao núcleo que receberia a nova

catedral. Foram os casos de Leiria, Miranda, Portalegre, Pinhel e Castelo Branco, promoções principalmente de D. João III (1521 – 1557) e D. José (1750 – 1777).

Se por um lado algumas cidades adquiriram tal status por uma ordem administrativa e eclesiástica, independentemente de sua densidade populacional ou situação econômica, outras foram elevadas à categoria de cidade como recompensa dada ao senhor donatário, como foi o caso de Bragança, que passou a cidade em 1464, querendo com isso Afonso V galardoar seu primo e duque da povoação, ou à elite local e ao povo por *serviços prestados* ao país ou à coroa (*idem.*). Mas à medida que nos aproximamos do século XIX, as razões evocadas para o estabelecimento de cidades ou sua ascensão a este status, tendem a ser mais concretas, assumindo maior importância os aspectos econômicos, de localização e políticos.

Também a elevação de vilas ao estatuto de cidade por parte dos governantes, teve períodos de maior e menor incidência. Por exemplo, no século XVI, especialmente no reinado de D. João III, foi mais freqüente a ocorrência deste fenômeno, já no século XVII não há registros do mesmo, porém no século XVIII com D. José, mais cinco vilas adquiriram o estatuto de cidade. O fato é que, aparentemente estas iniciativas não eram resultado de uma ação estratégica de desenvolvimento, mas principalmente imbuídas de um significado simbólico e de reconhecimento, como vimos anteriormente.

Com a consolidação das fronteiras e a mudança das condições sócio-econômicas, foi surgindo um sentimento nacional, ainda que a economia fosse essencialmente agrícola. Foi neste período que se firmou progressivamente a vocação marítima e comercial de Portugal. Este fator propiciou o desenvolvimento da região litorânea e conseqüentemente de Lisboa, que então se tornou uma grande capital. As cidades metropolitanas como Porto, Coimbra, Évora, Braga entre outras, foram cidades de origem muçulmana e estiveram sob o domínio visigodo e muçulmano. Com a fundação do reino no século XIII, estas se tornaram cidades cristãs portuguesas. Ainda que seja difícil estabelecer tipos ou padrões, é possível determinar a presença e a freqüência de certos elementos nestas cidades, tais como a presença de torres ou muralhas, aspecto que também vai se fazer sentir no caso do Rio de Janeiro numa primeira etapa.

As muralhas em uma mesma cidade podem pertencer a vários períodos: o romano, o visigótico e o cristão. Mesmo no último período elas ainda eram necessárias para motivos de defesa. Mas com o aumento da população, resultante em parte do crescimento

econômico, e acompanhado pela diversificação das atividades, os territórios tiveram que ser ampliados. Isto implicou a construção de novas cercas que envolviam amplos espaços, parte importante dos quais voltados à agricultura e que só o crescimento posterior foi preenchendo. Nos espaços livres, intramuros ou junto das portas (no caso da formação de subúrbios), as construções sucediam-se espontaneamente e sem obedecer no geral a planos de conjunto, pois foi apenas no século XVI, que segundo se sabe, houve uma verdadeira operação de loteamento urbano em Lisboa.

Neste contexto, já em 1527, Lisboa se destacava no conjunto das cidades portuguesas. E de uma maneira geral, a rede urbana neste período apresentava um maior desenvolvimento no sul de Portugal, na continuidade da tradição histórica do povoamento desta região, e também traduziu as conseqüências dos descobrimentos: a importância dos portos algarvios, entrando num período de estagnação e mesmo de declínio, devido à supremacia do porto de Lisboa. Já aqui se destacando a importância dos portos com relação à edificação de cidades por parte dos portugueses.

Contudo, ainda no século XV, os primeiros atos de colonização eram da responsabilidade dos donatários e dos colonos que eles levavam ou enviavam para povoar as terras. Deste modo, estas evocavam reminiscências das regiões de origem dos seus habitantes, tanto no tipo de construção como na sua disposição no terreno, embora traduzissem a adaptação às condições do local. E segundo Salgueiro (1992), a reprodução dos modelos continentais na dualidade topográfica em resposta a características do terreno, na existência de uma rua equivalente à *Rua Direita*, e a adoção de malhas geométricas não necessariamente regulares nem retangulares, contribuíam para um certo “ar de família”, presente nas povoações das ilhas atlânticas e noutras fundações portuguesas.¹⁸ Entretanto, com o passar do tempo, a sucessão das fundações possibilitaram o ensaio de soluções novas, tendo-se aperfeiçoado progressivamente uma maneira fácil e rápida de o fazer. Com o reforço e a centralização do poder, as ordens para a fundação de determinada cidade passam a sair de Lisboa, e incluíam orientações sobre o seu plano.

O campo, onde vivia a maior parte da população, tornou-se mais seguro, graças à construção de castelos que marcou a ascensão do feudalismo. Segundo Weber (2001), explicando os motivos da derrocada do Império romano, esta vinha sendo a tendência, quando as grandes propriedades tentaram com bom êxito subtrair-se da dependência das

¹⁸ Teresa Barata Salgueiro. *A Cidade em Portugal*. Edições Afrontamento. Porto, 1992.

comunidades urbanas. Pois, à medida que o centro de gravidade do Império se deslocou para o interior, ao crescer a sua população, o recrutamento da força de trabalho alimentava-se tanto mais da população agrária. As grandes propriedades desligaram-se assim do mercado das cidades litorâneas. Daí que os imperadores insurgiram-se repetidamente contra a emigração para o campo, principalmente contra o fato de que, os senhores abandonaram suas casas da cidade, e trasladaram seus artesãos e sua instalação para as propriedades campestres. E em troca de serviços, os nobres garantiam a seus súditos alguma proteção militar. E uma vez cercados por muralhas e com reservas de comida, roupas e mercadorias de luxo, asseguradas pela atividade mercantil, isto impulsionou o desenvolvimento dos centros urbanos medievais. E na seqüência deste processo, se edificaram belas construções, que embora seguindo o gosto das novas modas européias, incorporaram também elementos exóticos, que o mundo tropical revelara.



Figura 2: Mosteiro dos Jerónimos em Lisboa, um legado do estilo manuelino.

(Enciclopédia.tiosam.com)

Salgueiro afirma, que foi desta síntese que resultou a criação de um estilo particular do gótico tardio, com forte presença nos lugares do continente e nas ilhas, o chamado *manuelino*, que corresponde à primeira fase aqui apresentada. E nela, como agentes privilegiados de intervenção sobre o urbano, devem mencionar-se as ordens religiosas, os

bispos, o rei e grandes senhores, no geral altos dignitários do clero e da nobreza, a que se podiam juntar outras pessoas cujo estatuto provinha da importância do seu negócio.

Junto com o crescimento das cidades e o desenvolvimento da vida urbana, também vai surgir uma nova forma de solidariedade.¹⁹ Pois ainda que a dimensão religiosa fosse forte, porém a função econômica foi ganhando novas proporções. O que vai transformando o sentido de comunidade, onde todas as pessoas se conhecem bem e são próximas umas das outras, e mutuamente preocupadas. E então, em um espaço em que as pessoas também podiam usufruir uma liberdade de ação individual, que não tinham nas comunidades precedentes. As instituições religiosas desempenharam um papel importante na vida urbana, promovendo um cuidado mútuo entre os membros da comunidade urbana, a partir dos vínculos religiosos. É um aspecto que também vamos perceber ainda no Rio, por meio das ordens e irmandades, que proporcionaram espaços de sociabilidade entre os seus cidadãos, suprimindo inclusive algumas necessidades que seriam da responsabilidade da família e do Estado. E “essa grande tensão balizou a dualidade que marca a cidade moderna: de um lado, o desejo de se libertar dos compromissos comunitários, em nome da liberdade pessoal; de outro, a vontade de encontrar um local onde todos se preocupam com cada um”²⁰ (SENNET, 2003 p. 140).

A terra em Portugal era submetida a um regime patrimonial, concedida sem compromisso de serviço ao rei, não raro outorgada com o direito explícito de aliená-la. E durante a Reconquista foram criadas povoações às quais o rei, a nobreza e os bispos outorgavam as cartas de forais. Estas podem ser entendidas como cartas de municipalidade, uma constituição política de âmbito local. “De acordo com Ataíde Malafala (1997), da segunda metade do século XI ao final do século XV, foram outorgados cerca de 400 forais”. (apud NÓBREGA, 2003 p. 65). Na maioria dos casos os forais não criavam municípios, mas através deles os senhorios ratificavam e aceitavam a organização do conselho municipal preexistente no lugar. O foral não obedecia a uma sistemática nem constituía um regime político em si. Tratava-se de uma espécie de contrato entre duas forças políticas: o senhorio e o conselho (*idem*. 2003 p. 65).

¹⁹ Aqui a perspectiva é a da *solidariedade orgânica* que Durkheim trabalha em a *Divisão do Trabalho Social*.

²⁰ Simmel no seu artigo *The Stranger*, permite-nos afirmar que esta ambivalência entre afastamento e proximidade que caracteriza a vida urbana, seja a essência do caráter urbano do indivíduo sob o signo do dinheiro. Porém talvez neste contexto não se verifique ainda a “indiferença”, característica da *atitude blasé*, que pode ser descrita como uma ligeira aversão, estranheza e repulsão mútuas.

A relação entre o senhorio e o conselho pode ser identificada como sendo característica peculiar da sociedade medieval portuguesa. Levando em conta o que afirmou Faoro, que “Portugal não conheceu o feudalismo” (FAORO, 1987 p. 19), não se identifica uma camada intermediária entre o rei e o vassalo, isto é, de senhores detentores de autonomia política. Deste modo o regime senhorial era um sistema econômico no qual grandes propriedades agrícolas eram trabalhadas por servos. Quanto ao conselho, representava uma forma comunal e existia muitas vezes antes do foral ser outorgado, como foi o caso de Coimbra em 1179. Aqui, o conselho era formado pelo alcaide (governador do castelo), que era a autoridade suprema, pelo juiz e pela assembléia dos homens-bons, categoria que também foi transportada para o Brasil (NÓBREGA, 2003).

Segundo Faoro (1987), deve-se ter em mente que o feudalismo, é um sistema político que não se conforma sem que os elementos que o tornam um regime social estejam agregados. Deste modo, o regime senhorial não seria um sinônimo de feudalismo. Este sistema pressupõe uma superposição de uma camada de população sobre a outra, dotada de uma cultura diversa. Ainda que ele não crie no sentido moderno um Estado, a estrutura patrimonial que vigorou em Portugal permitiu a expansão do capitalismo comercial, que por sua vez influenciou a questão urbana em Portugal, no Atlântico e no Índico. Pois, paralelamente às questões de ocupação do território, os fatores econômicos presidiram às fundações urbanas nas costas do Atlântico e do Índico, tornando o Estado em uma gigantesca empresa de tráfico, mediante o governo de uma oligarquia liberta de vínculos conservadores.

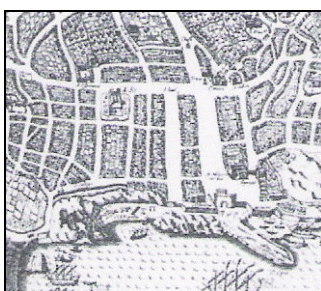


Figura 3: Angra do Heroísmo século XVI (Jan Huygen Von Linschasten)

É, todavia, nos Açores, que se encontram traçados mais regulares, quer em Angra do Heroísmo, quer em Ponta Delgada (fig. 3). Durante o século XVI, Angra conhece um grande crescimento devido ao importante papel desempenhado pelo seu porto no comércio externo, e no apoio aos navios da Carreira das Índias que, no regresso, faziam escala nos

Açores. Data de então o plano regular da zona baixa. Os edifícios da Alfândega e da Misericórdia foram ligados à Praça Velha e à Rua da Sé por dois arruamentos retilíneos relativamente largos, a Rua Direita (hoje Rua de Lisboa) e a Rua de São João; na direção oeste desta abrem-se várias outras ruas, mais estreitas, também de direção norte-sul, cortadas por transversais, pelo que produziam um plano retilíneo bastante regular. (FERNANDES, 1985).

Com o advento do Renascimento e as novas concepções estéticas, começou a olhar-se com desagrado para as cidades medievais de ruas sujas e apertadas. O primado do espírito racional, as cidades ideais e algumas realizadas em Itália, Alemanha, França e mesmo na Espanha, certamente, exerceram influência nos gostos da elite portuguesa. Deste modo algumas cidades vão receber esta influência em sua estrutura, tais como Braga, por obra de D. Diogo de Sousa, seu arcebispo entre 1505 e 1532, período que a cidade cresceu para fora das muralhas medievais, com traçado de ruas retilíneas e praças. A outra cidade foi Coimbra, que não só recebeu a universidade em 1537, mas também a abertura da Rua de Santa Sofia (hoje rua da Sofia). E seguindo a mesma tendência ainda no século XVI, o desenvolvimento de Lisboa, propiciado pelo incremento do comércio marítimo, viu-se obrigada à abertura de novas frentes de urbanização fora das muralhas.

Com a decadência dos rendimentos provenientes do comércio das especiarias do Oriente, Portugal deu mais atenção à colonização do Brasil, onde se fundaram diversas vilas. A descoberta do ouro no Brasil correspondeu ao novo período de forte circulação da moeda e da acumulação de riqueza, que alimentou a corte de D. João V e a expansão do Barroco. Palácios e igrejas foram edificadas segundo este estilo.

Assim nos séculos XVII e XVIII os portugueses estavam já habituados aos novos gostos, entre outros fatores por ação de arquitetos estrangeiros que vieram para o país, como Terzi,²¹ que caiu nas boas graças de Filipe II (1555 – 1598), ou Ludovice,²² que D. João V (1707 – 1750) chamou para fazer as obras que o ouro do Brasil propiciava.²³

²¹ Filipe Terzi (1520 (?) – 1597) engenheiro militar italiano que projetou uma fortaleza em Setúbal (Portugal) segundo os modelos mais avançados da época.

²² Johann Friedrich Ludwig, de seu verdadeiro nome, nasceu em Schwabisch-Hall, na Baviera, em 1670 e faleceu em 1752. Era filho de Peter e Elizabete Ludwig. Chegou a Lisboa em 1701, contratado pelos Jesuítas, para trabalhar no sacrário de Santo Antão. Rapidamente ganhou os favores de D. João V. Dirigiu a chamada Escola do Risco, em Mafra, responsável por toda uma geração de arquitetos. Em Mafra Ludovice dá corpo a idéias e práticas apreendidas em Roma, veiculando influências que o monumento registra e colaborando na definição do gosto oficial Joanino.

²³ José Augusto França em *A Reconstrução de Lisboa e a Arquitetura Pombalina*. Biblioteca Breve, Lisboa, 2ª edição, 1981.

No final deste período considerado manuelino, analisando a partir da visão dos autores portugueses, podemos concluir que Portugal já tinha uma certa prática de usar a geometria no plano das cidades novas, pleno menos desde os finais do século XIII, onde se destaca a ação do governo de D. Dinis.

Resumindo, vemos que numa primeira etapa, as vilas são elevadas ao status de cidade por declaração do rei e da igreja, na figura do papa ou dos bispos. E estas ações são elevadas mais de um caráter simbólico e de reconhecimento que estratégico e de desenvolvimento. Mas por outro lado, as influências visigóticas, romanas, muçulmanas e cristãs, vão também imprimir suas características nas formas urbanas lusas deste período. E como vimos, as primeiras fundações urbanas estavam sob a responsabilidade dos seus donatários, o que permitiu que imprimissem suas influências trazidas de seus lugares de origem.

Já no século XVI, há registros da existência de um loteamento urbano em Lisboa, ao que tudo indica teria sido o primeiro do gênero, e na mesma época, já se destaca a importância do porto de Lisboa como fator de desenvolvimento urbano, em detrimento dos portos algarvios que se encontravam em declínio. Mas com o reforço e a centralização do poder, as ordens para as novas fundações passam a sair de Lisboa, acompanhadas de um plano urbanístico para a nova urbe.

Este período, considerado “manuelino”, muito influenciado pela expansão marítima e pelo contato com outros povos, se caracteriza pelo que Salgueiro (1992) chamou de gótico tardio. E os agentes que se destacaram nos processos de transformação urbana foram o rei, a Igreja e os membros do clero e da nobreza.

O segundo período, como dito anteriormente, ele foi de menor duração e teve seu grande marco a reconstrução de Lisboa, durante o período do Marquês de Pombal.²⁴

Aquilo que se chamou de período pombalino, teve suas influências do maneirismo dominante no século XVII, do rigor e funcionalidade da engenharia militar. Seus traços tiveram uma influência muito grande dos engenheiros militares, que sempre preferiram a organização regular e geométrica, freqüentemente quadrada, tradicional nos acampamentos militares. E algumas fortificações do século XVII são testemunhas destas influências, e deste modo, desenvolveu-se e manteve-se ativa a engenharia militar portuguesa durante os

²⁴ Sebastião José de Carvalho e Melo, ministro no governo de D. José I, em 1759 recebeu o título de Conde Oeiras, e somente em 1770 recebeu o título de marquês, título que o imortalizou na história de Portugal.

séculos XVII e XVIII, o que também influenciou a reconstrução da Baixa de Lisboa a seguir ao terremoto.²⁵

Numa época de mudança e de gostos contraditórios, em que o barroco é tardio, mas o neoclássico ainda não, o grande estudioso da reconstrução da Baixa da cidade considerou-o protoneoclássico. Diversos elementos atestam a orientação barroca do plano, como por exemplo, a busca de “formosura do conjunto”, mas a procura da simetria – em portas, janelas e alturas – os conceitos de saúde pública, a necessidade de ar puro e saudável, são já prenunciadores do século XIX. O ar e a luz aparecem como valores novos, que ruas mais largas e praças permitem usufruir (FRANÇA, 1981).

Perante a cidade em ruínas, o engenheiro-mor do reino, Manuel da Maia, foi encarregado pelo Marquês de estudar uma solução. Foram então apresentadas três hipóteses, 1) a reconstrução do tecido danificado quase como era anteriormente; 2) a mudança do coração da cidade para região mais segura a oeste, entre Alcântara e Pedrouços; 3) e a demolição do que sobrava, aproveitando os escombros para o nivelamento de cotas, sobre onde se edificaria a cidade, segundo um novo traçado planejado livremente (FRANÇA, 1981).

Manuel da Maia debruçou-se sobre as hipóteses urbanísticas possíveis, os modelos de arquitetura, o aspecto das construções, a segurança dos edifícios e a higiene, em três documentos datados, respectivamente, de 4 de dezembro de 1755, 16 de fevereiro e 31 de março de 1756. Este último já era acompanhado de seis propostas de plano para a Baixa, bem como de projetos-tipo para as fachadas, desenhadas por Eugênio dos Santos (SALGUEIRO, 1992).

Foram estabelecidas três equipes para estudar os projetos de acordo com condicionantes mais ou menos fortes, enunciadas pelo engenheiro-mor. Foi assim escolhido o projeto de Eugênio dos Santos, que segundo J. A. França, “se acordava bem com o pensamento político de Pombal: tornava-se verdadeiramente a pedra angular de um espírito iluminado” (FRANÇA, 1981). Este projeto atribuiu à grande Praça um papel piloto na topografia geral da área, assumindo assim, por um lado, um significado simbólico que não pode ser esquecido, com a sua conotação ideológica e, conseqüentemente política (fig. 4).

²⁵ Este assunto foi profundamente estudado por J. A. França, 1978, 1983/87, em quem me baseei para escrever esta parte.



Figura 4: Lisboa Pombalina reconstruída após o terremoto de 1755 (Enciclopédia.tiosam.com)

Sem dúvida a reconstrução da Baixa apresentou aspectos de extrema modernidade, pois constituiu o que hoje se chamaria de operação integrada. De fato, foi baseada em legislação especial que revelou grande sentido das realidades sociais e econômicas. Dispunha de um plano de ocupação do solo inovador, de projetos-tipo imperativos para as edificações e de normas de construção, tendo sido coordenada por um gabinete presidido pelo Regedor das Justiças.

Os projetos dos imóveis não se limitavam aos aspectos das fachadas, mas impunham também a organização interior dos edifícios e fogos²⁶. Manifestando-se os autores sensíveis às questões de saneamento, estabeleceu-se também uma rede de esgotos. No entanto, não foi efetivado o abastecimento domiciliário de água inicialmente pensado. Havia falta de chaminés para aquecimento, mas por outro lado pela primeira vez de forma sistemática e generalizada, todas as janelas possuíam vidros que, no entanto, os moradores tinham grande relutância em substituir quando se partiam, o que acarretava medidas por parte do governo para a sua manutenção.

A preocupação em fazer edifícios resistentes a cataclismos do tipo ocorrido levava Manuel da Maia, nos primeiros esboços, a fixar em 2 pisos a altura máxima das construções. Depois, e porque isso não dava rendimento suficiente aos proprietários, a cota foi limitada pela cerca da Praça do Comércio, e os prédios foram concebidos com 4 e 5 pisos. Mas inventou-se uma estrutura que resistisse aos abalos, que foi denominada de “gaiola”, com os elementos estruturais de madeira, travados em si e independentes das argamassas, estuques e cantarias que os envolviam, e que poderiam cair em caso de abalo

²⁶ Abertura por onde sai a fumaça das chaminés.

sísmico. Deste modo, a própria largura das ruas teve em atenção à possibilidade de queda destes materiais.

Em 1773 o governo de Lisboa mandou edificar Vila Real de Santo Antonio, de acordo com um plano e projeto do arquiteto Reinaldo Manuel, que integrara o grupo de trabalho da reconstrução de Lisboa e, por isso, se inspirou nesta obra. Assim a planta para a nova povoação, desenhada por Reinaldo Manuel, foi enviada de Lisboa em janeiro de 1774. Tinha como características principais a forma de um retângulo, com o eixo maior paralelo ao rio, o traçado ortogonal e existência de uma praça quadrangular em posição central. Embora com homogeneidade de traçado, este plano previa uma ocupação diferenciada do espaço e, tal como havia sido feito para Lisboa, incluía orientações quanto ao aspecto dos edifícios (J. HORTA CORREIA, 1984).

Na mesma óptica de restauração do território, insere-se o propósito de recuperar Velha Goa. Esta tinha sido tomada por Afonso de Albuquerque em 1510, e a tornou num entreposto comercial tão importante que, em 1519, recebera “uma carta de privilégios quase igual a Lisboa”, e em 1557, era descrita como sendo “tão grande e bela como Lisboa” (A. G. SILVA apud. R. SOEIRO de BRITO, 1966, p. 96 -97). A cidade conheceu grande prosperidade no século XVI, mas no século XVII começou a assistir-se ao declínio da atividade comercial disputada pelos holandeses. Mas a insalubridade da região e a sua vulnerabilidade a ataques, contribuíram para o início do seu abandono no último quartel do século XVII. E em face ao abandono crescente apareceu a idéia de se construir uma nova cidade. E assim a corte deu o seu assentimento para a construção da nova capital, que se chamaria Vasco da Gama, o que não se verificou.

Porém em 1774, em Lisboa, idealizou-se o ressurgimento da cidade e a corte deu ordens para se fazer a canalização de águas de Banguenim para Goa. Contudo o projeto de reedificar a urbe foi considerado localmente irrealizável pela sua má localização, e continuou a assistir-se ao seu despovoamento, apesar de Dona Maria I ter voltado a ordenar a execução das obras necessárias à reconstrução da Velha Goa.

Entretanto o modelo pombalino continuou sendo referência urbanística, que chegou também à cidade do Porto. Onde se verificou uma intervenção urbana de vulto por parte do governador João d’Almada (1757 – 1786) junto com seu filho, Francisco d’Almada e Mendonça (1786 – 1804), ambos primos do Marquês. O governador empenhou-se na construção de uma cidade moderna, onde o comércio e os negócios pudessem prosperar,

tendo presidido à transformação da urbe, que deixou de ser definida pela cerca fernandina. Com este propósito foi criada em 1758, a Junta de Trabalhos Públicos do Porto, com o objetivo de orientar o crescimento e o embelezamento da cidade (BRITO. 1966).

Pelo fato dos trabalhos de urbanização progredirem com lentidão, devido a dificuldades de relacionamento com os proprietários fundiários, principalmente a Igreja, em 1769 foi aplicada ao Porto uma legislação especial, que tinha sido decretada em 1758 para Lisboa, a fim de responder às necessidades da reconstrução. Esta legislação, que facilitava a substituição da antiga estrutura fundiária pelo novo loteamento “regular”, condicionava o direito de propriedade ao interesse coletivo definido pelo Estado.

Assim, tal como em Lisboa, encontramos um gabinete que centralizava e orientava os trabalhos, dispunha de verbas próprias obtidas através de impostos extraordinários e de uma legislação especial.

Em termos de intervenção urbana na cidade do Porto durante o governo João d’Almada, o mesmo compreendeu a urbanização de importantes áreas para o norte da cerca fernandina, bem como intervenções no tecido medieval, que contribuíram para fazer a articulação da cidade velha com a nova. Os edifícios do Bairro do Laranjal, na sua principal avenida, Rua do Almada, apresentavam fachadas semelhantes às desenhadas para Lisboa. E depois, a malha completava-se por ruas perpendiculares a esta, que se articulavam em duas praças, a Nossa Senhora da Conceição a oeste e a do Almada (SALGUEIRO, 1992).

Ainda segundo Salgueiro, em termos de arquitetura, o século XVIII na região norte começou muito por ser muito marcado pelo barroco tardio do Italiano Nicolau Nasoni,²⁷ chamado em 1725 para obras de embelezamento da Sé, que deixou o seu nome ligado a inúmeras igrejas e palácios da cidade e da região. Mas depois, nas grandes extensões que foram urbanizadas, houve mais tempo que em Lisboa para ir afinando um novo estilo que se tornou um neoclássico especial, com fortes influências inglesas, designadamente devido à ação do cônsul J. Whitehead, amigo de João d’Almada.

Nesta segunda fase, já se faz sentir a influência e a participação da engenharia militar na construção ou reconstrução das cidades em Portugal, e como veremos mais tarde, também se estendeu para as colônias. A orientação barroca do plano a busca de

²⁷ Nicolau Nasoni nasceu em Florença em 1691 e morreu no Porto em 1771. Em 1725 Nasoni chegou à cidade do Porto. Daí se envolveu em numerosas obras e ficou conhecido como o “arquiteto do Porto”.

“formosura do conjunto”, bem como a busca pela simetria, e os conceitos de saúde pública já se fazem presentes.

Estes princípios vão governar as ações urbanísticas a partir deste momento, levando em consideração as questões de localização imbuídas de um caráter ideológico e político, tal como se viu na reconstrução de Lisboa após o terremoto, mais tarde em Vila Real de Santo António. E mesmo nas tentativas de reconstrução da Velha Goa, que não foi efetivada, devido à compreensão de sua má localização. Entretanto, no Porto o mesmo pensamento foi levado a bom termo no processo de sua expansão e modernização.

É interessante notar que os autores portugueses incluem como parte deste período pombalino também as construções das cidades africanas do período colonial, nomeadamente Luanda em Angola, e Lourenço Marques, esta última que é objeto desta dissertação e que será apresentada com mais detalhes no capítulo III.

1.2 Do Semeador ao Ladrilhador

A partir da apresentação aqui feita de forma resumida, da experiência urbana portuguesa, creio que importa trazer as principais abordagens sobre o perfil urbano português entre os autores brasileiros e alguns estrangeiros. E no epicentro deste debate, vamos encontrar o famoso parágrafo de Sérgio Buarque de Holanda, que nas palavras de Fania Fridman (2005) se tornou um mito.²⁸ Neste parágrafo Holanda afirma que: “A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma providência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra *desleixo...*” (HOLANDA, 2001 p. 110).

Entretanto, em 1964, Nestor Goulart Reis, com a anuência do próprio Sérgio Buarque de Holanda – então membro da banca examinadora de sua tese de livre docência – foi o primeiro a refutar tal perspectiva reducionista, demonstrando que tais explicações não procediam de exame empírico e podiam ser facilmente contestadas.²⁹ Porém o importante aqui não é procurar comprovar a veracidade desta tese, mas antes trazer algumas das

²⁸ A autora no seu artigo intitulado *Breve História do Debate Sobre a Cidade Colonial Brasileira*, usa a palavra mito no sentido de lenda, passada de geração para geração, sem comprovação prática. In, *A Cidade Como História: Os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo*. Org. Pinheiro, Heloisa Petti, e Gomes, Marco Aurélio A. de Figueiras. EDUFBA – PPG -AU/FAUBRA, Salvador 2005

²⁹ Beatriz P. Siqueira Bueno. *Particularidades do Processo de Colonização da América Espanhola e Portuguesa*. In Machado, Denise B. Pinheiro, Org. IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Vol. I, PROURB/ FAU – UFRJ, R. J. 1996.

pesquisas e debates que este parágrafo suscitou, e que são importantes no sentido que nos fornecem as diferentes abordagens e explicações sobre assunto, pois têm enriquecido o conhecimento do mesmo.

Fania Fridman, em seu texto *Breve História do Debate sobre a Cidade Colonial Brasileira* (2005), apresenta-nos algumas teorias do início do século XX, e que são consideradas fundadoras, que influenciaram os trabalhos e pesquisas posteriores no Brasil. Por outro lado, sem pretender fazer um balanço, procura realizar uma síntese de algumas teses acadêmicas, de trabalhos publicados e de resultados de pesquisas apresentadas em reuniões científicas, e fóruns privilegiados sobre o assunto. E para enriquecer este texto, também apresento outras contribuições de autores que a autora não contemplou em seu texto, não que tenha esgotado aqui os autores apresentados por Fridman, mas o fato é que, há outras vertentes não encontradas no seu artigo e que são bastante interessantes, pois abordam o assunto a partir da mesma pergunta que motivou este capítulo: Será que o *desleixo* descreve fielmente o perfil urbano português, e a *ordem* o perfil urbano espanhol?

Fridman começa por apresentar Capistrano de Abreu (1907), que nos legou a idéia da fundação de vilas e cidades por parte de Portugal, como um processo violento de preservação de posse, e cuja localização era explicada pela proximidade das “riquezas cobiçadas”. E depois apresenta Gilberto Freyre em *Sobrados e Mucambos* (2000), que formulou o primeiro estudo da vida urbana colonial, relativo ao final do século XVIII. E apresentou uma vertente inovadora na década de trinta, com uma visão antagonista à corrente oficial da cultura brasileira, na qual dominava a idéia do predomínio rural.

Caio Prado Jr. em *Evolução Política do Brasil* (1947), realça o aspecto da defesa do território como fator importante no processo da colonização, a distribuição de terras sob formas de sesmarias para comerciantes ou especuladores mercantis. E acrescenta que sendo a economia urbana inexistente no primeiro século, os centros urbanos constituíam-se em pobres arraiais de caráter rural. Fenômeno que a seu ver mudou a partir da segunda metade do século XVII, com o desenvolvimento do comércio.

Mas um dos primeiros a abordar a questão da forma das cidades portuguesa no Brasil foi Robert Smith (1958) que, ao se dedicar ao traçado urbano no Brasil colonial, ele comparou as cidades portuguesas em suas colônias a centros administrativos *espontâneos*, sem plano prévio, e desordenados. Afirmava que os edificadores das mesmas não teriam utilizado um código de prescrições urbanísticas, mas antes o modelo irregular de Lisboa –

com ruas estreitas e tortuosas – no Brasil, na África ou na China, visando à defesa através da altura, como recomendavam as preferências medievais. Para o autor, nas palavras de Fridman, a solução ortogonal só teria sido introduzida no século XVIII (inicialmente em Mariana em 1745³⁰), ainda que reconhecesse a utilização da planta *espanhola*, em menores proporções, nas aldeias ou reduções dos jesuítas, religiosos considerados como “uma grande força colonizadora”. Smith faz menção também às Leis das Índias,³¹ como sendo criação dos mestres renascentistas a partir da inspiração nos *bastides* do sul da França, combinado ao conceito clássico de cidade monumental, bastante apreciado pelos humanistas italianos.

Já outro autor que faz menção ao traçado urbano é Nestor Goulart (1995), porém defendendo uma outra perspectiva, segundo a qual mesmo nos menores centros urbanos, teria sido adotado um traçado regular “tendendo ao xadrez”, cujo foco estava na praça e na valorização dos pontos de maior interesse, além de um “zoneamento incipiente” a partir dos usos das construções. O autor procurou demonstrar como a existência de uma legislação portuguesa voltada para a construção de vilas pode significar um planejamento formal, ainda que o “saber fazer cidades” fosse mais empírico que teórico (apud FRIDMAN. 2005 p. 54).

E nesta mesma linha, Roberta Delson (1997), concordando com Reis Filho, afirmando que desde o século XVIII, comunidades foram estabelecidas no *sertão*, subordinadas a um protótipo cujo traçado possuía conceitos barrocos (ruas retilíneas, praças bem delineadas, uniformidade de elementos arquitetônicos), facilmente adaptáveis às condições locais (*idem*, p. 56).

Mas é Murilo Marx que ultimamente se tem destacado por interpretar a evolução da cidade brasileira a partir da percepção entre *domínio, responsabilidade e criação do espaço*

³⁰ O traçado urbano de Mariana é bem mais próximo do substrato da cultura maneirista peninsular que fundamentou a prática da engenharia militar.

³¹ Foram escritas em 1570 por Palácios, erudito da Universidade de Salamanca. Eram leis de urbanismo (decretos, alvarás e medidas reais), ditadas pelas províncias hispano-americanas e compiladas como “Legislação das Índias”. Criadas para determinar o traçado das cidades fundadas pelos espanhóis, na ocasião da conquista das Américas, elas não se limitam à concepção formal, mas também a elaborar o zoneamento e uso do solo, visando equilibrar a relação campo-cidade. A cidade assume o papel de “centro” funcional e operacional. As *Leis das Índias* davam indicações precisas sobre a localização das cidades a serem fundadas, e sobre as distâncias mínimas a respeitar entre elas, e com aquelas já existentes. Filipe II, no ano de 1573, instituiu a primeira legislação urbanística da idade moderna, a chamada *Lei das Índias*. Com esta lei, torna-se possível uma associação entre os princípios ideias renascentistas, as influências do Tratado de Vitruvius, e as realizações concretizadas na América. Na verdade, a Lei de Filipe II, não fez mais do que consagrar a planta ortogonal, que na prática já estava sendo implementada. www.archi.fr/SIRCHAL/glossair/glosinda.htm.

e do ambiente construído. Em todos os seus textos, vão aparecer análises das constantes alterações em edifícios, e traçados urbanos correlatos. Em seu livro *A Cidade Brasileira* (1980), já anunciava a importância da Igreja em sua intervenção urbana, face às edificações militares e públicas. Em obras posteriores, pôde demonstrar que os edifícios monásticos tinham um porte superior às obras de defesa, aos prédios públicos e aos templos, sendo que tais estabelecimentos chegaram a agir como embriões de aglomerados urbanos, e constituíram pontos nevrálgicos de uma rede urbana ainda rala e tênue.

E assim sendo, a localização previamente recomendada para os locais sagrados (locais decentes, sítio alto, livre de umidade, bons ventos, fontes de água, entre outros), acabava por se tornar uma condicionante para o tecido urbano, cujo crescimento se dava à custa do patrimônio religioso. Marx continua mostrando que o adensamento se deu ao redor desses marcos, e caberia provar a influência do patrimônio católico para a evolução urbana, assim como investigar o rossio e o patrimônio leigo. Como Marx assinala, a laicização resultou em gradativa substituição da Igreja pelo Estado no papel de orientador do espaço construído (apud FRIDMAN, 2005, p. 58).

Maurício de Almeida Abreu, em seu texto *Pensando a Cidade no Brasil do passado* (1996), trás à tona a questão do “desleixo” português, para a qual contrapôs ao modelo espanhol, seguindo Nestor Goulart Reis Filho, se referindo à presença dos engenheiros militares, com seus saberes aplicados na construção de assentamentos de fronteiras e de cidades reais, regidos por planos regulares. E acrescenta uma questão também já abordada por Murilo Marx, que tinha a ver com as recomendações feitas desde o século XVI, de medição e arruamento das áreas urbanas no instante da doação, o que denota na sua concepção, a atividade de planejamento das autoridades lusas.

Para Flávio Ferreira (1996), as grandes diferenças entre as cidades coloniais espanhola e a brasileira, não estariam no fato de uma ser “planejada” e a outra “espontânea”, mas sim em diferenças qualitativas e quantitativas de suas metrópoles, em diferentes tradições urbanísticas em Portugal e Espanha, diferenças demográficas e culturais nos dois lados do continente americano, e diferentes paisagens e sítios, donde resultariam políticas diversas de colonização, com diferentes papéis para as cidades. Deste conjunto de diferenças, se explicariam as formas urbanas diferentes entre as duas colônias nas Américas. E o autor conclui também afirmando que, ao contrário do que usualmente se crê, as cidades coloniais brasileiras têm padrões urbanísticos tão bem definidos e planos

urbanos tão “racionais” quanto as cidades espanholas. E na sua ótica, o que está faltando é a clara explicitação destes planos e padrões urbanísticos em textos e desenhos.³²

Outra autora que também segue por esta perspectiva de análise, é Giovanna Del Brenna,³³ cuja oposição para si também não reside no “planejamento espanhol” e no “não planejamento português”, mas sim nas lógicas e concepções diferentes dos seus modelos originais. Assim para Brenna, a tradição urbanística espanhola estaria baseada em um modelo físico e a tradição urbanística portuguesa, num modelo mental. A partir desta concepção é que se explicaria a “regularidade” do urbanismo colonial português, que a seu ver nada tem de espontâneo.

Outra autora que traz dados também bastante interessantes sobre o assunto é Beatriz P. Siqueira Bueno (1996), quando apresenta o aspecto do intercâmbio cultural entre Portugal e Espanha, no período anterior à ascensão de Filipe II ao trono português (1581), sendo significativa a transferência de conhecimento e técnicos, da “Escola Particular de Moços Fidalgos do Paço da Ribeira” de Lisboa, para o Alcázar de Madri no momento da união das duas Coroas. O que a autora apresenta é que ao contrário do que se pensa, Filipe II teria assimilado uma estrutura de ensino já consolidada em Portugal desde 1562 e sem precedentes na Espanha.³⁴

Bueno afirma que Juan de Herrera, um dos principais arquitetos espanhóis do período, chegou a permanecer dois anos em Lisboa (1581 – 1582), juntamente com Filipe II, e ao regressar teria estimulado o rei a fundar em Madri a “Academia de Matemáticas e Arquitectura”, em outubro de 1583. Tratava-se de um centro de altos estudos, instalado numa casa vizinha ao Palácio Real (o Alcázar), onde durante aproximadamente meio século se ensinou a jovens fidalgos matérias de natureza especulativa, associadas às suas aplicações práticas, sobretudo nos domínios da náutica e da arquitetura militar.

Na seqüência, Bueno relata também que em dezembro de 1582, menos de dois meses antes de abandonar o Paço da Ribeira de regresso à Espanha, o Rei assinou as cédulas de nomeação dos primeiros professores: o cosmógrafo-mor João Batista Lavanha, encarregado de lecionar matemática; Pedro Ambrósio Onderiz, para ajudá-lo a traduzir os

³² Flávio Ferreira. *Cidades Coloniais Brasileiras e Espanholas na América: Uma Abordagem Comparativa*. in IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Vol. 1, org, Denise B. P. Machado, 1996 IPPUR

³³ In IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Vol. 1, p. 555. Org, Denise B. P. Machado, 1996 IPPUR.

³⁴ Beatriz P. Siqueira Bueno. *Particularidades do Processo de Colonização da América Espanhola e Portuguesa*. In IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Vol. 1, org, Denise B. P. Machado, 1996 IPPUR

livros necessários a essa matéria, e Luis Jorge de Barbuda, para se ocupar da cosmografia e geografia. E assim, no ano seguinte, Herrera teria completado o elenco com o ensino da Arquitetura.

Já Rafael Moreira defende a tese de que tal academia teria origem lusitana, inspirada na “Escola Particular de Moços Fidalgos do Paço da Ribeira”. Não é apenas a fato de ela ter sido concebida em Lisboa que induz a sustentar tal teoria. Mas vê na escolha dos professores algo bastante sintomático, pois João Batista Lavanha e Luis Jorge de Barbuda eram portugueses, sendo Lavanha um veterano da anterior escola de D. Sebastião. Ao passo que Pedro Onderiz, viera para Portugal a fim de completar sua instrução com Lavanha, de quem se declarava discípulo (apud BUENO, 1996).

Estes dados e muitos outros não mencionados aqui são muito significativos, na medida em que nos permitem colocar em dúvida, a visão provavelmente equivocada, de que somente Portugal teria se beneficiado tecnicamente com a união das duas coroas, ou que estivesse atrasado em relação aos conhecimentos científicos mobilizados pela Espanha.

O objetivo neste capítulo não é em hipótese alguma, esgotar o debate sobre o tema do perfil urbano luso e de Castela. Primeiro, porque não é o objeto desta dissertação, e segundo, que os textos aqui apresentados, já nos mostram as principais vertentes sobre o debate. E a partir das contribuições dos autores aqui citados, já me permito fazer algumas inferências e tirar algumas conclusões.

Primeiramente, volto ao fator apresentado logo no início deste capítulo, que diz respeito a Portugal ter estado em contato com outras nações, e daí ter sofrido a influência da experiência urbana de outros povos, como se pode ver no período em que esteve sob colonização romana e sua cultura militar de construção. Nas palavras de Sennet, diferentemente dos gregos, os romanos, que também colonizaram a península ibérica, buscavam uma metamorfose dos povos conquistados, queriam que estes se tornassem romanos. Daí afirmar que os romanos no seu processo de conquista, “transplantavam sua arquitetura urbana para os territórios conquistados”.³⁵ Ainda que não tenha sido invenção romana, o que ficou conhecido como rede romana foi transmitido aos outros povos colonizados pelo Império Romano (SENNET, 2003 p.83).

³⁵ Richard Sennet, *Carne e Pedra: O Corpo e a Cidade na Civilização Ocidental*. Editora Record, 3ª edição, R. J. e S. P. 2003.

Mas algo que me chamou bastante atenção na obra de Sennet, ao se referir ao perfil dos romanos, que creio terem também passado aos portugueses, foi a preocupação em situar as novas cidades “onde existissem portos acessíveis, mercados em expansão, defesas naturais etc.” (*idem* p. 97). E um dos primeiros aspectos que Nunes (2004) apresenta, como sendo características da cidade colonial portuguesa é que, esta surge “a partir de um porto marítimo de certo porte, que se especializa na exportação e importação”. É interessante notar como Portugal teria seguido “fielmente” este princípio já praticado pelos romanos séculos antes, isto é, antes mesmo de existir o reino português. Vemos este fenômeno no século XVI, quando Lisboa passa a destacar-se dentre as cidades portuguesas devido ao papel desempenhado pelo porto, em virtude das viagens marítimas para as Américas, África e Ásia. E que estava relacionado também ao declínio dos portos algarvios na região Sul, mencionado anteriormente. Também na edificação do Rio de Janeiro e Lourenço Marques, séculos depois, a existência de portos naturais foi fator determinante para a fundação das mesmas.

Mesmo levando em conta as diferentes perspectivas, penso que uma das mais interessantes, é a que aponta a diferença não para o planejamento de uma, e o não planejamento de outra, mas sim para aspectos qualitativos e quantitativos entre as duas metrópoles. Que também refletiram suas características político-ideológicas, em suas ações colonizadoras. Pois se reduzirmos a racionalidade humana ao traçado urbano meramente, penso que estaríamos limitando bastante a capacidade e a complexidade humanas, e neste caso, a capacidade e complexidade da cultura portuguesa. Se os portugueses demonstraram uma grande flexibilidade de se adaptarem às novas condições nos trópicos, suponho também que seu comportamento urbano nas colônias, teria seguido este mesmo perfil. Sendo assim, quando foi necessário, as cidades seguiram o caminho sinuoso das *procissões* pelos morros acima (quando sob grande influência da Igreja), e aos poucos, a linha reta expressando a disciplina militar, (quando o poder político foi mais presente), seguindo um processo de laicização gradativo na substituição da Igreja pelo Estado, no papel de orientador do espaço construído.

Deste modo, não é de surpreender que desde o governo de D. Dinis (1279 – 1325), se pudesse verificar uma preocupação com o planejamento urbano, como cita a historiografia portuguesa se referindo, por exemplo, à Vila Viçosa, e ao primeiro calçamento de Lisboa ainda no período de D. Dinis. Claro que ao se observarem as

respectivas plantas das cidades deste período, não se identifica um traçado aos moldes que conhecemos hoje. Entretanto, o mesmo não ocorreu no Brasil numa primeira fase da colonização, porém quando a política de Lisboa com relação às colônias tomou outra vertente, a fundação das cidades bem como as reformas urbanas também mudaram.

Por isso vemos que, desde os meados do século XVII, (época em que o Brasil se tornou a principal possessão portuguesa), o governo metropolitano havia adotado uma postura centralizadora e uma política urbanizadora mais agressiva, visando controlar mais diretamente não somente as cidades reais e as sedes das capitânicas, mas todas as aglomerações em todos os níveis e regiões.

Logo, a nova política urbanizadora da Coroa que se fez sentir mais a partir do século XVIII no Brasil, traduziu-se também por um maior interesse pelo ordenamento das aglomerações, o que estava perfeitamente de acordo com a visão iluminista de que, os cuidados com a organização espacial das cidades representariam “o nível de civilidade e de cultura de seus habitantes”. E começando por aplicá-la com muita clareza quando da reconstrução de Lisboa, a Coroa foi estendendo este modelo como vimos para as outras regiões dentro de Portugal e nas colônias, como foi o caso do Rio de Janeiro e mais tarde Lourenço Marques.

II. Rio de Janeiro e a Construção Social do Espaço

No período colonial, a paisagem do Rio de Janeiro reflete a pluralidade de suas identidades quanto a sua interconectividade, numa dinâmica em que o imaginário social se constrói sobre ela, e que está em permanente processo de construção. E neste sentido, a urbe é definida pela multiplicidade de experiências que ocorrem no espaço, pela confluência de inúmeras relações sociais imprescindíveis em sua complexidade e unicidade, mas por outro lado, parte de uma vida social potencializada pela cidade mesma.

Neste sentido, a cidade não pode ser estudada isoladamente, e nem ser considerada como um organismo vivo independente, pois não é a cidade em si que “organiza” a rede urbana. A cidade é apenas resultado das formas que as relações sociais assumem no processo de ocupação do espaço. O que nos permite afirmar que determinadas formas de relações sociais, vão produzir também certos tipos urbanos. Contudo, nesta relação do homem com a cidade, fica claro que o homem transforma o seu espaço, mas esta transformação não vai aparecer como um produto humano, e sim exterior ao homem, e neste sentido este aparece como elemento e não como sujeito.

O desenvolvimento das comunidades e dos bairros nesta cidade esteve vinculado a uma combinação de fatores políticos-econômicos e religiosos. E isto diz respeito à forma como os seus habitantes se envolveram na sua construção e expansão. Não somente pela intervenção objetiva na forma de edifícios e da infra-estrutura, mas também pelos objetivos almejados pela Igreja, pela política e ideologia da metrópole. Porém, tal assertiva não anula o fato de que no cômputo geral, o “eixo propulsor” da colonização moderna situava-se nos planos político e econômico. No sentido de que a colonização do Novo Mundo, articulou-se de maneira direta aos processos correlatos de formação dos Estados e de expansão do comércio, que marcam a abertura da modernidade européia.³⁶

A idéia do espaço organizado pelo homem, no campo da sociologia urbana, levamos ao sentido de espaço como produto de relações sociais determinadas. O homem vai, ao longo da história das cidades, estabelecendo as relações que o constroem como um indivíduo urbano. Esse processo se desenvolve em uma dinâmica de relações contraditórias que se superam ou se desenvolvem, na medida em que, cada uma delas trás em si a

³⁶ In, *História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa*, Coordenador Geral da coleção, Novais, Fernando A.; Organização: Souza, Laura de Melo. S.P. Companhia das Letras, Vol. I, 8ª edição. 2004

contradição. Ele caminha no sentido da contradição entre aparência e essência, entre o que se vê (a pedra) e o que é (os valores), entre uma realidade aparentemente estática e o seu conteúdo intrínseco, baseado num processo que, ao se desenvolver, cria-se pela unidade de relações contraditórias que se manifestam entre os diferentes segmentos sociais na cidade.

O papel e o lugar ocupado na cidade, em relação à totalidade considerada, terá sua articulação e conseqüente importância, de acordo com a sua determinação dentro do processo de produção espacial urbano, que surge também a partir da divisão espacial do trabalho e habitacional. Esta divisão implica, necessariamente, uma hierarquia espacial (onde cada um desempenhará um papel específico, quanto à produção, distribuição e acesso aos recursos e serviços oferecidos pela cidade).

Na história das cidades, e com maior destaque nas cidades coloniais, o primeiro aspecto que chama atenção quando se observa a paisagem urbana, são os contrastes nela presentes, resultantes das diferenças existentes. Contrastes estes que vão desde os próprios cidadãos bem como a infra-estrutura urbana, até ao tipo de relações que se estabelecem entre os mesmos, envolvendo seus usos e costumes.

Tais diferenciações baseiam-se no fato de que, a cidade historicamente é resultado de uma concentração de pessoas, exercendo em função da divisão social do trabalho, uma série de atividades concorrentes ou complementares. E por outro lado, o processo de urbanização vai se fundamentar num processo desigual, o que levará o espaço a refletir tais contradições. Por exemplo, nas grandes cidades, tende a ocorrer uma deterioração do centro e/ou das áreas centrais, que passam a ser ocupadas por casas de diversão noturna, pensões, hotéis de segunda classe e zonas de prostituição. Isso faz com que os chamados “bairros ricos” localizados próximos às áreas centrais sofram uma mudança de clientela; os antigos moradores deslocam-se para áreas privilegiadas mais afastadas, formando assim seus condomínios fechados. E a moradia torna-se sinônimo de *status*.

Claro que numa cidade colonial, a ocupação do espaço assume outras vertentes, devido à segregação extrema em que se vive. O grupo dominante, que tende a ser dos colonizadores europeus, tende a ocupar os mesmos espaços, de preferência os melhores da cidade, que na verdade se tornam melhores pelo investimento que as elites urbanas efetuam. E em virtude dos laços de nacionalidade e de ocupação, formam um grupo “coeso”, residem na mesma vizinhança, tendem a se visitar com frequência, se reunindo nas casas uns dos outros para chás, saraus e jantares. E permanecem por muito mais tempo

em um mesmo endereço, ao passo que os escravos e os grupos excluídos, tendem a se deslocar com maior frequência de um endereço para outro.

O fator sócio-econômico aparece como o principal motivo da troca de endereço entre os segmentos desprivilegiados, expressando a desigualdade dominante numa cidade colonial. Mas o fato é que a desigualdade neste contexto é também acompanhada de exclusão. E nas palavras de Sonia Fleury, Boaventura Souza Santos define a exclusão como sendo um “fenômeno cultural e social, um fenômeno de civilização” ao passo que a desigualdade, este a define como sendo “um fenômeno sócio-econômico” (apud. FLEURY, 2004).³⁷ Mas a exclusão e as desigualdades atualmente em voga, têm características diferentes do nosso objeto no contexto colonial. É que numa cidade colonial, e mais particularmente no Rio de Janeiro, a segregação social assim como as diferenças sociais atingem os níveis mais elevados possíveis, em virtude da natureza das relações sociais predominantes.

Na medida em que as diferenças sociais caminham para uma relação de superioridade e inferioridade, como é o caso da cidade colonial, elas tornam-se relevantes para a teoria da estratificação. Primeiramente por envolver a avaliação moral, pois este é um aspecto mais amplo de “orientação normativa”, no sentido em que, no caso de um erro conspícuo de hierarquia, se verifica uma reação das pessoas envolvidas. Caso comum entre assim ditas diferentes civilizações, o colono europeu, se acharia “injustamente” desacreditado ao ser colocado no mesmo nível dos indígenas americanos ou dos negros.

Outro fato crucial é a importância do indivíduo humano como uma unidade de sistemas sociais concretos, que relacionado ao anterior (a avaliação moral), o indivíduo é avaliado como unidade grupal, e não pelas suas qualidades particulares ou atos. Isto leva a uma hierarquização pelo fato de que, não se trata mais de uma questão entre um indivíduo *A*, em relação a um indivíduo *B*, mas sim, que todo um grupo é colocado em uma categoria *C* como iguais exatos, e a outra *D*.³⁸ Contudo, o ideal seria que todos os indivíduos pertencentes a um dado sistema social fossem categorizados como iguais exatos, mas isto ainda permanece como um simples anelo dos segmentos sociais sob a condição de dominados.

³⁷ Trabalho apresentado no *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Coimbra, 16 – 18 de setembro de 2004

³⁸ Talcott Parsons, “Uma Abordagem Analítica da Teoria da Estratificação Social” in: *American Journal of Sociology*, maio, 1940, pp. 841-862.

O agrupamento de indivíduos em categorias diferenciadas em uma dada sociedade, embora que não necessariamente, nos remete aos conceitos de “classe” e “grupos de *status*” apresentados por Weber.³⁹ A *classe* e o *status* estariam de forma geral relacionados às ordens “econômica” e “social” respectivamente, e por outro lado, também se referem a fenômenos de distribuição de poder dentro duma comunidade. Mas as *classes* não formariam comunidades, e sim bases possíveis e freqüentes de ação comunal. A dimensão econômica da *classe* se expressa na oportunidade típica de um suprimento de bens, condições exteriores de vida, e experiências pessoais, na medida em que essa oportunidade é determinada pelo volume e tipo de poder. O que apresenta uma “situação de mercado”, no sentido em que o tipo de oportunidade no mercado é, o momento decisivo que coloca uma condição comum para o destino do indivíduo.

Mas como nosso objeto é o Rio de Janeiro colonial, as condições de mercado e de propriedade não são “puras”, o que não permite uma competição no mercado por parte de todos os indivíduos integrantes dos diferentes segmentos sociais. E assim, Weber vai afirmar que os escravos não são, entretanto, uma “classe” no sentido técnico do termo, mas constituem antes um “grupo de *status*”.(WEBER apud. VELHO, 1981 p. 65).

Os “grupos de *status*”, se caracterizam basicamente pelo fato do componente típico do destino dos homens ser determinado por uma estimativa social específica, positiva ou negativa de “honra”.⁴⁰ Ainda que a honra de *status* normalmente se oponha às pretensões de posse, pessoas com ou sem propriedade, podem pertencer ao mesmo grupo de *status*. E neste sentido, os negros libertos ou escravos formavam assim um mesmo grupo de *status*, e conseqüentemente uma mesma comunidade em oposição ao grupo dominante dos portugueses ou seus descendentes. Mas nesta linha de raciocínio, na cidade colonial, em princípio, somente o grupo dominante formava uma *classe* no sentido weberiano, ainda que entre eles houvessem vários grupos de *status*, em virtude da honra social positiva diferenciada.

A honra de *status* vai ser expressa normalmente pelo estilo de vida de todos os que pertencem ou desejam pertencer ao círculo. O que por sua vez origina uma estratificação social por grupos de *status*, a partir do tipo de casa e rua em que se mora, do tipo de

³⁹ Conceitos trabalhados por Weber em seu texto “Classe, Status, Partido”. In Otávio Guilherme Velho, Moacir G. S. Palmeira e António R. Bertelli (Orgs), *Estrutura de Classes e Estratificação Social*. Zahar Editores, 9ª edição, R.J. 1981

⁴⁰ (*Idem*) Alguns autores preferem traduzir a palavra alemã *Ehre* por prestígio, em vez de *honra*.

emprego, dos lugares que se freqüenta, dos relacionamentos sociais e etc. E que do outro lado vai segregar os estratos negativamente privilegiados de forma extrema, por existirem diferenças subjacentes consideradas “raciais” (ou étnicas). Daí onde todo um grupo de indivíduos é colocado em uma mesma categoria hierarquicamente inferior. Mas como veremos mais adiante, a hierarquização vigente na cidade colonial na sua estrutura de *status* é bastante complexa, em grande parte resultante das diferentes classificações e categorizações “étnico-raciais” existentes naquele contexto.

A estratificação social baseada em categorias “raciais” remete-nos ao conceito de *Homem Marginal* criado por Ezra Park (1928)⁴¹, e mais tarde desenvolvido por seu aluno Everett V. Stonequist, em sua tese de doutorado defendida em 1930. Este conceito é importante para a presente dissertação, pois nos ajudará a entender muito dos fenômenos urbanos surgidos da interação entre os diferentes segmentos sociais no Rio de Janeiro e Lourenço Marques. Tendo suas raízes no pensamento de Simmel sobre o estrangeiro⁴², Park foi muito influenciado pelo pensamento alemão após ter freqüentado três cursos em Berlim em 1900, daí seu pensamento e produção teórica posteriores terem muito da contribuição daquele autor.

Se na cidade colonial do Rio de Janeiro as características dominantes dos integrantes são a de estrangeiro e migrante, isto nos leva justamente ao cerne da questão que motivou os estudos urbanos em Chicago no início do século XX. Esta cidade neste período verificou um crescimento tanto da população, quanto dos seus bairros resultado da crescente imigração, que preocupou as instituições do governo, que por sua vez solicitaram ajuda dos acadêmicos da Universidade de Chicago. As imigrações colocaram em contato diferentes culturas que produziram uma *desorganização* das instituições sociais. E nestes processos tendem a ser mais afetadas as culturas “mais fracas”, ou seja, as do grupo minoritário (COULON, 1995).

Para Ezra Park, o *Homem Marginal* é o tipo personalidade que surge do confronto de duas culturas ou mais, cuja figura típica, tanto em Park como em Simmel, é o judeu emancipado. Como o próprio Park descreveu: “O judeu emancipado é o *homem marginal*

⁴¹ R. Park, “Human migration and the marginal man”, *American Journal of Sociology*, 33, 1928, pp. 339 – 344. Park utilizou esta expressão pela primeira vez em um artigo publicado em 1928, em que expunha claramente o mecanismo do conflito intercultural. No enfrentamento entre as duas culturas aparece um novo tipo de personalidade, cuja figura típica, tanto em Park como em Simmel, é o judeu emancipado.

⁴² Georg Simmel, “Digressions sur l'étranger”. In Y. Grafmeyer e I. Joseph (Orgs.) *L'École de Chicago: naissance de l'écologie urbaine*. Paris: Aubier Montaigne, 1984.

típico, historicamente falando, o primeiro homem cosmopolita e o primeiro cidadão do mundo”.(apud COULON, 1995, p. 57). Park acrescenta que o *homem marginal* seria tipicamente um imigrante de segunda geração, que sofreu plenamente os efeitos da desorganização do grupo familiar, e assim seria definido antes de mais nada, como mestiço ou mulato. E em 1934, Park estendeu o sentido deste conceito à situação dos trabalhadores negros dos estados do sul, que viviam “à margem” da cultura branca (*idem*. p. 58).

Entretanto, o *homem marginal* não seria apenas o indivíduo pertencente a uma cultura diferente, em geral situada a meio caminho entre a cultura tribal primitiva e a cultura mais moderna e sofisticada da vida urbana. Acrescido a este fator, também seria sempre um migrante, seja ele europeu ou negro, que veio para a cidade geralmente em busca de trabalho. Daí que o *homem marginal*, ao separar-se da sua cultura de origem, é sempre alguém que, *aculturando-se*⁴³ constrói para si mesmo uma nova identidade.

Mas em Stonequist, a personalidade marginal surge quando um indivíduo se “vê involuntariamente iniciado em duas ou várias tradições históricas, lingüísticas, políticas ou religiosas, ou ainda em vários códigos morais”.(*idem*. p. 59) Logo, o *homem marginal* seria um indivíduo em conflito psicológico entre diversos mundos sociais, cuja intensidade varia segundo as situações individuais. O *homem marginal*, elaborando um novo mundo a partir de suas experiências culturais diversas, sente-se com frequência rejeitado, e com razão, pois está apenas parcialmente *assimilado*.⁴⁴ E deste modo, segundo Stonequist, aquele vai desenvolver duras críticas acerca da cultura dominante que o rejeita apesar de seus esforços de integração, e denuncia suas hipocrisias e contradições (*idem*).

Por outro lado, para Stonequist, o tipo de personalidade marginal se verifica no contexto em que, do conflito de (duas ou mais) “raças” e culturas diferentes, novas sociedades, novos grupos humanos e novas culturas vêm à existência. Então, a sorte que o condena a viver ao mesmo tempo em “dois mundos”, é a mesma que o impele a assumir em relação aos mundos em que vive, o papel de um cosmopolita e estrangeiro. Inevitavelmente se torna em relação ao seu meio cultural, um indivíduo com um horizonte mais amplo. Park vai mais além na introdução que escreveu para o livro de Stonequist,

⁴³ *Aculturação* é um fenômeno pelo qual um indivíduo adquire a cultura de um grupo no qual esteja inserido. Alain Coulon. *A Escola de Chicago*. Papirus, Campinas 1995, p. 55.

⁴⁴ *Assimilação* é um processo que engloba a aculturação, mas que supõe antes de mais nada uma completa identificação do indivíduo com o grupo. Alain Coulon, *A Escola de Chicago*. Papirus, Campinas 1995, p. 55.

dizendo que o homem marginal é sempre um ser humano relativamente mais civilizado.⁴⁵ Logo, este é um indivíduo essencialmente urbano.

A condição do Homem Marginal, em certo sentido também nos remete às formas de *classificação*, fenômeno estudado e apresentado por Durkheim e Mauss (1999), em um ensaio escrito a quatro mãos.⁴⁶ Na verdade, como tentam mostrar os dois autores, classificar não é apenas constituir grupos: é antes, dispô-los segundo relações muito especiais. Estes são representados pelos sujeitos, como coordenados ou subordinados uns aos outros. Há os que dominam, e outros que são dominados, e outros que são independentes entre si. Toda classificação implica assim, em uma ordem hierárquica. Vale a pena assim, recuperar algumas de suas reflexões neste texto.

Deste modo, esquema de *classificação*, segundo os mesmos autores, não é um produto espontâneo do entendimento abstrato, mas resulta de uma elaboração, na qual entram todos os tipos de elementos estranhos. As idéias são aí organizadas, segundo um modelo fornecido pela sociedade. E freqüentemente (senão sempre), não existe classificação acabada, sistema constituído, ele vai se complexificando, junto com a própria dinâmica da sociedade. O tipo de classificação vai exprimir, sob diferentes aspetos, as próprias sociedades no seio das quais ela foi elaborada.

Entende-se também, a partir da concepção destes autores que, classificar não seja uma faculdade inata do indivíduo, mas fruto do processo de socialização. Quando se trata de estabelecer relações entre os espaços, as relações espaciais que os homens mantêm no interior da sociedade, é que servem de ponto de referência para a elaboração do sistema classificatório, assim, as condições que o criam são de natureza social, pois os tipos de relações entre os indivíduos é que servem de protótipo ao sistema classificatório.

Atribuir tais ou tais características a um indivíduo, equivale a agrupá-lo sob um mesmo grupo genérico, alinhá-lo numa mesma classe; as genealogias e as identificações admitidas entre os indivíduos, implicam relações de coordenação ou de subordinação entre as classes de coisas que estes indivíduos representam. Assim, eles não são dispostos simplesmente sob a forma de grupos isolados uns dos outros, mas tais grupos mantêm entre si relações definidas e seu conjunto forma um só e mesmo todo. Têm como objeto,

⁴⁵ Everett V. Stonequist, *The Marginal Man: a study in personality and culture conflict*. Russel & Russel INC New York, 1961. (Tradução do Autor).

⁴⁶ Emile Durkheim & Marcel Mauss. *Algumas formas Primitivas de Classificação*. In: Marcel Mauss. Ensaio de Sociologia, 2ª ed. Editora Perspectiva, São Paulo, 1999.

não facilitar a ação, mas fazer compreender e tornar inteligíveis as relações existentes entre os seres, e estas, são comparáveis às que existem entre o senhor e o escravo, entre o chefe e o subordinado (DURKHEIM & MAUSS, 1999). Assim, a partir das reflexões teóricas destes dois autores, podemos tentar compreender a natureza das classificações no Rio de Janeiro.

O que pretendo nesta dissertação é analisar como as classificações e categorizações “étnico-raciais” nas duas cidades em estudo, e neste caso específico no Rio de Janeiro, vão refletir os tipos de urbanização levados a cabo em cada uma das cidades. E aqui importa lembrar que este não foi o único fator determinante, mas sim que contribuiu bastante para a observância do mesmo fenômeno. Mas por questões metodológicas não tenho aqui como abordar todos os elementos envolvidos, logo, ter que selecionar os mais significativos para responder às necessidades da presente dissertação. Assim, pretendo contemplar três deles: a *Igreja*, a *casa* e a *rua*.

Quando me refiro a *Igreja* aqui, tomo-a como instituição predominante no Brasil colônia, partindo de sua ideologia, passando pela infra-estrutura material como mosteiros, capelas, conventos, templos até suas ordens e irmandades, em outras palavras, tudo que esteja relacionado a ela e/ou sob seu controle. E como veremos adiante, o cotidiano bem como a paisagem no Rio de Janeiro estavam vinculados à presença dos religiosos, e estes foram responsáveis por grande parte dos referenciais diários da população carioca como afirmou Fridman (1999), daí, participarem diretamente no processo de hierarquização e categorização dos diferentes grupos residentes na cidade. É fato que no Ocidente, após a queda do Império Romano, a única instituição poderosa e universal foi a Igreja, e ser membro de uma paróquia numa cidade colonial era teoricamente voluntário, mas praticamente obrigatório (MUMFORD, 1998, p. 290). E a religião influenciou na caracterização do *status* associado ao conceito de categoria social baseado na pureza de fé, e logo à pureza de *raça*.

Quanto ao papel da *casa*, já dizia G. Freyre, “é na verdade, o centro mais importante de adaptação do homem ao meio” (FREYRE, 2000, p.17). Sendo a sociedade colonial bastante hierarquizada, a casa colonial em certo sentido espelhava a vida urbana exterior nas suas relações complexas entre os diferentes gêneros, etnias, senhores e escravos. A sua geometria e localização vão evidenciar, a posição social dos seus proprietários ou suas aspirações na mobilidade social. E citando Roberto da Matta (1987),

a “casa” e a “rua” como categorias sociológicas, são acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias étnicas dotadas de positividade.

A *rua*, acrescido ao que foi dito anteriormente, é um espaço de socialização e que permite, para não dizer que força, a convivência ou o contacto entre os diferentes segmentos ou grupos sociais. Entretanto, a rua também é o espaço do anonimato, do público, do conflito e das amizades. Mas diria também que é a “artéria”, ou “veia” da cidade que permite com que o “sangue” circule, a fim de poder manter e reproduzir a vida urbana.⁴⁷ Canal que leva o homem à presença de outros homens, e a recintos para todas as formas de convivência, que aplacam a angústia de ser só, fazendo um equilíbrio com o círculo doméstico, e imergir no mundo dos pensamentos, paixões e anseios coletivos, isto é, de ser um *cidadão*.

A Igreja.

Até o período do século XVIII, em que a política urbanizadora da Coroa tomou uma nova vertente, ainda se percebe uma hegemonia da Igreja na definição dos estabelecimentos, das atividades e dos caminhos da expansão territorial. Na falta de políticas específicas para a conformação urbana na colônia, a Igreja por meio das ordens, confrarias e irmandades, vai ter privilégios na ocupação dos espaços da cidade emergente. No âmbito da relação entre a Igreja e o Estado, o clero impôs normas expressas para os seus assentamentos sagrados, como templos, conventos e etc.

O fato é que já na Europa moderna, a religião mantinha-se imprescindível à ordem social hierárquica e ao Estado absolutista, ambos fundados no privilégio. E esse peso da religião, acentuava-se nas colônias como legitimação da conquista.⁴⁸ Porém, o monopólio imobiliário da Igreja terminou em 1850 com a Lei de Terras, que marcou o início da mercantilização do *chão* devoluto, e assim novos agentes produtores do espaço urbano carioca se constituíram.⁴⁹

⁴⁷ No Iluminismo do séc. XVIII, as descobertas sobre a circulação do sangue apresentadas por William Harvey em sua obra *De motu cordis*, publicada em 1628, começaram a ser aplicadas aos centros urbanos. Construtores e reformadores passaram a dar maior ênfase, a tudo que facilitasse a liberdade do trânsito das pessoas, e seu consumo de oxigênio, imaginando uma cidade de artérias e veias contínuas, através das quais os habitantes pudessem se transportar tais quais hemácias e leucócitos no plasma saudável. *In*: Richard Sennett, *Carne e Pedra*. Editora Record, Rio de Janeiro – São Paulo, 3ª edição 2003, p. 213,214.

⁴⁸ *Idem*. p. 33

⁴⁹ Fania Fridman, *Donos do Rio em Nome do Rei: Uma História Fundiária da Cidade do Rio de Janeiro*. R.J., Jorge Zahar Edi.: Garamond, 1999.

A influência da Igreja se fazia ver em todos os aspetos da cidade, e seguindo o espírito ostensivo dos portugueses, a cidade adquiriu uma característica típica, descrita por visitantes da época como tendo “um aspecto imponente por sua posição e por suas numerosas igrejas caiadas de branco”.⁵⁰ E a partir do tipo de relação que esta mantinha com o Estado, que por vezes carecia de normas civis específicas para a conformação urbana, aí as leis eclesiásticas tornaram-se definidoras do estabelecimento das atividades e dos caminhos da expansão territorial (FRIDMAN, 1999).

O lento, porém gradual processo de transformação da urbe, e até da reprodução humana, vai se materializar no espaço urbano, e é apreendido na paisagem através de uma série de elementos, tais como novas construções, vias de comunicação, praças e etc. E como já citado acima, a relação entre o poder civil e a Igreja podia ser avaliada, do ponto de vista administrativo, pela divisão da cidade em freguesias, de acordo com as paróquias. Este fator contribuiu grandemente para a distribuição espacial e social dos agentes e dos equipamentos coletivos, e ainda na “criação” de uma vida urbana típica.

O aparecimento das primeiras configurações urbanas – efetivamente o primeiro momento da segregação sócio-espacial – definiu a situação de quem estava dentro dos muros, separados pelo mito da mata ameaçadora, e quem estava fora. O poder dos que estavam “dentro” constituía os primórdios do sistema de segregação: os espacializados, dotados de segurança e religiosidade; definidos como “incluídos” por sua condição e, na maioria das vezes, considerados *civilizados* pela catequese jesuítica. Estes eram salvaguardados pela simbologia representada através da dotação de poder e controle exercida pela elite dominante e pelo clero.

A Igreja constituiu em toda a colônia, uma vigorosa instituição de mobilidade social, não só pelo amplo papel que lhe coube desempenhar em todos os setores da comunidade, presidindo e condicionando o comportamento, os hábitos, as idéias, os anseios, forrando toda a psicologia dos indivíduos e dos grupos, mas também porque foi ela a mais prevacente e mais ampla associação com as suas irmandades ou confrarias, ordens e conventos, a atuar no seio da sociedade colonial.

As ordens e as confrarias eram de dois tipos: as ordens terceiras e as irmandades. As ordens terceiras, de caráter leigo caritativo, estavam subordinadas às ordens religiosas e vinculadas aos franciscanos, aos carmelitas, aos dominicanos, jesuítas e etc. (FRIDMAN,

⁵⁰ Nelson Omega, *A Cidade Colonial*. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro 1961 p. 45.

2003). Elas refletiam a hierarquia e a segregação da época colonial, e respondiam as necessidades sociais ignoradas pelo Estado. Serviam também como local de reuniões e assembléias. As procissões e os enterros representavam suas principais atividades. Também concediam empréstimos e eram proprietários de casas de aluguel, tinham hospitais e levavam a cabo várias obras sociais.

Estas comunidades, tornavam-se então o ponto de equilíbrio entre o Estado e a Igreja. Se por um lado o Estado era ausente em matéria das muitas necessidades sociais, por outro, a Igreja era demasiadamente rígida em alguns princípios eclesiásticos, que inclusive não via com bons olhos a relativa liberdade e poder das irmandades. Um conjunto de valores positivos as fortaleciam: a autonomia, a responsabilidade, e o fato de os seus membros se assumirem a si próprios e aos seus problemas. Pela sua dimensão coletiva, as ordens e, sobretudo as irmandades, se tornavam uma alternativa aos perigos do individualismo e, incitavam à solidariedade. Evocavam deste modo, valores mais afetivos como a intimidade, e a familiaridade,

As irmandades, uma herança da Idade Média, representavam as antigas corporações de ofício, em um momento histórico no qual não existiam partidos políticos ou sindicatos, em que tinham um *status* jurídico independente (SENNETT, 2003, p. 172). Eram associações voluntárias de leigos, dedicados à beneficência social e à ajuda mútua. Como um modelo associativo de fiéis, surgiram no contexto da reforma Tridentina,⁵¹ e que, sob o influxo de fatores diversos, tais como a valorização da religiosidade leiga, a difusão do culto aos santos, e os esforços dos missionários na evangelização das populações, se difundiu por toda a Europa ao longo do período moderno. Em Portugal, essas associações se faziam presentes desde a época da expansão marítima, atingindo, portanto, seus domínios ultramarinos.

Assim, uma vez na colônia, elas se adequaram à estrutura social em formação, por essa razão, vão existir irmandades para *brancos*, índios, *pretos*, e com o aumento da miscigenação, também para *pardos* e *crioulos*. As irmandades *brancas* de Salvador, por

⁵¹ (Tridentina é a forma adjetival de Trento) Refere-se ao *Concílio de Trento*, de 5 de Dezembro de 1570 liderada pelo Papa São Pio V, que provocou uma onda de evangelização na Igreja. Os papas e bispos post-tridentinos, souberam aproveitar as missões populares como um instrumento ágil para fazer frente à onda reformadora protestante. Fundaram-se novos institutos missionários e até grupos de padres diocesanos, com o intuito de pregar missões *afervorando* os católicos e defendendo-os das idéias heréticas, para fazer frente à onda reformadora protestante. Duma pregação missionária individual, passou-se para uma ação coletiva. Nesse contexto aparecem os jesuítas e os lazaristas. Ela foi posteriormente revista por outros papas em 1888, 1920, 1955 e 1962.

exemplo, chegavam a exigir um “certificado de pureza de sangue”, para evitar a entrada de membros de origem “racial” judia, moura ou *negra* (VASCONCELOS, 1996).

As ordens e as irmandades, contribuíram para uma segregação e conseqüente classificação “racial”, e exclusivismo social no espaço urbano carioca. Elas proporcionavam uma caracterização de *status* aos seus membros, o que se fazia acompanhar de títulos tais como os de “cristão-velho”, “cristão-velho inteiro”, “cristão-velho todo inteiro” ou então “cristão-novo”. Estes títulos remontam ao final do século XV e início do XVI em Portugal.

Ao reconhecer a importância central dos Judeus na prosperidade da cidade, Dom Manuel (1469 – 1521), decretou que todos os Judeus eram cristãos e não os deixou sair do País. Daí estes serem denominados de “cristãos-novos”, para distingui-los dos portugueses que já eram cristãos, tornando-se estes por sua vez, em “cristãos-velhos”. Essa classificação tinha um caráter discriminatório, pois dela resultou numa política de *apartheid* contra os denominados cristãos-novos.⁵² Foi somente em 25 de maio de 1773, que o Marquês de Pombal determinou, a abolição jurídica da distinção entre cristão-velho e cristão-novo em Portugal.

Sendo muito difundidas na vida urbana colonial, configuravam redes de sociabilidade e solidariedade entre seus membros, as irmandades também reproduziam as principais distinções profissionais, econômicas, jurídicas e étnicas vigentes na cidade. Essas instituições perpassaram a sociedade, de alto a baixo, preservando e reproduzindo a natureza desigual. Esse fato é evidente, nas famosas disputas entre associações de uma mesma localidade, que pretendiam se distinguir uma das outras em busca de privilégios. Dessa forma, investiam altas somas na construção e ornamentação de igrejas-sede, além de disputarem lugares de maior projeção, nas procissões solenes dos festejos públicos.

O conceito de categoria social fundido ao da pureza de fé, e desta ao de “raça”, segundo Omegna (1961), seria uma herança peninsular, que engendrou formas de defesa de privilégios, desencadeando conflitos sociais com características marcantes.⁵³ Por isso no Brasil, e mais particularmente no Rio, na busca promoção social, estes títulos adquiriram novas versões, expressando justamente a veia transigente da sociedade carioca colonial.

Já na segunda metade do século XVIII, a povoação estava contida no espaço entre os quatro morros: São Bento, Conceição, Castelo e Santo António. Enquanto que a

⁵² <http://www.pt.wikipedia.org/wiki/Cristão-novo>

⁵³ Nelson Omegna, *A Cidade Colonial*. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1961.

aristocracia morava no entorno do Castelo, e os pobres, escolhiam os bairros ao redor do morro de São Bento. E ainda neste contexto os grandes proprietários de terras urbanas eram os jesuítas, os beneditinos e os carmelitas. Os jesuítas, até meados deste século, tinham sido financiados pela Coroa, conseguindo assim inúmeros privilégios para se instalarem na cidade. Porém com a nova política pombalina, a situação mudou, como veremos mais adiante.

A localização dos templos e da infra-estrutura religiosa no espaço vai também evidenciar a hierarquia dentro do sistema religioso na cidade (fig. 5). Por exemplo, as consideradas grandes ordens, a dos beneditinos e dos jesuítas, vão se localizar nos morros, ao passo que os franciscanos, que pertenciam a uma ordem mendicante, encontravam-se inicialmente fora da área urbana. Os carmelitas distinguiram-se dos demais, por terem ocupado um espaço de frente ao porto. A primeira irmandade dos escravos, a de Nossa Senhora do Rosário, foi fundada ainda no século XVII, e se vinculou à Confraria de São Benedito e ambas tinham um altar na Sé (FRIDMAN, 2003).

Uma característica bastante interessante no sistema religioso colonial (português), era a instabilidade do prestígio e do *status* dos diferentes grupos religiosos. Este fenômeno revela um aspecto da ideologia portuguesa de colonização, a de dividir para reinar. Omegna afirma que “havia uma preocupação em manter divididos os grupos das cidades coloniais”(OMEGNA, 1961, p. 116). O propósito era encontrar nos conflitos mecanismos de restrição, sob o risco dos nobres se tornarem ricos, poderosos e independentes demais, o que não convinha à Coroa, que pretendia manter seu controle da colônia a partir da Metrópole.

Na segunda metade do século XVIII, os maiores proprietários de casas eram os jesuítas, seu convento estava, entretanto, construído fora da cidade, porém em lugar privilegiado. Duas ladeiras magníficas davam-lhe acesso, uma da cidade e outra do mar, junto à fortaleza da Misericórdia. Depois dos jesuítas, estavam os da Santa Casa da Misericórdia, que receberam, depois da expulsão dos padres, parte das propriedades localizadas no Morro do Castelo. Quanto aos Carmelitas, que tinham recebido em 1749 terrenos da Câmara na Rua Direita, tiveram seu patrimônio acrescido, depois de selada a paz com a Ordem Terceira (FRIDMAN, 2003).

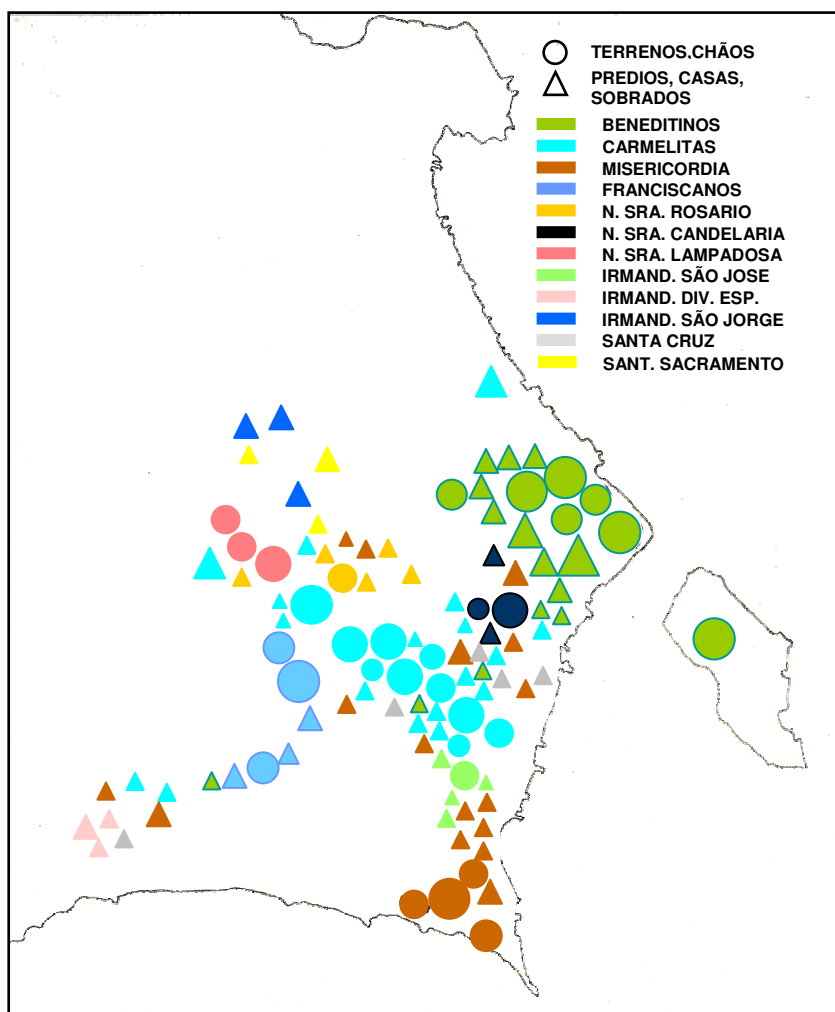


Figura 5: Propriedades religiosas no Rio de Janeiro final de século XVIII (Fridman, 2003)

Suponho que o conflito (de interesses e/ou vocações) dentro da Igreja, explica o surgimento das inúmeras ordens e irmandades. Para Omegna (1961), as rixas entre facções da Igreja tinham suas raízes também na Europa, em séculos passados. Entre as irmandades, confrarias, paróquias e ordens, estas tinham quase sempre como forro, a busca de vantagens e aplausos sociais que se traduziam em poder interventor na vida urbana. A possibilidade de intervir no espaço urbano, visava o acesso aos melhores terrenos e ao prestígio social na cidade, logo, maior concorrência de candidatos a filiação.

As ordens terceiras e irmandades⁵⁴ que representavam a elite, como a do Carmo, a do Santíssimo Sacramento da freguesia da Candelária (constituída por ricos comerciantes),

⁵⁴ Os dados aqui apresentados sobre as Ordens e Irmandades foram extraídos da obra de Fania Fridman, *Donos do Rio em Nome do Rei*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1999. E de Martha Abreu, *Festas Religiosas no Rio de Janeiro: Perspectivas de controle e tolerância do século XIX*. In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 14, 1994, p. 183-203.

da Misericórdia, a Militar de Santa Vera Cruz (dos oficiais e soldados da guarnição), e a de São Pedro Gonçalves (dos comerciantes e navegantes), estabeleceram-se intramuros, perto do porto ou nos topos dos morros. A do Santíssimo Sacramento, uma das mais antigas da cidade (1569), ficava na Sé. Em outras palavras, estas ordens e irmandades pertenciam ao grupo dominante da cidade, ou a nobreza, e só incluíam *brancos* portugueses ou seus descendentes. Porém como notou Fridman (1999), também eram aceitos *mamelucos* e raramente *mulatos*, mas as categorias *mamelucos*, *mulato* e *cafuzo*, segundo a autora, pertenciam à categoria *pardo*, que designava por sua vez os indivíduos fruto da união entre *negros* e *índios*.

Santana (1995) citando Nina Rodrigues, nos apresenta um classificação que até certo ponto não concorda com a de Fridman. Assim, para esta autora, haveria três grupos mestiços mais característicos: o dos *mulatos* (produto do cruzamento de brancos com negros), *mamelucos* (produto do cruzamento de índios com brancos) e *cafuzos* (produto do cruzamento de negros com índios). Cada um destes grupos poderia ser subdividido em pelo menos três subgrupos, como por exemplo, no caso dos mulatos, a) *mulatos* de primeiro sangue, b) *mulatos claros*, que seriam um “retorno à raça branca”, c) *mulatos escuros* ou *cabras*, produto do “retorno à raça negra”, uns quase completamente confundidos com os negros *crioulos*, que seriam segundo ela de fácil distinção. A estes se acrescentam um quarto grupo, o dos *pardos*, que no seu entender apenas teoricamente deveriam ser o produto brasileiro por excelência, por convergirem para ele os cruzamentos sucessivos do *mulato*, de *mameluco* e de *cafuzo*.⁵⁵

Numa primeira leitura, aparentemente, as duas autoras concordam uma com a outra, sobretudo quando afirmam que a categoria *pardo* seria resultado, do cruzamento de *mulatos*, *mamelucos* e *cafuzos*. Porém, a divergência surge quando Fridman conclui, dizendo que *pardos*, seriam o resultado do cruzamento entre *negros* e *índios*. Para Rodrigues, o cruzamento de *negros* e *índios*, produziria *cafuzos* e não *pardos*. Este dado revela a dificuldade existente nas classificações mesmo entre os intelectuais. Aqui, estaria a brecha para que os diferentes segmentos na cidade colonial, principalmente os dominados, pudessem subverter as classificações de etnia e “raça”, que eram acompanhados de privilégios sociais.

⁵⁵ José Carlos Barreto de Santana. *Mestiços no País dos Espelhos e o que eles viram lá. Sitientibus*, Feira de Santana, N 13, p. 57 – 68, Julho a Dezembro de 1995.

A irmandade dos *peões*, a do Glorioso Patriarca São José (que incluía os oficiais pedreiros, carpinteiros, ladrilheiros, canteiros, violeiros e marceneiros), e a capela da Irmandade de Nossa Senhora do Parto (dos carpinteiros *pardos*), também se encontrava no núcleo urbano. Mas os *pardos libertos* haviam formado em 1700 a irmandade de Nossa Senhora da Conceição, e tinham outra opção, que era se unir à Irmandade de São Jorge, surgida em 1741 com o propósito específico de congregar os *pardos livres*.



Figura 6: Missa católica no período colonial (Rugendas 1835)

As irmandades dos *mulatos* mais pobres, como a de São Francisco, e seu cemitério, instalaram-se no rossio. Por outro lado, as irmandades dos *negros* (e pobres), como a Nossa Senhora da Lampadosa, e a de Nossa Senhora do Rosário dos *Homens Pretos*, São Elesbão e Santa Efigênia, e a de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, construíram suas ermidas em locais mais distantes, em áreas não consolidadas e desprovidas de qualquer infra-estrutura urbana.

E os *crioulos*, que comparados aos *pardos* não tinham qualquer superioridade étnico-cultural ou “racial”, mas antes um diferencial em seu abrasileiramento, estes se imprensavam entre valores e práticas africanas locais e de origem européia. Assim se reuniam em diferentes irmandades segundo convinha, ou transportavam os seus senhores em cadeiras de *arruar* às suas igrejas (ver fig. 10), e aproveitavam assim para assistir à missa, uma vez que tinham que esperá-los até o final para levarem-nos de volta (fig.6).

A Lampadosa dos Homens Pretos e Obrigações, não aceitava os *negros de Angola*, mas a partir de 1767, algo mudou internamente de modo que passou a admitir *negros libertos e portugueses*, mudando assim sua denominação para Santa Lampadosa. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos *Homens Pretos*, sendo a mais popular e mais numerosa das irmandades instaladas na cidade, acolhia apenas os homens e mulheres *negros de Angola*.

Já a Irmandade de São Elesbão e Santa Efigênia, cujo compromisso foi aprovado pela provisão de 24 de Janeiro de 1747, era composta por *negros livres* e escravos procedentes da Costa do Marfim, Cabo Verde, Moçambique, Ilhas de São Tomé e Príncipe e proibia a entrada de *pretos de Angola* e *mestiços*. Estes ocuparam a Capela da Sant'Anna do Campo, no campo de São Domingos, onde estava o limite da povoação.

Pode-se sugerir que, do ponto de vista simbólico, o lugar de fixação destas confrarias representava poderio e, deste modo, a valorização dos espaços urbanos estava sujeita à localização destes marcos ideológicos. Estes se tornavam assim em elementos fundamentais no processo formador do traçado urbano, e também de vínculos sociais. Além do mais, a evidenciação da hierarquia social e da segregação, era também reforçada pela tipologia arquitetônica, das suas suntuosas casas de sobrado, das ricas igrejas construídas para os poderosos e às ordens terceiras.⁵⁶

Até fins do século XVIII, a cidade era iluminada pelos lampadários em frente dos edifícios religiosos, ou dos nichos e oratórios nas esquinas das ruas, que eram custeados pelos proprietários mais ilustres da vizinhança. As capelas e igrejas tornavam-se pólos de interação social, apontando para uma sociedade fortemente marcada pelas regras de sociabilidade, na forma de celebrações religiosas, confraternização, ou busca de notícias da cidade, tanto para os ricos como para os pobres. Deste modo, a religião tornava-se num instrumento quase exclusivo para estabelecer as identidades e interpretar a realidade social.

Entre 1765 e 1851, a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária adquiriu pelo menos sete prédios da Rua de São Pedro, oito na rua do Sabão, um na Rua da Quitanda, um na Rua da Violas e um na Rua Direita (atual 1º de Março). No período que vai de 1816 e 1822, os irmãos da Santíssimo Sacramento compraram um terreno foreiro à municipalidade da Rua do Alecrim, venderam “duas moradinhas de casas” na Rua do

⁵⁶ Josemary Ferrare. *Marechal Deodoro: um itinerário de referências culturais*. Maceió, Catavento, 2002, p. 27.

Rosário, ao pé da Vala, outras duas na Rua da Alfândega e receberam um pedaço de terra nos fundos das casas da irmandade, de frente à Rua Lampadosa.

Entre 1810 e 1821, a santa casa da Misericórdia adquiriu prédios na Rua da Misericórdia, e requereu a posse de terreno da chácara do Hospital Real Militar para ampliar seu cemitério, em troca da garantia de sepultamentos gratuitos aos militares. E seus bens estavam localizados sobretudo nas ruas centrais, alguns na atual zona norte, e outros na zona sul. Ao passo que como já foi sugerido anteriormente, o local onde se situavam as irmandades *negras* e a maioria dos seus imóveis, denunciavam as contradições existentes na estrutura sócio-econômica da época, pois se encontravam nas áreas mais desprovidas de condições de higiene e habitabilidade.

Mas o que se percebe a partir deste quadro, é que os vínculos a uma ou outra ordem ou irmandade, não se realizavam apenas mediante o credo ou a categoria “racial” ou étnica, antes o *status* ou a *classe* social, condicionavam e/ou determinavam a integração de cada indivíduo. Logo, a indefinição ou a complexidade das posições na estrutura social, eram características predominantes na vida religiosa do Rio. Assim sendo, a localização espacial de suas relações variavam de acordo com o *status* social ou a *classe* do indivíduo e por serem também estas de natureza ambígua, refletiam-se nos mecanismos de classificação étnica e “racial”.

O sagrado, que no contexto colonial do Rio estava intimamente vinculado ao profano, aparece deste modo proporcionando um mecanismo de artificialização de categorias sociais. Além de sua presença como um dos fatores de diferenciação de *status*, como se verifica no escalonamento de honras, dignidades e cargos, em graus de hierarquia, na Igreja, ele operava ainda como causa extralógica, numa sociedade colonial de escassos recursos, para estratificar o conjunto dos seus integrantes. Voltando aos fundamentos sociais do cristianismo, vemos que o primeiro deles sustenta que todos os homens são iguais perante Deus (SENNETT, 2003, p. 116). Porém, na esfera do imanente, esse princípio adquiriu um novo significado a partir do século IV, quando a Igreja se associou ao Estado, passando a definir suas hierarquias a partir duma mescla com modelos seculares de governo.

Outro exemplo que ilustra bem a situação também se referia aos títulos de ‘cristão-velho’, que por muito tempo foi motivo de afirmação social. Assim sendo, *mulatos* e *mamelucos*, numa autêntica tentativa de ascensão social, reivindicavam para si mesmos o

título de ‘cristão-velho’. E outros, provavelmente para evitar a discriminação odiosa, chegavam a ponto de se auto-afirmarem “cristãos, não sabendo se velhos ou novos” (OMEGNA, 1961, p. 112).

Como se explicaria essa imprecisão nas categorizações, senão pela busca desesperada de afirmação social, por parte dos segmentos híbridos e segregados na cidade? E a febre por promoção social e *status* era tanta que, este fenômeno não ocorria somente entre os segmentos inferiores da sociedade carioca, o mesmo se via em todas as camadas sociais. Essa categorização sustentada pela estrutura ideológica da Igreja, tinha seus reflexos na dimensão econômica da vida urbana, que por sua vez resultava no acesso ao(s) espaço(s) urbano(s) ou à propriedade da terra na cidade.

Como a propriedade fundiária determinava a forma e o uso do solo, o espaço do Rio de Janeiro não era uniforme. Os locais e ruas da cidade eram, muitas vezes, especializados por funções e segregados pelas ordens e confrarias que representavam a classe de renda e o *status* social. Deste modo, pode-se considerá-las como agentes modeladores do espaço urbano no período colonial com funções de agentes imobiliários, daí a cidade apresentar uma paisagem marcada pela ocupação diferenciada do solo.

A situação mudou com a nova política anticlerical e centralizadora do Marques de Pombal, que instaurou o controle do patrimônio religioso. Foi suspensa a ajuda financeira outrora concedida às instituições religiosas, e viram parte dos seus bens sendo alienados pelo governo, o que foi se agravando com o tempo. Já com a chegada de D. João VI, foi criada a décima urbana, imposto sobre todas as transações de imóveis urbanos. Contudo, as conseqüências desse processo de urbanização, levado a cabo pelos portugueses sob grande influência da Igreja, deixaram suas marcas grafadas na paisagem e no cotidiano urbano de São Sebastião do Rio de Janeiro.

A Casa.

Podemos pensar o Rio colonial, como uma sociedade que vivia e via diversas práticas: absorvia umas, entrecruzava-se com outras. Seria o mesmo que imaginar uma sociedade que permitia e tolerava diversas manifestações culturais e que, ao mesmo tempo, se utilizava delas. Em alguns momentos, eram de acordo com a organização de cada segmento social; em outros, eram coletivas. Não é novidade pensar que as práticas da vida social se entrecruzem; mas, no caso do Rio, o que diferenciava e muitas vezes causava

estranhamento ao observador externo, eram as formas, as ocasiões e maneiras como os elementos de culturas não-europeias se articulavam e sobreviviam.

A semelhança do que acontecia com os espaços religiosos, em que os indivíduos se congregavam predominantemente de acordo com o *status* social e a classe, a casa colonial no Rio, seguiu os mesmos padrões, porém com um fator diferencial, ela incluía no seu interior a presença dos mais variados tipos étnico e “raciais” existentes na cidade. Como escravos dos seus senhores, os *negros, pardos, crioulos, mestiços* e etc., comungavam dos mesmos espaços domésticos nos afazeres cotidianos.

Foi visto na seção anterior, que os caminhos de crescimento da cidade seguiram a tendência dos edifícios religiosos. Os sobrados, os mucambos e os casebres da cidade vão também participar desse processo. Em 1764, por ordem do Vice-Rei Conde da Cunha, com a finalidade de facilitar as comunicações da cidade com o interior, foram abertas as ruas do Conde, dos Ciganos, de São Jorge, do Regente (antes, de Santa Tereza), e do Núncio, e continuadas as ruas da Lampadosa e do Hospício. Nestas ruas, parcelas foram “aforadas a diversos indivíduos com a obrigação de edificarem as casas ali situadas”, acrescentando outros imóveis às suas propriedades (FRIDMAN, 1999).

Quanto às casas para a gente pobre, eram construídas ao pé dos morros, fator que no imaginário urbano, significava ser hierarquicamente inferior aos moradores de cima. Do topo dos morros, os *brancos* ricos, os jesuítas, os beneditinos e as outras ordens religiosas tinham já se apossado. Havia levantado seus sobrados, suas igrejas e seus conventos. As dificuldades impostas pelas ladeiras, ficavam a cargo do grande número de escravos disponíveis ao serviço dos seus senhores. Os casebres e mucambos, tipo que nos finais do século XVIII tomaram um estilo mais europeu, foram levantados, rasteiros, pelas partes baixas e imundas da cidade (FREYRE, 2000). Contudo o vice-rei, beneficiara o Rio com várias obras. Mandou instalar no Morro da Conceição uma fábrica de armas, realizou obras de fortificação, abriu ruas e mandou organizar o primeiro mapa da capitania do Rio de Janeiro (MACEDO, 1964).

Os sobrados e as vivendas, ocupados pelos membros da elite surgem no final do século XVIII e início do XIX, em conseqüência da diversificação da economia e do crescimento urbano. E quanto aos seus modelos, no início do século XIX há registro de que várias delas possuíam já dois a três andares ou mais, porém um número considerável ainda com balcões de ferro ou madeira (FREYRE, 2000).

Na verdade, a hierarquização étnica, “racial” e social se mascarava quando se considerava a distribuição dos moradores pelo espaço interno dos sobrados. Havia por assim dizer, uma segregação por trás das paredes, diferentemente da que se verificava entre as ordens, irmandades ou confrarias. Ocorriam situações tais, de em um sobrado de dois andares, no andar de cima residir um funcionário do governo junto com sua família. No andar de baixo, morar um casal de *mulatos* e um escravo, propriedade destes ou de parentes seus. Mas o mesmo *mulato*, poderia sublocar o porão a *negros* libertos, e ainda estes por sua vez sublocarem um quarto dos fundos a um outro escravo (REIS, 2003).

Em algumas lojas da cidade viviam escravos e libertos. Elas se tornavam em “típicas senzalas urbanas”. Enquanto a família do senhor morava no primeiro ou segundo andar dos sobrados coloniais, os escravos viviam no térreo, nesses porões, num espaço muitas vezes apinhado de gente, com de pouca ventilação, sem luz, e nenhuma separação por cômodos, logo, sem nenhuma privacidade, proporcionando um cotidiano familiar bem menos íntimo do que hoje se pode supor. Todos eles compartilhavam o mesmo espaço domiciliar, ainda que no seu interior as condições de habitação evidenciavam as diferenças típicas de uma cidade colonial de regime escravista.

Do ponto de vista espacial há, no entanto, algumas semelhanças entre os burgos medievais europeus e o Rio. Podemos vê-las, sobretudo no caráter comunal do espaço urbano, quer dizer, espaços polivalentes do ponto de vista funcional e misturados na dimensão social. Como em uma cidade medieval, não eram claras as distinções entre o local de trabalho e de moradia. O que também não significa que não houvesse nelas diferenças de classe ou posições sociais, pelo contrário, as distâncias sociais que os separavam eram enormes, mesmo que os membros dos diferentes segmentos também compartilhassem do mesmo espaço. Todavia, uma grande diferença entre a cidade medieval e o Rio colonial era a relação entre o senhor e o servo, que em nada tinha de comparável, se assim pode-se dizer, com a relação entre o senhor e o escravo.

O escravo era propriedade do seu senhor, e sujeito a toda espécie de maus tratos, sendo o primeiro a levantar era certamente o último a dormir, explorado ao máximo e destituído de sua dignidade humana. Ele se submetia ao senhor porque a este pertencia o seu corpo, o qual impunha ao negro seu poder, acreditando ser ele apenas um instrumento, não um ser humano.

Sempre cercados, os quintais eram parte integrante e fundamental das casas. Seus muros baixos não impediam, porém, os olhares dos vizinhos. Apesar da aparente contradição, como geralmente se encontravam (os quintais) nos fundos do terreno, conseguiam manter, uma relativa a privacidade de seus ocupantes, separando-os do visitante desconhecido que chegava de repente, a quem não era possível negar hospitalidade por causa da falta de locais para pouso (NOVAIS, 2004).

A má divisão dos cômodos, por um lado, não se adequava aos trópicos, e por outro os tornava recintos escuros e tristes. As paredes grossas dos sobrados dificilmente refrescavam o seu interior, devido ao material ruim usado no ato da construção. A proteção do interior da casa da cidade contra os excessos de luminosidade e de insolação direta, foi grandemente exagerada no período colonial. Isto se deveu principalmente a preconceitos morais e sanitários da época, e por imposição do regime social então dominante. Procurava-se a segregação da família contra uma série de inimigos exteriores: desde o ar e o sol até aos raptos, os ladrões e os moleques de rua. O sistema queria que as mulheres espreitassem a rua sem serem vistas por nenhum atrevido, daí as rótulas, as gelosias, pois só aos poucos é que as varandas se abriram para a rua, e que apareceram os palanques, estes mesmos recatados, cobertos de trepadeiras (FREYRE, 2000).



Figura 7: Hora de refeição em sobrado colonial do Rio de Janeiro (Debret, 1827)

As casas eram assim voltadas para dentro, e era na parte dos fundos que a vida doméstica se desenvolvia intensamente. O clima quente predominante e as poucas portas e

janelas que permitiam o arejamento, levavam a família e demais ocupantes do domicílio para suas partes externas, tanto na hora de lazer como de trabalho.

Quanto aos cativos, quando por falta de espaço não dispunham de um cômodo no térreo ou galpão, esticavam à noite suas esteiras em qualquer lugar, inclusive na cozinha, próximas ao fogão. Tal era o costume nas casas mais simples da cidade, que dispunham de um ou dois escravos para os serviços (NOVAIS, 2004). Nas casas de gente de maiores posses, as de três ou mais andares, via de regra os escravos circulavam o dia inteiro pelos recintos do sobrado em seus afazeres, mas à noite, estes dormiam no andar inferior do sobrado.

Mas dentro de casa, no que se refere aos serviços domésticos, havia uma preferência por parte dos senhores pelos *crioulos* ou *pardos*, em detrimento dos *pretos* (ou *escravos africanos*). Aqueles predominavam nos serviços domésticos e ocupações especializadas, um resultado normal do processo de socialização e treinamento dos escravos *crioulos* e *pardos*, que como dito anteriormente, não era isso baseado em alguma superioridade étnico-cultural ou “racial”, mas sim em seu abasileiramento.



Figura 8: Uma senhora em seus afazeres cotidianos (Debret, 1823)

Os *pretos*, ainda que passassem o dia inteiro trabalhando na rua, sendo escravos, uma vez retornados para a casa dos senhores, eram obrigados a servi-los nos afazeres domésticos. Isso fazia com que fizessem da casa uma frente de batalha cotidiana, uma resistência alternativa complementar à revolta aberta. O escravo atacava o elo mais fraco da família senhorial, suas crianças, perturbando-lhes a vontade ou o prazer de agirem como

pequenos déspotas (REIS, 2003). Esta diferença criada pelo próprio sistema, alimentava uma relação de conflito entre os próprio escravos.

Esta preferência por parte dos senhores pelos *crioulos* ou *pardos* vai se fazer sentir também nos seus relacionamentos, o que acarretou um desequilíbrio de *status* social entre os escravos. Esse “pacto” se manifestava num aspecto decisivo: *mulatos*, *cabras*, *crioulos*, forneciam o grosso dos homens empregados no controle e repressão aos *pretos*. Eram eles que faziam o trabalho sujo dos *brancos*, de manter a ordem nas fontes, praças e ruas da cidade (fig. 9). Até mesmo os soldados liderados pelos *brancos* eram recrutados nesse segmento da população carioca. Por esta razão afirma Reis (2003), raramente ocorriam casamentos entre *pretos* e *crioulos* ou *mulatos*. E mesmo os próprios cativos tendiam a buscar seus parceiros entre os libertos, havendo também muito raramente casamento entre escravos.

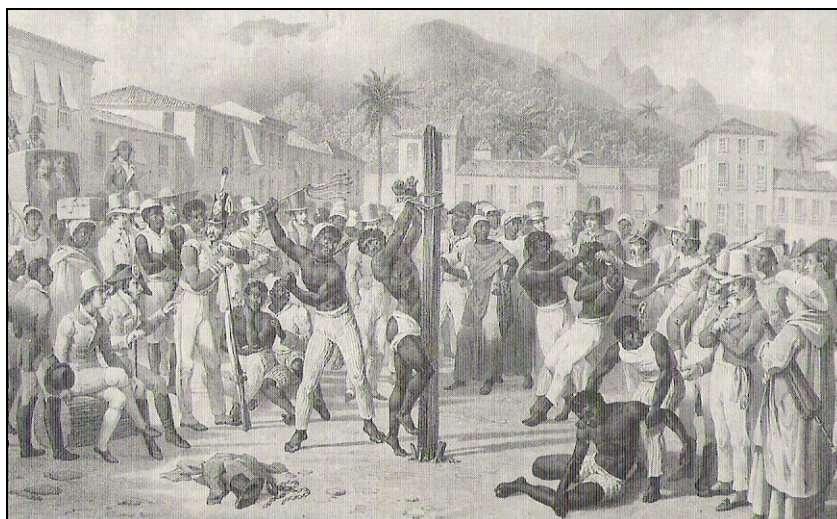


Figura 9: Negros castigando escravos (Debret, 1835).

Se os *escravos africanos* eram os considerados *pretos*, sendo recém-chegados, os *afro-brasileiros*, *crioulos* ou *mulatos* haviam nascido e se socializado na escravidão e, portanto, ao contrário dos primeiros, estes haviam reconstituído sua vida a partir de princípios mais gerais, partilhados ou negociados entre africanos com experiências históricas diversas, além da decisiva e inevitável influência, do modo de vida e da visão de mundo dos colonizadores e escravistas europeus e seus descendentes.⁵⁷

⁵⁷ João José Reis, *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malés em 1835*. Edição revista e ampliada - Companhia das Letras. São Paulo, 2003.

Trabalho e lazer, muitas vezes se confundiam no ambiente doméstico, pois as pessoas podiam passar horas a fio juntas, entretidas, cada uma em sua atividade, nem sempre se estabelecendo uma divisão nítida entre elas (fig. 8). Aqui a escrava que socava o milho, ali a senhora que costurava ou se divertia com as crianças, acolá o senhor consertando algum utensílio, afiando seus apetrechos de trabalho (NOVAIS, 2004). A vida doméstica deste modo permitia uma troca cultural muito grande entre os senhores e *escravos*, sua linguagem, seus raciocínios, sua lógica de dominação, e conseqüentemente seus valores e estilos de vida. Tudo isto era introjetado de forma “natural”, mas a via não era de mão única, porque do mesmo jeito, os *portugueses* ou *brancos*, receberam primeiramente dos *índios* e depois dos *negros* ou *africanos*, seus elementos culturais.

Sendo a casa uma unidade complexa, que se estruturava sob um sistema hierárquico baseado nas diferentes categorias “raciais” e étnicas, promoveu os conflitos em um espaço relativamente pequeno. Lugar em que dominadores e dominados, senhores e escravos, nobres e plebeus, participavam de uma trama por aspirações sociais com suas raízes na Metrópole, mas que aqui, no Novo Mundo, ganharam sua singularidade e matrizes próprias. Enquanto que os *pretos* ainda tinham a casa como uma prisão em muitas circunstâncias, os *crioulos* conseguiam um melhor tratamento dos seus senhores, estes tinham se tornado mestres na dissimulação o suficiente para fazer por vezes os *brancos* de bobos, arrancando assim concessões pessoais (REIS, 2003).

As relações domésticas também vão se definir por essas clivagens muitas vezes intransponíveis entre os seus integrantes, mas é justamente esse aspecto que vai definir o quadro das vivências do dia a dia. O fato de diversos interesses estarem concentrados em um mesmo espaço da casa, as fricções entre os moradores também vão ser maiores. A luta por poder vai se dar em todos os níveis e direções, entre os próprios senhores (a esposa e os filhos procurando influenciar o marido e vice-versa), entre estes e os escravos, e por sua vez entre os próprios escravos, para ganhar a estima dos seus senhores.

Tendo a escravidão como relação social dominante (ainda que não exclusiva), repercutiu-se na esfera do cotidiano e da intimidade de maneira decisiva, delineando-se três tipos básicos no sistema de relações primárias: as relações entre os senhores, as

relações entre os próprios escravos, e as relações intermediárias entre os senhores e escravos.⁵⁸

Com o processo de urbanização crescente, com certeza que as tensões tornam-se mais freqüentes nesse desequilíbrio entre *brancos*, *crioulos*, *pretos*, *caboclos* (também tido como mestiço de *branco* com *índio*) e *pardos* escravos e livres. Contudo se tornam maiores as oportunidades de ascensão social na cidade para os escravos e para os filhos de escravos, que fossem indivíduos dotados de aptidão artística ou intelectual extraordinária, ou de qualidades especiais de atração sexual, em virtude da miscigenação que aproximou os extremos (Freyre, 2000). E aqui importa mencionar fator de extrema importância que promoveu a mobilidade social na cidade colonial, a dita atração sexual das negras ou escravas para com seus senhores. Os frutos destes cruzamentos “raciais” proporcionaram aos *mestiços* um *status*, forçando assim a mobilidade social. Este ocorria normalmente pela alforria adquirida em vida do senhor (pai), ou pelo testamento em que este reconhecia o assim “filho ilegítimo” como seu. Este fator de mudança sem dúvida contribuiu grandemente para a promoção dos escravos para uma condição relativamente melhor.

Os *mulatos* e *mestiços* dos mais variados cruzamentos raciais, uma vez valorizados pelo clareamento da pele e seu abramileiramento, não vão suportar ser confundidos com a massa *negra* dos escravos braçais e os de rua. A conquista de *status* vai ser-lhes uma febril preocupação. A luta para serem incluídos como integrantes da *raça branca* ou do grupo dominante, leva-os, freqüentemente, a oprimir os mais escuros e mais humildes, os que conseguem uma certa ascensão vêm com desprezo os considerados inferiores a si.

Por outro lado, a luta entre os *mestiços* e os *brancos* marginalizados por serem pobres, tomou um tom pessoal, pura defesa individual do próprio nicho, em uma sociedade pobre de recursos para estes que se viam melhores que os *escravos*, entretanto eram economicamente e socialmente classificados como inferiores pelos senhores. Logo, a massa de *mestiços* e *brancos pobres*, que a cada dia se tornou mais numerosa, foi absolutamente desprovida de liderança. Não teve reivindicações coletivas de seu segmento, e nem formavam uma classe no sentido weberiano. Tiveram antes inquietações e reivindicações de indivíduos, e suas lutas careceram do apoio de grupos e de reivindicações para o bem geral.

⁵⁸ Em *História da Vida Privada no Brasil* vol. 1, os autores optaram pelo termo *intraclasse*, ao se referir aos senhores, mas visto que aqui evitamos o termo classe como segmento social pelas razões apresentadas no início do capítulo, abdicamos do mesmo.

Estes se tornaram típicos *homens marginais*. Eles, tentando se aproximar dos *brancos* sofreram, nessa pretensão a repulsa dos que defendiam seus privilégios, seus títulos e seu “sangue”. Assim, surgiu neles uma consciência “étnica”, quando perceberam que eram tratados e observados não como indivíduos isolados, pelo que cada um era, pelo que pudesse se tornar e por aquilo a que aspirava, mas como sendo integrantes de um grupo “racial”, que estava tentando escapar de sua situação pela mestiçagem, e que ansiava distanciar-se dos demais *negros* pela promoção social. Eis o conflito, eram *aculturados*, porém não *assimilados* pelo grupo dominante.

A Rua.

A *rua*, na cidade colonial, e neste caso no Rio de Janeiro, junto com a igreja e a casa, se tornou também um espaço de grande ambigüidade. Primeiramente porque ela era o espaço de todos, *negros, brancos, mestiços*, livres e escravos, senhores e servos, ainda que ela mesma expressasse publicamente ao máximo o nível das desigualdades e diferenças sociais existentes. Por outro, a rua era (e em alguns lugares ainda é) vista como lugar da perdição, da desordem, do perigo, do abandono, do imoral, daí “gente de rua”, “no olho da rua”, “mulher de rua” e etc., surgirem da conotação negativa em relação à rua.

A desordem e a triste condição física da rua do Rio colonial, resultavam do seu próprio processo de urbanização. O caos também era fruto do uso que os proprietários faziam da terra que possuíam, pois estas construíam a seu bel-prazer. Por volta de 1808, a cidade contava com cerca de 45000 habitantes e dividida em quatro freguesias urbanas. Apesar da sua importância e da dinâmica urbana pela qual passava o Rio, esta continuava sendo uma cidade suja e desorganizada, com suas praças principais povoadas por toda a espécie de gente. A mais importante, o Largo do Paço, era uma terrível mistura dos mais exóticos personagens (MACEDO, 1964).

Carros de bois transportando produtos da terra cortavam as ruas em todas as direções, fazendo ranger as rodas, enquanto os bois mugiam e os seus condutores berravam. Ao cair do dia, as praças eram assoladas pelo terrível cheiro causado pelos *tigres*, nome dado aos escravos que carregavam à cabeça, no interior de grandes barricas, os dejetos das residências, que vinham atirar nas praias. Não havia na época esgotos nem coleta de lixo, e era esse o meio de “limpeza” que se conhecia. Por isso mesmo as praias

ficavam infestadas de detritos. E quando o vento soprava, espalhava todo o mau cheiro pela cidade (FREYRE, 2001 p. 70).

É verdade que tempos depois da chegada de D. João, a cidade passou por grandes mudanças. Na verdade desde a chegada da Coroa em 1806, já se envidavam esforços para adequá-la a nova condição. Porém estas não foram elaboradas de maneira sistemática e baseadas em um plano “racional”, antes seguiam os caprichos da nova elite. Este havia mandado realizar obras de aterro que facilitassem o acesso à sua chácara, com direção a Oeste. Forçou a criação de bairros nesta direção mediante a isenção de impostos e outras regalias, porém a cidade seguiu o sentido Sul. Surgiram então bairros de um traçado mais caprichado, sujeitos à paisagem. A cidade deixou de ser um simples agregado de habitações e adquiriu novas características urbanas. Os proprietários das casas passaram a pagar impostos para custear os serviços públicos, tais como o calçamento das ruas, segurança pública e acesso a água pura das fontes da cidade (MACEDO, 1964).

Entretanto, quem enchia as ruas mesmo eram os ex-escravos e as diversas categorias de escravos e ex-escravos, *pretos* (que eram a maioria), *pardos*, *caboclos*, *crioulos* e etc. Nas palavras de um viajante que passou pelo Rio de Janeiro na segunda metade do século XVIII, afirma que “o Rio de Janeiro era um verdadeiro formigueiro de *negros* (...), a solução encontrada pelos portugueses foi a de adquirir escravos de diferentes proveniências e utilizar a oposição entre os seus caracteres para controlá-los.”⁵⁹ A comunhão da percepção de sua sorte entre os muitos *escravos*, os unia sob uma mesma condição em diversos contextos da vida urbana, porém os termos que os caracterizavam no mecanismo de distinção de suas origens ou posições sociais, também eram exploradas tendenciosamente pelos *brancos*, para diferenciá-los e dividi-los.

Os escravos e livres enchiam as ruas da cidade, trabalhando ao ar livre como artesãos, lavadeiras, alfaiates, vendedores ambulantes, aguadeiros, barbeiros, músicos, artistas, pedreiros, carpinteiros, estivadores e carregadores de carga e de cadeira de arruar. Quase todos os visitantes estrangeiros se surpreenderam com a multiplicidade de ocupações exercidas exclusivamente por negros livres e escravos. Pois era interessante como uma sociedade controlada pelo branco pudesse ser tão completamente dependente do trabalhador negro.

⁵⁹ Jean Marcel Carvalho França, *Outras Visões do Rio de Janeiro Colonial. Antologia de textos 1582 – 1808*. José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 2000.

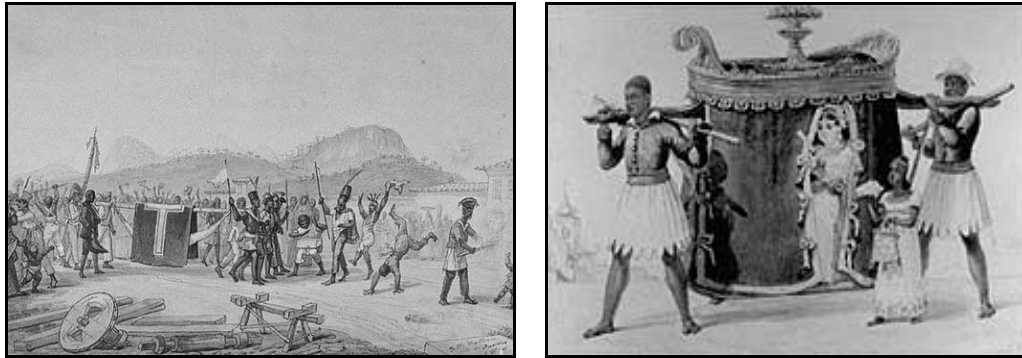


Figura 10: Senhores e escravos em rua da cidade (Rugendas, 1806).

O fato é que, até mesmo muitos libertos que vinham trabalhando nas ruas, mantinham a mesma ocupação que haviam tido quando escravos, mas evitavam outras, como o trabalho doméstico. Preferiam ocupar-se em atividades que pudessem desenvolver de maneira mais autônoma, longe da intimidade dos *brancos* e *mestiços*, além do fato de que o serviço doméstico remunerava muito pouco (REIS, 2003). Houve casos de ex-escravos que, tendo ganhado o suficiente em seus negócios, tornaram-se também donos de escravos, ocorrendo deste modo uma inversão de papéis. Inconscientemente, era “natural” que reproduzissem o tipo de relação que haviam tido com seus antigos senhores.

Isso certamente deu aos escravos urbanos uma visão de mundo mais ampla, inclusive fazendo-os explorar as possibilidades de alforria individual e mobilidade ocupacional. As relações escravistas na cidade também vão se caracterizar pelo sistema de “ganho”. O escravo ganhador era obrigado a dar ao senhor, a cada dia ou semana, uma quantia previamente acertada. “Pagar a semana”, como rezam os documentos, era o acerto mais comum. Muitos escravos e escravas viviam fora da companhia dos senhores e pagavam a semana (*idem*).

Se por um lado, a rua era o espaço do trabalho, as diferentes categorias procuravam se diferenciar em suas ocupações. Ela distinguia também os ex-escravos que tinham um trabalho assalariado, e que podiam assim usufruir certos privilégios impossíveis na condição de escravo. Mas ao mesmo tempo, eles estavam em constante contato com a realidade da escravidão na pessoa dos escravos de rua que trabalhavam ainda para os seus senhores.



(a) (b)
 Figura 11: A rua e suas funções – (a) Festa religiosa (b) Dama vai à missa. (Debret, 1830)

Esta situação apesar do clima de tensão entre os diferentes escravos, ela também suscitou laços de solidariedade entre eles. Pois ao lado dos libertos, os escravos organizavam autonomamente sua inserção no mercado de trabalho da rua. Através do sistema de ganho, criaram-se grupos de trabalho formados por ganhadores escravos e libertos da mesma etnia, que se reuniam em locais específicos da cidade à espera dos fregueses (MACEDO, 1964).

Se a rua era, em certo sentido o lugar de conflito, também se tornava por outro lado, em lugar de lazer, palco de celebrações a santos, procissões, novenas e até funerais. No caso das festas, centenas de pessoas das mais variadas condições se “alegravam com a música, com a dança, mascaras e com fogos de artifícios” (apud ABREU, 1994, p. 1). E deste modo ela manifestava a miscigenação em todos os sentidos (fig.11). As roupas, as danças, os instrumentos e as músicas expressavam esse sincretismo característico do Rio, que mesclava entretenimento e luto em uma só melodia. Os símbolos da dominação e da escravidão eram reorganizados e ganhavam caracteres alegóricos.

Mary del Priore, analisou as festas coloniais procurando focalizar a participação dos diferentes atores e setores da elite, bem como dos *índios*, *negros* e *escravos*, o que tornava o seu significado bastante multifacetado e dinâmico. Afirmando que estes se tornavam em um espaço de solidariedade, alegria, prazer, criatividade, troca cultural e, ao mesmo tempo, um local de luta, violência, educação, controle e manutenção dos privilégios e hierarquias (apud ABREU, 1994, p. 2).



Figura 12: Festa da Igreja do Rosário (Debret, 1835).

Sendo muito famosas, no início do século XIX, as principais comemorações religiosas da cidade, todas com origem no período anterior, eram muito concorridas: as procissões do padroeiro São Sebastião, Cinzas, Semana Santa (Passos, Endoenças, Enterro) e o Corpo de Deus; as festas em homenagem aos Santos Reis, Santana, São Jorge, Santo Antônio, São João e, a maior delas, a do Divino Espírito Santo. E acrescidas a estas, havia também as inúmeras comemorações de outros santos protetores, com suas procissões de menor extensão e pompa, e as celebrações exclusivamente *negras*, como as coroações dos reis do Congo, realizadas pela igreja Nossa Senhora do Rosário (fig.12), e os cucumbis,⁶⁰ as danças coreográficas que acompanhavam os funerais dos filhos dos reis africanos aqui falecidos (*idem*).

Os relatos mostram que algumas destas festas, particularmente a dos *escravos*, os ditos “batuques”,⁶¹ começaram a ser proibidas a partir dos anos 1820 pela polícia. Essa proibição alcançou também as danças e procissões organizadas pelas irmandades de escravos, alegadamente pela desordem, bebedeiras e ameaça à ordem pública (apud ABREU, 1994). Penso que esta proibição, se devia mais ao fato de se terem tornado tão populares, que vinham exercendo grande influência sobre a comunidade urbana como um todo, inclusive sobre os *brancos*.

O interessante aqui, é que nos documentos policiais da época afirmavam que estes “batuques” eram freqüentados por uma variedade grande de pessoas, pouco definidas,

⁶⁰ Antigo folguedo de negros, vestidos de peles e penas, figurando um cortejo para a celebração do rito da puberdade, e no curso do qual se representa a morte e a ressurreição do filho do chefe. *Dicionário Aurélio*. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro 3ª edição. 1999, p. 589.

⁶¹ *Batuque*, no século XIX referia-se a uma dança de caráter geral, onde os negros em círculo executavam cantos, passos, sapateados ritmo marcado com palmas e instrumentos de percussão (atabaques).

como os “vizinhos” e “até famílias”, para além dos próprios escravos e livres. Este dado nos sugere que pessoas assim ditas de respeito, acompanhavam ou participavam dos eventos, podendo também se considerar a presença de mulheres, “livres” e “brancos”, nem que estes últimos estivessem apenas numa posição passiva, e fossem representados pelas autoridades.

Este era o espaço da liberdade, da irreverência e da ironia, onde se revertiam os papéis. Os escravos e dominados nestas horas se “transportavam” para os seus reinos de origem, onde ganhavam sua dignidade. A presença e a vivência dos diferentes segmentos sociais, também garantia que este fosse um local de encontro e, principalmente, de troca e circulação entre as diversas manifestações culturais. Se por um lado, a ideologia política e religiosa tentou civilizar e integrar os dominados à sociedade portuguesa, por outro, os negros puderam não só manifestar suas crenças e sua cultura no sistema social dominante, como também imprimi-las na nova sociedade que se formava.

A sociedade colonial deste modo configurava, uma sociedade estratificada socialmente e espacialmente, porém com certa mobilidade social, e é essa conjunção surpreendente e mesmo paradoxal de clivagem com movimentação, que marca a sua originalidade. E esse aspecto é de suma importância para o que pretendemos apresentar aqui, particularmente ao processo de urbanização colonial no Rio de Janeiro. Pois, mesmo a sociedade colonial se estratificando hierarquicamente por “raça”, por *status* e classe, ainda assim apresentava intensa mobilidade; o que, provavelmente criava uma sensação de ambigüidade, pois a junção dessas duas características envolvia, simultaneamente, tendência de aproximação e distanciamento das pessoas.

Sendo as categorias “raciais” não claramente definidas, o status social e a classe ganharam certo realce nas relações sociais entre os diferentes segmentos da cidade. As atribuições variavam assim de acordo com os contextos e vínculos relacionais. As formas de manipular esse sistema de classificação, não vão se dar por acaso. Antes, havia certas regras que revelavam um complexo jogo de relações de poder. Pois, se por um lado existia um grande desequilíbrio de poder entre os senhores e os escravos, o mesmo não ocorria com os grupos intermediários e com os escravos entre si.

Segundo Elias (2000), quanto mais desigual for o equilíbrio de poder entre os grupos opostos, mais acentuadas se tornam as reivindicações de caráter econômico. Porém, se esse desequilíbrio é menos desigual, os grupos nessa situação tendem a sentir a

inferioridade social, daí os recursos econômicos (e neste caso de “raça” e étnicos, como no caso dos *pardos*, *crioulos*, *mulatos* e etc.), tornam-se então meios para atender a outras aspirações humanas. Porque mais do que categorias monolíticas e substantivas, essas classificações tomavam formas adjetivas e relacionais. O que não quer dizer que a idéia de “raça” desaparecesse dos discursos que, visavam construir e afirmar identidades e alteridades, mas neste contexto, ela atuava introduzindo e realçando desigualdades e delineando relações de poder.

III. Lourenço Marques e a Construção Social do Espaço.

A partir da segunda metade do século XVIII, sob um governo rígido, porém considerado iluminado do Marquês de Pombal, em Portugal prosseguiu-se uma política vigorosa de desenvolvimento econômico. A confiança na política do Marquês manteve-se mesmo depois de sua queda. Uma vez esmagada a força ideológica influente da Inquisição e dos jesuítas, novas idéias desabrocharam por todo o país. A burguesia viu crescer rapidamente o seu poder e influência, ainda que se escondesse por trás de títulos de nobreza recém adquiridos, abrindo caminho à destruição das estruturas feudais nos começos do século XIX.

O Brasil, que havia proclamado sua independência em 1822, causara um choque à Metrópole, que só viria a reconhecê-la em 1825. Tornara-se uma colônia de fixação, onde os imigrantes portugueses se mesclavam com a população local. A língua e a cultura portuguesas enraizaram-se firmemente no colosso sul-americano, e os portugueses metropolitanos, orgulhavam-se da dimensão internacional dos seus “primos” do outro lado do Atlântico. Estes fatores estiveram sempre presentes nos constantes apelos à criação de um “novo Brasil”, ou até de “novos Brasis” em África, ao longo do século XIX e XX.⁶²

Entretanto, depois da revolução liberal de 1820 em Portugal, o país mergulhou em três décadas de intermitentes lutas civis, primeiro entre liberais e absolutistas, e depois entre as facções liberais.⁶³ Supõe-se que não houvesse um clima político adequado para uma nova aventura imperial. Havia pouco tempo e energia para dedicar às colônias, o país se voltara para seus problemas internos. A estrutura legal feudal de Portugal foi substituída por uma estrutura burguesa capitalista, as ordens religiosas foram expulsas e estabeleceu-se uma monarquia constitucional liberal.⁶⁴ Esta mudança ocorrida na estrutura política portuguesa nos meados do século XIX, vai se refletir grandemente no processo de colonização de Moçambique, e conseqüentemente na urbanização de Lourenço Marques.

Até ao momento, o interesse de Portugal pela colônia era ainda de caráter comercial, e não de ocupação efetiva, principalmente em função da situação política na Metrópole, daí a povoação de Lourenço Marques começar com o título de *Presídio*, em 1781. As guerras civis ocorridas em Portugal a partir da década de vinte, culminaram com

⁶² Gervase Clarence-Smith. *O Terceiro Império Português (1825-1975)*. Editorial Teorema. Lisboa 1985.

⁶³ *Idem.*

⁶⁴ *Idem.*

o triunfo da burguesia urbana de Lisboa e do Porto, apoiadas por elementos liberais da aristocracia – uma aliança de classes ansiosa por liberalizar as instituições nacionais, e adotar as doutrinas do *laissez-faire* e da livre troca que a Grã-Bretanha defendia tão acirradamente.⁶⁵

No respeitante às colônias africanas, os Liberais acreditavam que os seus princípios transformariam os antigos domínios do tráfico de escravos dos afro-portugueses, angolanos e moçambicanos, em prósperas empresas capitalistas. Estes tinham uma visão de uma África que se desenvolveria para substituir o Brasil – rica em recursos, que atraísse os imigrantes portugueses, abrisse mercados para os produtores portugueses e ajudasse a gerar o capital de que Portugal tão manifestamente carecia. Assim a África auxiliaria Portugal a libertar-se do domínio britânico.⁶⁶

E na seqüência, os Liberais, uma vez no poder a partir da década cinquenta, iniciaram uma série de mudanças em relação às suas colônias em África. Durante as décadas de 1860 e 1870, a estratégia dos governos portugueses passou a ser o desenvolvimento das estruturas necessárias ao crescimento econômico. Haviam transferido a responsabilidade das colônias para o Ministério da Marinha e do Ultramar em 1859, e outras medidas também foram tomadas no sentido de melhorar a administração colonial.

Mas porquê deste breve quadro político e econômico de Portugal do século XIX? É que deste modo, pode-se perceber melhor a dimensão da ação da Igreja no processo de urbanização de Lourenço Marques. Pois esta é a primeira categoria de nossa análise junto com a *casa* e a *rua*. Posto que os Liberais, em simultâneo com a busca da liberdade de comércio, vinham também pregando a liberdade religiosa, que sucedeu à abolição definitiva das ordens religiosas em 1834, que haviam desempenhado um papel fundamental no processo de urbanização do Brasil, e mais particularmente do Rio de Janeiro.

Quero destacar aqui que, diferentemente da quantidade de estudos levados a cabo sobre o Rio de Janeiro, no que diz respeito a Lourenço Marques muito poucas pesquisas foram realizadas até hoje. E o que se tem publicado, são pesquisas realizadas por historiadores e alguns geógrafos, e a grande maioria estrangeiros. Não podendo ter contato com nenhum estudo sociológico sobre a questão urbana em Lourenço Marques no período

⁶⁵ *Idem.*

⁶⁶ Malyn Newitt. História de Moçambique. Publicações Europa-América, Lisboa, 1997.

colonial, fiz uso apenas de bibliografia da história e da geografia espero poder ainda assim alcançar os objetivos aqui propostos.

A Igreja.

A Igreja católica e o empreendimento colonial estiveram estreitamente vinculados, física e ideologicamente, desde os primórdios da expansão portuguesa e, à vista dos colonizados, estes se confundiam num único objetivo. Assim sendo, a conquista colonial em Moçambique, apesar de ter suas peculiaridades, não foi diferente; Estado e Igreja, *espada e bíblia*, sempre andaram de mãos dadas, exceto no período pombalino e no período compreendido entre 1911 e 1926, no qual ideais de um republicanismo positivista e de um certo anticlericalismo abalaram temporariamente tais relações.

Se por um lado, as conseqüências da revolução ocorrida em Portugal no século XIX, restringiram grandemente a participação da Igreja no processo de urbanização de Lourenço Marques, por outro os portugueses reconheceram que a falta de uma igreja dinâmica e mais presente, dificultariam sua inserção em África. Privar as novas cidades portuguesas em África de um centro religioso, seria privá-las de um pólo de equilíbrio essencial para se conceber uma cidade no sentido *clássico*, que é composto pelo político, o econômico e o cultural. O espaço político se confundiria com a *polis* grega, enquanto que o econômico, com *oikos*, e finalmente o espaço cultural seria o centro religioso, ocupado pelo templo, pela catedral e etc. (PALLAMIN & LUDEMANN, 2002).

O período aqui contemplado vai de 1887, ano em que a vila foi elevada à condição de cidade, até 1975, ano da independência de Moçambique. Entretanto, ainda no início da década de 1890, esta era um pequeno burgo constituído por uma estreita e irregular língua de areia, alagada em vários pontos, que se estendia por dois quilômetros na margem esquerda do estuário do Espírito Santo, limitada pelos pântanos que a separavam das terras altas do Maé e do Maxaquene.⁶⁷ Até então não havia registro de nenhum templo católico ou edifício vinculado a esta instituição no perímetro urbano, e muito menos terrenos concedidos.

Sua ausência na cidade, em muito se deve ao fato da política colonial basear-se em vários pressupostos liberais, sendo o mais importante uma espécie de doutrina “assimilacionista”: na medida do possível, a colônia deveria ser tratada como membro da

⁶⁷ Eugénio J. Brás. *Lourenço Marques e Cultura Urbana no Período Colonial*. Brasília: UnB/SOL, 2002. (Monografia).

Metrópole, logo, estaria sujeita às leis metropolitanas. Logo em Portugal era restringida e não se via com bons olhos a ingerência da Igreja nos assuntos do Estado, muito mais ainda nas colônias,⁶⁸ onde se pretendia *civilizar* os *indígenas*⁶⁹ para servirem os interesses da Metrópole e não do Vaticano.

Contudo, não quer dizer que a Igreja obedecesse prontamente aos decretos do Estado, mas buscava por outros meios, levar avante sua obra missionária pelo mundo fora bem como nas colônias. Porém, muitos padres *brancos* católicos não se sentiam atraídos por Lourenço Marques, provavelmente, pela insegurança criada pelos diversos ataques das tribos locais ao presídio até o final da década de 1880.⁷⁰ E o aparente radicalismo republicano, contribuiu para manter a Igreja fora da cidade até as primeiras décadas do século XX. Contudo, essa atitude não decretaria o fim do longo casamento de interesses mútuos, como poderemos ver mais adiante, antes caminhou para o fortalecimento dos laços ideológicos que os uniam.⁷¹

Em 1892, foi fundada a primeira missão católica nos arredores de Lourenço Marques, a Missão de S. José, no bairro de Lhanguene, na periferia da cidade (fig. 14,15). Ela tinha uma missão bem definida, catequizar os *indígenas* e *civilizá-los* mediante o ensino escolar. Porém, suas atividades estiveram muito mais ligadas à difusão dos “ideais civilizacionistas” coloniais, do que à educação escolar propriamente dita. Pois, para além do ensino do catecismo, de língua portuguesa e da aritmética, seu foco era a “exploração das riquezas da terra, pela agricultura, e por todos os meios”.⁷²

A Igreja pela barganha com a monarquia, participava assim de uma nova política urbanizadora sob o rótulo da modernidade. Este urbanismo se pretendia racional e “pedagógico”. A nova organização do espaço e a funcionalidade deveriam terminar, com o

⁶⁸ Malyn Newitt. *História de Moçambique*. Publicações Europa-América, Lisboa, 1997.

⁶⁹ *O Estatuto dos Indígenas portugueses das Províncias de Guiné, Angola e Moçambique*, de maio de 1954, definia como *indígenas* os indivíduos de “raça negra”, ou dela descendentes, que tinham nascido ou que residiam habitualmente nas Províncias Ultramarinas, e que não possuíam o conhecimento e os hábitos individuais para a integral aplicação da Lei pública e privada de Portugal. Lorenzo Macagno. *Relações raciais no Brasil e Moçambique segundo Marvin Harris*. Lusotopie, 1999, p. 153.

⁷⁰ Lourenço Marques estava implantada no território *Tsonga*, que contava com pelo menos seis reinos de entre 3 a 20 mil habitantes – Maputo, Tembe, Matola, Mafumo, Mabotsa (ou Mavota) e Magaia. René Pélissier. *História de Moçambique: formação e oposição 1854 – 1918*. Vol. 1 Editorial Estampa, Lisboa 1987, p. 118.

⁷¹ Valdemir Zamparoni. *Deus branco, almas negras: colonialismo, educação, religião e racismo em Moçambique, de 1910-1940*. in: Entre Narros e Mulungos – Colonialismo e Paisagem Social em Lourenço Marques, 1890 – 1940. São Paulo, 1998 (Tese de Doutorado).

⁷² Arquivo Histórico de Moçambique – AHM. Seção A – cx. 358, Diversos – 1913 – Ofício 37, *Do Superior da Missão de Santo António de Macassane, Manoel Cruz Boavida, ao Secretário Geral, de 07/05/1913*.

modelo habitacional tradicional e anárquico praticado até em então. A partir daí, a “boa forma” deveria não somente gerar a “boa conduta”, mas a “organização racional do espaço” deveria fornecer o espaço adequado às condutas individuais razoáveis. E a lógica foi, a cada lugar a sua atividade, a cada coisa o seu lugar e a cada lugar a sua coisa. A cada indivíduo o seu lugar.⁷³ E à Igreja foi confiado o *ensino rudimentar* como parte da engrenagem.⁷⁴

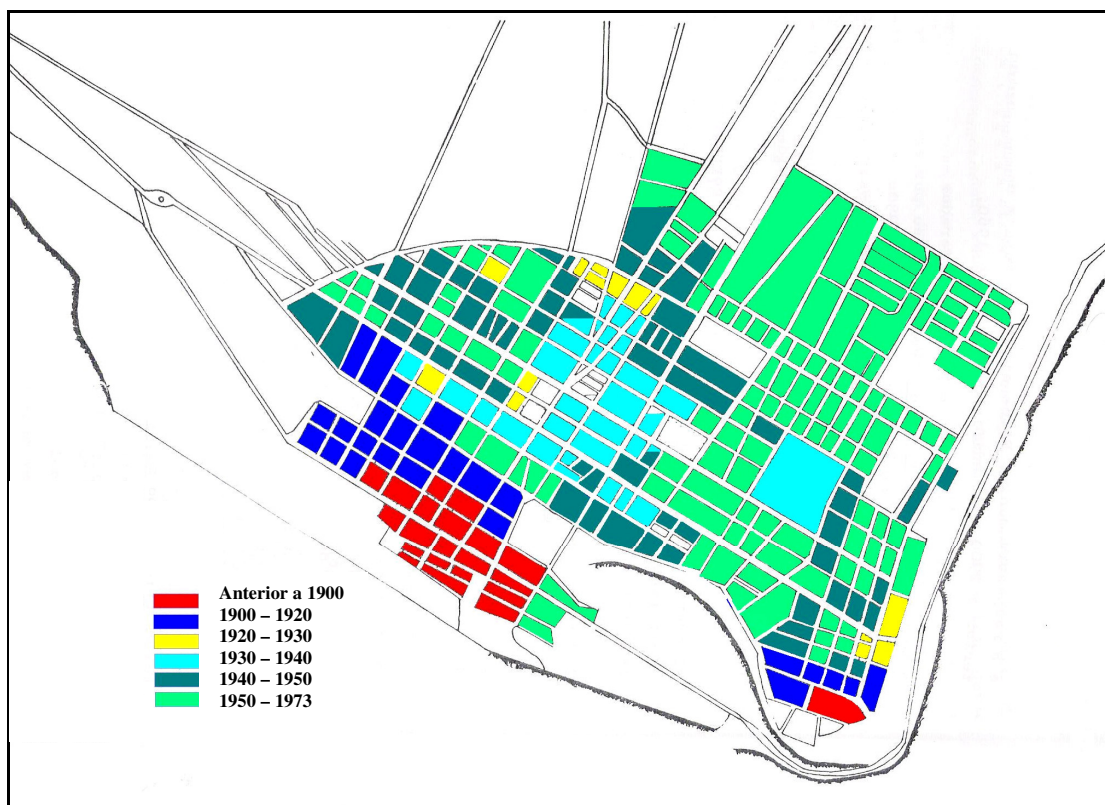


Figura 13: Desenvolvimento do Projeto Urbanístico de 1887 (Arquivo Histórico de Moçambique, 1991).

Outra missão católica foi a da Casa da Misericórdia de Santa Ana, no bairro da Munhuana (Fig. 14), ela é de 1907, mas ainda como missão vocacionada para o trabalho com os *indígenas*, ela foi instalada também na periferia urbana. Esta missão se encontrava junto à região pantanosa da Mafalala, que não reunia nenhuma condição de salubridade,

⁷³ Didier Lapeyronnie. *La Villes em Miettes*. In: *Villes bonnes à vivre, Villes invivables: Urbanisme, utilitarisme et démocratie*. La Découverte/M.A.U.S.S. N° 14, 1999 p. 27.

⁷⁴ Os *indígenas* só podiam comparecer às chamadas *escolas rudimentares*, controladas pelas missões católicas portuguesas. Este ensino consistia em três anos de estudo, depois dos quais – e após o exame – o aluno poderia ingressar no terceiro ano da escola primária pública ou missionária.

mas foi para lá que os *indígenas* foram se alojando a medida que a cidade crescia e se expandia.⁷⁵

Mas o quadro se agravou, quando em função das fugas dos alunos das missões, se obrigou que os familiares dos fugitivos viessem morar junto da Missão, para com isto, em parte evitar novas ocorrências, mas principalmente exercer um certo proselitismo e adquirir mais alunos para a mesma instituição. Deste modo, ao reunir coercitivamente as famílias ao redor da Missão, ela lançou as bases para a criação de “bairros indígenas” sob o controle da Igreja, e logo, do Estado. Creio que estaria aqui a inspiração, senão a gênese, para o governo colonial criar posteriormente, e de forma oficial, bairros separados para os *negros* nos arredores da cidade.

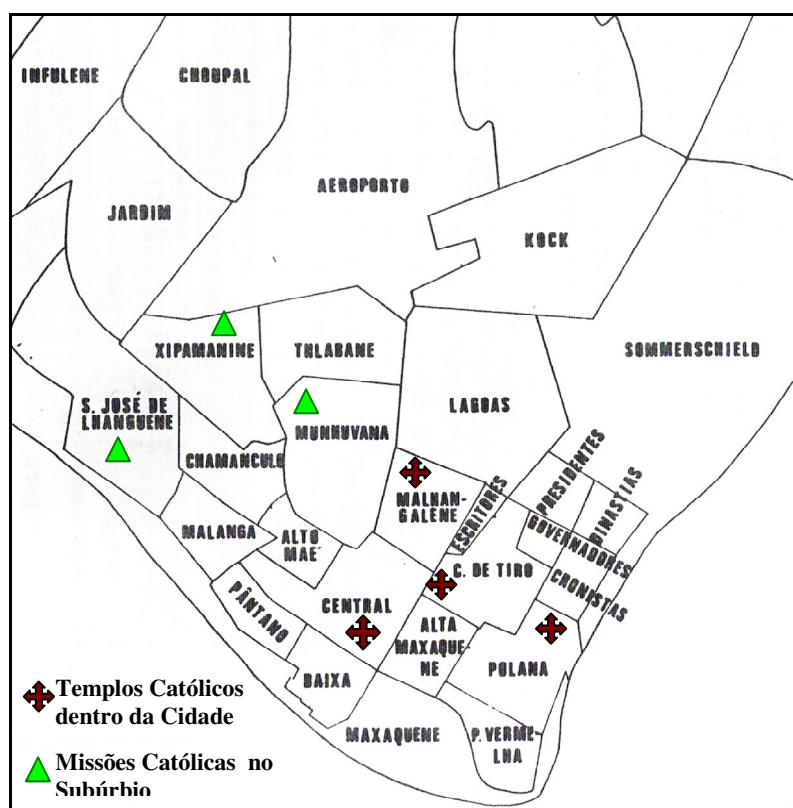


Figura 14: Localização das Instituições Religiosas até 1950 (A. H.M, 1991)

Os parágrafos anteriores sintetizam o que estava por trás da “obra missionária” da Igreja em Moçambique, e mais particularmente em Lourenço Marques. Primeiramente, o fato de estar situada na área suburbana, refletia a ideologia da “Monarquia Liberal” e da “República Anticlerical”, que vigoraram em Portugal até o início do Estado Novo em

⁷⁵ Ver nota 60.

1933. Estas se mostravam indiferentes ou adversárias da Igreja, e também transgrediam seus deveres religiosos, ainda que se apegassem ao Padroado e aos seus “direitos históricos.”⁷⁶ E também pretendiam evitar a “cafrealização”, que nas palavras do Comissário Régio Antonio Enes (1895), a miscigenação significava “ uma espécie de reversão do homem civilizado ao estado selvagem, e o seu principal agente é a *preta*.”⁷⁷

Assim, *civilizar o indígena* em seu próprio meio, isto é, fora da cidade, também cooperava com a política de *limpeza* que se materializou a partir de 1906.⁷⁸

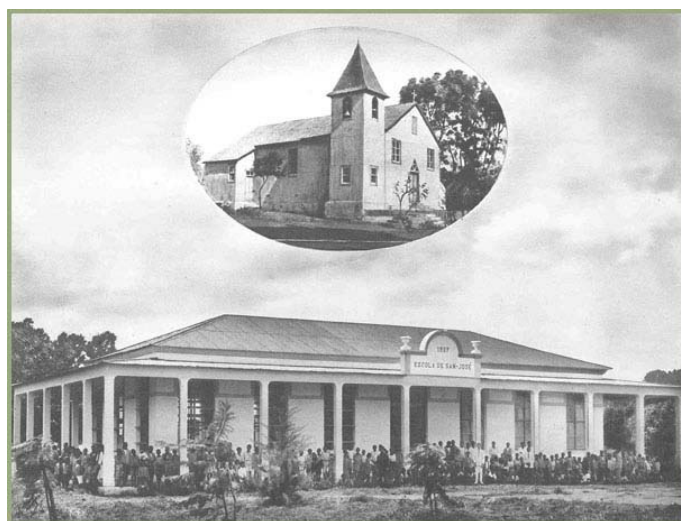


Figura 15: Escola e igreja da Missão S. José de Lhanguene (A.H.M, 1991)

A Missão evitaria que os *negros* (creio que principalmente mulheres), perambulassem pelas ruas da urbe que crescia, tanto nos dias úteis como no final de semana, atijando a libido dos “senhores de família”. O que não evitou, apesar dos esforços, que alguns *brancos* tivessem filhos com *negras*.

As principais atividades das mulheres estariam desta forma, concentradas nos subúrbios, como veremos no próximo tópico, pois, o objetivo era evitar assim qualquer possibilidade de interação com a elite *branca* da cidade. Os alunos das missões, de ambos

⁷⁶ Manuel Gonçalves Martins. *O Estado Novo e a Igreja em Portugal (1933 – 1974)*. IV Congresso Português de Sociologia. Coimbra 2002

⁷⁷ René Pélissier. *História de Moçambique: formação e oposição 1854 – 1918*. Vol. 1 Editorial Estampa, Lisboa 1987, p. 170.

⁷⁸ Em 1906, depois da insistente campanha movida por alguns órgãos da imprensa, os bares inter-raciais (de afro-asiáticos), e as casas de jogos frequentadas por negros, foram deslocadas para os subúrbios. O argumento foi de que estes espaços, eram antros de prostituição e de degradação moral e física, incompatíveis com o desejado espaço urbano moderno e higiênico. Valdemir Zamparoni, *Monhés, Baneanes, Chinas e Afro-maometanos: Colonialismo e racismo em Lourenço Marques, Moçambique, 1890 – 1940*. Lusotopie, 2000, Lisboa, p. 204.

os sexos, iam para a igreja às cinco da manhã e depois para a escola, por apenas uma hora e meia, e no restante do tempo, eram empregados nas hortas e serviços mantidos pela Missão. A insatisfação levou a que a Missão São José de Lhanguene fosse saqueada e parcialmente destruída por “pretos revoltados” em 1895, e mais tarde ela foi reconstruída.⁷⁹

Poderia-se esperar que a ação da Igreja apresentasse um dos padrões de comportamento de menor relação com a segregação sócio-espacial. Todavia, ela mesma impediu que os *indígenas*, sob um discurso *civilizatório*, não dominassem os códigos simbólicos e culturais da vida urbana. Partindo do princípio que, a educação se torna em condições normais, fator de mobilidade social e também de inclusão, o sistema de ensino oferecido pela Missão, mantinha e reproduzia a condição de *indígena* dos nativos. A lógica então era, *aculturar*, porém barrar toda e qualquer possibilidade de *assimilação*.



Figura 16: Baixa da Cidade 1929 (A.H.M. 1991)

Em Lourenço Marques, a segregação e a hierarquização consoante a “raça” e a cor se traduzia numa separação territorial de corpos, criando assim, as condições e atitudes de *limpeza* para construir um mundo no qual todas as coisas, criaturas e corpos, estivessem em seu próprio lugar. O crescimento da cidade planejada em 1887, na virada do século avançou rumo às terras altas do planalto, e criou praticamente três espaços urbanos distintos: a cidade baixa, a cidade alta e os subúrbios (fig. 13). A cidade baixa se tornou o espaço de trabalho e de negócios, era um espaço público masculino que, no final da tarde e à noite, transfigurava-se em espaço de lazer e prazer para os *brancos*. O subúrbio era o território para os *indígenas*, ao passo que a cidade alta, seguindo a lógica das cidades

⁷⁹Arquivo Histórico de Moçambique – AHM. Seção A – cx. 358, Diversos – 1913 – Ofício 37, *Do Superior da Missão de Santo António de Macassane, Manoel Cruz Boavida, ao Secretário Geral, de 07/05/1913.*

coloniais portuguesas, passou a ser o espaço privilegiado para a moradia dos *brancos*, pois na concepção do governo da cidade, era mais salubre e higiênica, do que a Baixa onde a urbe nascera.

A catedral, primeiro templo católico no centro da cidade, foi construída em 1944, num espaço intermediário entre a Baixa e a cidade alta, exatamente ao lado do terreno em que se construía a Câmara Municipal de Lourenço Marques, cuja obra terminou em 1945. Ela foi fruto da *Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa*, de 1940, que no seu artigo 6º, estabelecia a criação da diocese de Lourenço Marques.⁸⁰ A construção da catedral, restaurava e reafirmava o vínculo da Igreja com o Estado colonial na sua missão *civilizadora*. A *bíblia* e a *espada* reforçavam seus laços no propósito de expansão imperialista.

O acesso à catedral, estava barrado aos *indígenas*, pois ela havia sido concebida para a elite portuguesa e afro-europeus ricos (*mistos* ou *mulatos*) da cidade. Na verdade, nem os próprios *africanos* desejavam freqüentá-la, pois era símbolo da exploração da força do trabalho *negro*. Ela foi o penúltimo edifício público a ser construído com trabalho forçado e por presos. Logo, havia um grande ressentimento para com a Igreja Católica e para com os portugueses, pelas experiências tidas no processo da construção.

Os trabalhadores, homens e mulheres (*indígenas*), trabalhando por vezes com as pernas acorrentadas sob as vistas de guardas armados, prosseguiram a sua tarefa sem as mínimas condições de segurança. Assim, vários deles morreram quando as correntes se emaranhavam no topo dos andaimes. E por isso, no depoimento de muitos dos que testemunharam o processo da construção da Sé, afirmavam que “A catedral foi construída para o próprio diabo! A prisão, e não a Igreja, foi quem construiu a catedral!”⁸¹

Todos os demais templos católicos foram edificados depois da catedral, e sobre os seus “ombros”, na cidade alta. A igreja da Polana foi construída em 1962, também só para a elite da cidade (fig. 17). Pela sua localização, por si só excluía a possibilidade de qualquer acesso dos *indígenas*. Ela se situava próximo ao mar, no extremo oposto aos principais bairros suburbanos (fig. 14). A igreja Nossa Senhora das Vitórias, mais ao centro, foi também do final da década de 1960, mais tarde, já na década de 1970, a Igreja

⁸⁰ Acta Apostolicae, Sedis 32 Diário do Governo, 1.ª Série, n.º 158, de 10 de Julho de 1940 235-244.

⁸¹ Jeanne Penvenne, *Trabalhadores de Lourenço Marques (1870 – 1974)*. Arquivo Histórico de Moçambique, Maputo, 1993, p. 141 – 142.

São João da Malhangalene. Todas elas, sem exceção tinham sido concebidas para os brancos, isto é, para os moradores da cidade.



Figura 17: Igreja da Polana, construída em 1962 (A.H.M. 1991)

Tendo sido de novo aceita pelo poder político instalado em Portugal, ela recebeu novamente o direito de propriedade e a proteção do Estado Novo.⁸² Não há até aos dias de hoje, nenhum templo na Baixa. Se por um lado ela era lugar de trabalho e de comércio, era também habitado na sua maioria por *indianos* e *baneanes*⁸³ com seus descendentes no fundo de suas lojas, e por alguns *brancos* pobres, como veremos quando abordarmos a *casa* (fig. 20).

Mesmo que a igreja construísse templos nas missões para os *indígenas*, ela promoveu a ideologia segregacionista do Estado, ao construir templos na cidade alta somente para *brancos* e *mistos* ou *mulatos* ricos. E por contar com o beneplácito e o apoio do Governo, as missões católicas nunca tiveram penetração significativa entre os *africanos*; além disso, numa sociedade onde a prole é elemento fundamental no estabelecimento da harmonia social do grupo, e fator de equilíbrio com as forças vitais e ancestrais, o celibato dos missionários católicos era visto com certa desconfiança, e tido como sinal de fraqueza. Daí que mesmo a “elite” nativa educada pela igreja católica,

⁸² Acta Apostolicae, Sedis 32 Diário do Governo, 1.ª Série, n.º 158, de 10 de Julho de 1940 235-244

⁸³ Os *baneanes* eram *indianos* islamizados. O termo talvez venha da palavra Brâmane, grupo étnico na Índia.

condenava o celibato, se tornando assim em mais um dos empecilhos que contribuíram para o fracasso da ação católica junto à população *negra*.

Talvez resida aqui a explicação para o fato do catolicismo em Moçambique nunca se ter tornado genuíno e prevalecente (se esta não for de fato sua característica predominante). Como o sistema de educação disponível para os *indígenas* estava sob sua responsabilidade, devido ao seu casamento com o Estado, sua bíblia aos olhos dos *nativos* aparecia “travestida de espada,” carregando mais uma mensagem de terror que verdadeiras *boas novas*. Assim se estruturou no imaginário social, a “igreja” era para os *brancos* e aberta aos *afro-europeus*, e a Missão para os *indígenas*. Os *indianos* e os *baneanes* não eram incluídos por razões expostas mais adiante.

A casa

A estrutura social, no contexto colonial, se caracterizou por sua dimensão segregacionista que despojou os indivíduos de sua dimensão humana, impedindo-lhes que se tornassem sujeitos de seu processo social. E neste sentido, ela também se apresentou com um caráter normativo, proibindo a inclusão de grupos e populações na vida social e política da cidade. Desta forma, os grupos segregados tornaram-se impossibilitados de participar das relações econômicas predominantes – no mercado, como produtores e/ou consumidores – e das relações políticas vigentes, os direitos de cidadania.

A segregação foi sustentada pela própria constituição portuguesa para as colônias. Nos finais do século XIX, a população *não indígena* ou *civilizada* era toda, praticamente, urbana. Na cidade, os *afro-europeus* (ou *mistos*, segundo o senso realizado pelo Estado Novo em 1935) possuíam propriedades, eles eram, inicialmente, sócios em empresas comerciais e tinham uma posição influente nos assuntos locais. Por um período breve, de 1880 a 1890, o *afro-europeu* foi o elemento mais importante da classe média urbana. Faziam parte, também, da classe média urbana *indianos* e *afro-indianos*, que estavam vinculados ao comércio e detinham algumas propriedades.

Na verdade, a segregação se apresentou aqui como um processo gradual e dinâmico, pois a estratificação inicial entre os *mistos* e os *indígenas* foi baseada, na diferença de acesso à terra e à propriedade. Mas donde provinha esse privilégio? É que no fim do século XIX, algumas mulheres *indígenas*, filhas ou aparentadas aos antigos chefes tribais, viveram ou casaram com alguns homens *europeus*, influentes e ricos. Logo, eles

tinham sido capazes de explorar o prestígio, a propriedade e as redes sociais de ambas as famílias, a africana e a europeia, e prosperaram até que outras famílias *brancas* começaram a fixar-se em número significativo (PENVENNE, 1993).

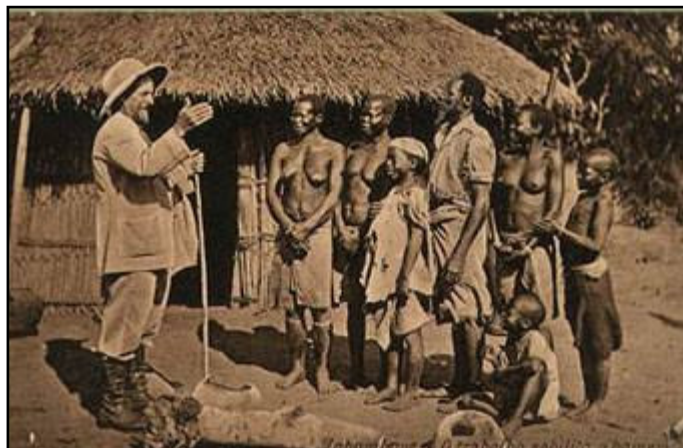


Figura 18: Colono em casa indígena (A. H. M. 1991)

Este primeiro período, Lobato (1961) o define como sendo a “era do zinco”. Esta era definiu um momento de urbanização residencial e demarcou dois grupos sociais antagônicos: os da cidade e os do subúrbio. A maior parte da terra era de posse usufrutuária até ser comprada, alugada ou expropriada, à medida que a cidade ia crescendo. No fundo, o direito de posse usufrutuária era, de fato, um não direito.

Os *indígenas*, também ocupavam a terra com direito de posse usufrutuária, como residentes das reservas, como é o caso da reserva de S. José de Lhanguene, onde tinha sido instalada a Missão, que demonstrou claramente a insegurança de tal direito. Na virada do século, foram expulsos os residentes (*indígenas*) de parte da reserva para o Estado poder construir nela um posto de quarentena para leprosos (*idem*). Seguindo a mesma lógica da “limpeza”, o Estado e a cidade construía as suas instituições indesejáveis, mas necessárias, nas áreas destinadas aos nativos.

Com relação à segregação sócio-espacial, ela também assume uma dimensão estigmatizada, refletida na distribuição de poder social. Poder social este, entendido como a capacidade diferenciada dos grupos e classes em desencadear ações que lhes permitam disputar os recursos urbanos (FLEURY, 2004). A criação e a manipulação das normas municipais de construção apresentaram-se como um aspecto importante para a marginalização dos proprietários africanos, da área central da cidade. No século XIX, os

caniços para a cobertura e as toras de madeira eram, até então, gratuitos para quem se dispusesse a apanhá-los. Porém, a madeira aplainada, os pregos, as chapas de zinco e o cimento, eram ainda dispendiosos bens de importação.

Às habitações de caniço e colmo chamavam-se palhotas (fig.19), enquanto que as de madeira, zinco e alvenaria, tinham o nome de casas. E já em 1875, as palhotas tinham sido banidas do recinto da cidade sob a alegação de provocarem incêndios. Enquanto elas se mantinham ao alcance do orçamento da maioria dos *indígenas*, comprar tábuas, pranchas e painéis de zinco, exigia uma acumulação de capital respeitável. Até mesmo as famílias *africanas* que ganhavam os salários mais altos, tinham que economizar duramente muito tempo para construir uma casa de madeira e zinco, ou toda de zinco. Mas, por sua vez, o clima de instabilidade com relação à posse da terra, desencorajava qualquer esforço para a construção de “casas”.

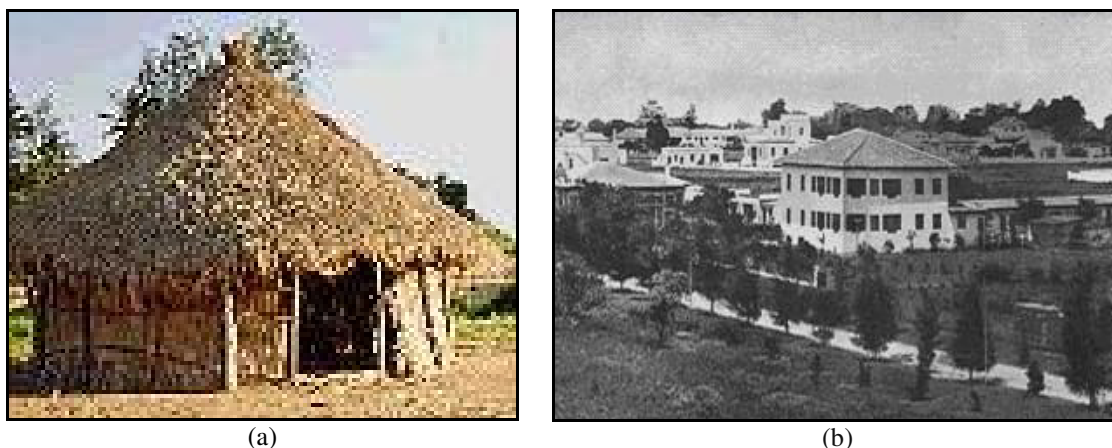


Figura 19: Diferenças entre os padrões habitacionais – (a) Palhota, (b) Casa de colono 1929 (A.H.M. 1991).

A palhota tem somente uma abertura de dimensões variáveis fechada por uma porta. Pode ser circular, retangular ou quadrada. A porta tende a ser tão baixa que qualquer pessoa tem que se curvar para entrar e, no meio do chão de argila preta, levanta-se uma espécie de placa circular no centro da qual se acende ocasionalmente o fogo durante o inverno, por causa do frio. A cozinha pode ali ser feita caso chova, o que faz com que os tições fiquem algumas vezes ali durante a noite, havendo alguns casos de crianças mortas por queimaduras, por terem caído ao lume enquanto a mãe dormia. À esquerda, quando se entra, fica o lugar de dormir da esposa, à direita o do marido. A parte de trás, geralmente, é ocupada pelo cesto grande onde são guardados os panos e as sementes. Do teto, pendem

objetos diversos: espigas de sorgo, ou de milho miúdo, sementes para aproveitamento na próxima sementeira, azagaias, paus e etc.⁸⁴

Quando o casal tem filhos e estes atingem certa idade, se constrói uma outra palhota para eles, afim de que os pais tenham privacidade. O banheiro costuma ser feito de caniço em um espaço separado, não é coberto no teto, exceto a latrina, alegadamente por motivos de higiene. Os antigos componentes da aldeia foram assim, transportados ao novo plano e incorporados na nova unidade urbana, estabelecendo, primeiramente, o contraste e, mais tarde, se abrindo para os tipos híbridos de habitação, como é o caso da casa de madeira e zinco, que ainda resgata a função e a forma da palhota entre os africanos.

A “limpeza” da cidade se apresentou como um fenômeno multidimensional gerado em diferentes âmbitos da esfera social, interconectados entre si. Poderíamos então, identificar neste mecanismo, diferentes esferas, quais sejam: a econômica, a laboral, a educacional, a sócio-sanitária, a política e, finalmente a espacial. Mas o fator agravante deste sistema social vigente em Lourenço Marques, é que a condição de *classe* ou de *status* do indivíduo, ao invés de ser adquirido por *realização*, este era por *atribuição*.⁸⁵ Enquanto no primeiro o *status* é resultado do esforço próprio do sujeito, no segundo, o indivíduo recebe ou herda, por nascimento, sua posição social. E, neste caso, a cor da pele definia a atribuição do *status*, logo, de um estilo de vida associado à moradia, em seu tipo e localização.

A cidade, no início do século XX, poderia ser dividida em cinco bairros, a Baixa, o bairro Central, o Alto da Maxaquene, o bairro Caminho de Ferro e o Bairro Indígena. Contudo, outros bairros foram surgindo à medida que a cidade cresceu. Entretanto, os *monhés* (ou *indianos* e seus descendentes) não se deixaram vencer pela pressão urbanizadora que se fazia em nome da modernidade, eles continuaram a resistir, até que se fez por decreto da Câmara Municipal, a separação entre moradia e área de trabalho, tida como uma das características da cidade moderna.

Os *indianos* continuavam a residir nos fundos das casas de comércio na Baixa. Estas eram descritas como sendo de “um só piso com cimalha*, paredes grossas de pedra, janelas estreitas com taipas antigas e cadeados da Índia, portas grossas com ferrolhos enormes, frestas altas gradeadas da rua para os quartos escuros. Os muros dos saguões

⁸⁴ Henri-Alexandre Junod. *A Vida de Uma tribo Sul-Africana*. Tipografia Minerva de Gaspar Pinto de Sousa & Irmão. Lisboa 1917

⁸⁵ Melvin M. Tumin. *Estratificação Social*. Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1970 p. 73.

todos altos, com pequenas portas para os pátios estreitos onde, por vezes, se abrem poços fundos antigos. Alcandoram-se entre os muros, escadinhas, cubículos anexos, terraços e varandins...”⁸⁶



(a) (b)
 Figura 20: Rua da Gávea – Baixa da Cidade - “gueto” indiano.
 (A.H.M. 1991)

O espaço constituído pela Rua da Gávea (onde eles se concentravam) e arredores era mais um “gueto” conquistado que imposto, e cuja divisória, “assentava na religião, que diferenciava os sistemas de pensar e de viver.”⁸⁷ Daí este segmento da população, que era refratário a assimilar os valores europeus, exatamente porque sua cultura destoava da cultura europeia dominante, fora sempre vista com restrições, discriminada em vários momentos, sofrendo perseguições devido à sua forte presença no comércio, e só não era expulsa, justamente, porque tal atividade a tornava interessante sob o ponto de vista fiscal.⁸⁸

Mas este aparente privilégio não impediu que em 1899, os asiáticos fossem proibidos de desembarcar no porto de Lourenço Marques, e depois, em 1907, na altura do surto de peste que atingiu a cidade, sua entrada fosse regulada, exigindo-lhes o pagamento de 30\$00 réis para que pudessem desembarcar, mesmo que seu destino fosse a África do Sul (ZAMPARONI, 2000).

* Saliência da parte mais alta da parede, onde assentam os beirais do telhado. Dicionário Aurélio

⁸⁶ A. Lobato, *Lourenço Marques, Xilunguine*. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1970, p. 193.

⁸⁷ *Idem*

⁸⁸ Ver por exemplo as investidas da Associação Comercial de Lourenço Marques contra a presença dos asiáticos no comércio local em Arquivo Histórico de Moçambique (AHM – ACM), Secção D – Fomento e Colonização: *Do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ao Governador Geral de Moçambique*, de 10 de junho de 1907, *Relatório apresentado ao Governo*. 4ª ed. Fac-similar pela de 1946, Lisboa, Imprensa nacional /Agência Geral do Ultramar, 1971: 76. A primeira edição é de 1893.

A situação deste grupo social vem sustentar a tese de Weber, sobre a relação da propriedade com a *honra* ou o *prestígio*. O fato é que, embora as diferenças de propriedade possam constituir a base para diferenças em *prestígio*, freqüentemente outros fatores são tão, ou mais importantes, do que esses. Geralmente, diz Weber (1981), o *status* está em nítido contraste com os direitos de propriedade. Os que têm e os que não têm propriedade podem pertencer ao mesmo grupo de *status*, e isso freqüentemente acontece. E, no caso dos *indígenas* e dos *indianos* e seus descendentes, independente da propriedade, tendiam a comungar do mesmo *status social* diante do grupo dominante.

Já no bairro Central e na cidade Alta, com o passar do tempo, após o período do zinco, foram edificadas casas de um estilo mais europeu, ainda que boa parte delas fosse levantada por proprietários mais modestos. Por regra, todos usavam os *pretos* para edificá-las de madrugada ou fora das horas de serviço e aos domingos, fazendo blocos de cimento e cinza. Mas, nas palavras de Alexandre Lobato (1961), estas construções modestas nem por isso desmereciam as exigências estéticas do panorama urbano. Esta corresponderia a uma segunda fase de urbanização da cidade, quando em 1930 a Câmara Municipal legislou que, todas as palhotas e casas de madeira e zinco ocupadas por *africanos*, fossem retiradas para fora dos limites da cidade.

Claro que o cumprimento das leis enunciadas pela Câmara não tiveram imediata efetivação, houve, como seria de esperar, uma resistência por parte dos afetados por tal atitude. Entretanto, era clara a política de segregação de modo que a municipalidade, pela lei no. 616, de 16 de Novembro de 1938, estabeleceu uma zona para casas de *africanos* fora da cidade, e ordenou que qualquer tipo de alojamento fosse permitido nessa área, mas dentro da cidade apenas casas de alvenaria (PENVENNE, 1993, p. 106).

A cidade vai apresentar, predominantemente, casas com jardins frondosos que davam para a rua, janelas e portas altas que permitiam a ventilação e iluminação do interior. E por trás do quintal um compartimento contíguo à casa, destinado aos empregados domésticos. E segundo Alves Pinheiro (1965), não havia mulheres no serviço doméstico.⁸⁹ Creio que este dado é bastante revelador no que tange à intenção segregadora do colonizador. Cada família européia usava em geral e simultaneamente três tipos de empregados *negros* – o *cozinheiro*, o *mainato* (que lavava e passava), e o *moleque* (que aqui não tinha sentido depreciativo como no Brasil, pois se tratava da denominação do

⁸⁹ Alves Pinheiro. *Moçambique é Portugal*. Editora Rio Gráfica, 2ª edição, Rio de Janeiro 1965 p. 62.

arrumador, que se encarregava de varrer, limpar e conservar o interior das residências, o jardim e o quintal).

A ausência da mulher *negra* nas relações de trabalho doméstico na cidade é sintomática. Visava evitar especificamente a miscigenação ocorrida no início da colonização⁹⁰, e que havia gerado um grupo de *mistos* ou *mulatos* (conhecidos inicialmente como *afro-europeus*), que protagonizavam uma luta social já no século XX, por reconhecimento de seus direitos perdidos com o aumento da população *branca* na cidade (e principalmente de mulheres). Creio que não é exatamente o caso aqui, mas ainda assim este princípio ideológico português lembra a segregação por *castas*, cujo *tipo ideal* é o da Índia. Este seria resultado da junção entre “grupo de status” e “comunidade étnica”. Claro que a *casta* é uma forma extrema de *classe* absolutamente rígida, mas o fato de ela se diferenciar da *classe* também por impedir e proibir a mobilidade, tanto para cima quanto para baixo, ela também exclui a possibilidade de casamentos entre membros de classes diferentes, e neste caso seria entre os *negros* e *brancos*. E acrescido a isso, ela também restringe a livre concorrência no mercado como fator de ascensão (WEBER, 1981).

Como consequência dessa segregação laboral, as mulheres desenvolveram uma “vocação” pela agricultura e comércio. Elas cultivavam a terra nos arredores da cidade, e principalmente no bairro do Infulene, que se tornou conhecido até ao presente por tal atividade, e com o produto da terra supriam o bazar Central (na Baixa) da cidade, ou o mercado do Xipamanine (na periferia), com verduras e legumes frescos, ganhando assim seu sustento. Pode ser por esta causa, que as mulheres dominaram e monopolizaram até aos dias de hoje este setor comercial, é visível a predominância de mulheres nos bazares, pouquíssimos são os homens que enveredam por este negócio, muitos deles jovens ou adolescentes auxiliando as mães.

À medida que a população *branca* feminina aumentou, e que se consolidaram as barreiras “raciais”, de acordo com a crescente procura de força de trabalho *negra* e barata, para servir o Estado e o capital privado, menor numero de ligações formais e inter-“raciais” ocorreram entre os grupos mais influentes e ricos (PENVENNE, 1993 p. 89).

Ainda que Penvenne (1993) afirme que existissem mulheres como empregadas domésticas em Lourenço Marques, ela também assinala que estas, quando contratadas eram extremamente mal pagas, em comparação com os homens na mesma profissão. E

⁹⁰ Ver nota 61.

mais, agora eram as próprias esposas dos colonos que relutavam em contratá-las, justamente pelo receio de investidas por parte dos seus maridos. O que reforça o argumento de que havia de fato uma política diferenciada para com a mulher *negra* ou a “preta” como falou Enes, cuja política marcou uma virada na matéria de trabalho *indígena*, quando foi Comissário Régio em 1895. A sua política era *civilizar* o *indígena* para trabalhar em favor dos interesses da Metrópole, porém evitar a todo o custo qualquer “reversão do homem civilizado ao estado selvagem”.⁹¹

Evitar ao máximo a presença da mulher *negra* nas relações domésticas no espaço urbano cortava pela raiz, a possibilidade de proliferação de um grupo “racial” intermediário na estrutura social da cidade. Claro que o mesmo não impediu que houvesse casos de mestiçagem ao longo do período colonial. Mas o mais importante aqui é notar que havia uma intenção explícita de separação de corpos, e que isso estava bem definido na política portuguesa e enraizado na conduta social. A título de exemplo, o número de *mistos* em 1950 era de 50 000, para uma população de 10 milhões em toda a colônia, o que sugere que a libido portuguesa, que era supostamente tida como cega às barreiras de cor, por algum motivo tinha sido freada na África.⁹²

Vários eram os grupos que sofriam a segregação urbana juntamente com os *indígenas*. Para além dos *indianos*, havia também os *baneanes*⁹³, e os *chineses*. Cada um deles se estabeleceu em comunidades fechadas e endogâmicas, ainda que todos eles fossem segregados e sofressem o preconceito racial, pouca ou nenhuma solidariedade existia entre os diferentes grupos. Talvez por estarem no ramo do comércio e em constante concorrência no mercado, isso levasse a que se vissem como concorrentes e não como um mesmo “grupo de status”.

Outro fator que também reforçava as barreiras entre eles era a religião, embora todos fossem asiáticos, certamente suas crenças desencadeavam um mecanismo de inclusão-exclusão que reforçava a coesão dos grupos em detrimento do “outro”. O *indianos* praticavam os hinduísmo, os *baneanes* eram islâmicos e por sua vez os *chineses*

⁹¹ Ver tópico sobre a Igreja, nota 65.

⁹² Este dado provém do estudo que Marvin Harris realizou em Moçambique, comparando com a África do Sul, cuja política do *Apartheid* supunha uma maior rigidez na separação racial, e a política *assimilacionista* de Portugal, difundida por Freyre com o seu conceito de *tropicalismo*, pregava uma harmonia racial nas colônias. Entretanto, enquanto que Portugal tinha somente 50 000 miscigenados depois de 400 anos de contato, a África do Sul apresentava 1,5 milhão de tipos híbridos, para uma população de quase o dobro da moçambicana. Lorenzo Macagno, *Relações raciais no Brasil e Moçambique segundo Marvin Harris*. Lusotopie, 1999.

⁹³ Ver nota 81

eram budistas. A posse da propriedade entre eles atribuía-lhes um fator diferencial na cidade, que permitia uma certa mobilidade espacial, contanto que isso lhes possibilitasse fixar seu negócio, que via de regra se tornava também sua habitação. Mas ainda assim, sofriam várias restrições pela cor da pele, pelos modos de morar e seus costumes.

As casas dos *baneanes* foram descritas como “pequeníssimas e imundas, sem ar nem luz, verdadeiras luras repelentes onde habitam grande número de pessoas, sempre nos sítios mais escusos (...) juntamente com infinita variedade de mercadorias, amontoam os móveis domésticos” (ZAMPARONI, 2000 p.198). Este padrão de habitação era comungado pelos islâmicos também, talvez por isso se concentrassem nas mesmas áreas urbanas pela identificação entre eles, no sentido de que cada um busca morar junto dos seus semelhantes. Isto nos remete à idéia de que não há segregação sem agregação, e que a separação do “outro” tem como corolário, a aproximação dos seus semelhantes.⁹⁴

Quando chegou a fase do cimento armado, as casas de madeira e zinco e de alvenaria mais modesta, também foram surgindo entre os bairros dos *africanos*. Isto é, estes vinham acompanhando o desenvolvimento da cidade, porém na última carruagem do “trem da modernidade”. Contudo sua mobilidade foi sempre horizontal, pois mesmo que conseguissem algum privilégio na estrutura social, não alterou sua condição de cor, pois se encontravam em uma sociedade inteiramente fechada para o “outro”, uma estrutura social congelada, de maneira que a posição era definida a nascença, como herança.

Quanto aos *mestiços* ou *mulatos*, eles se diluíam no espaço social em constante conflito identitário. Os que tinham podido manter sua condição econômica por gerações, ainda eram capazes de disputar certo espaço na cidade, sobre um terreno extremamente movediço. Ainda que não fossem aceitos entre a comunidade *branca* como iguais, porém estavam juntos, aqui se aplicava o princípio de “desigual, mas junto”, ao passo que, para com os *indígenas* o princípio vigente era, “diferentes e separados”.⁹⁵ Logo os *mestiços* ou *mulatos* poderiam ser encontrados tanto na “casa-grande” como na “senzala”, dependendo

⁹⁴ *La Ville et l'Urbain l'état des savoirs*. Sous la direction de Thierry Paquot, Michel Lussault et Sophie Body-Gendrot. Éditions La Découverte, Paris XIIIe, 2000 p. 58. (Tradução do autor).

⁹⁵ Aqui me inspiro no trabalho de Roberto da Matta quando compara as relações raciais nos Estados Unidos e no Brasil. Fazendo referência ao papel destas relações na formação destas duas nações, expressa: “há exclusão no caso dos Estados Unidos, exclusão que se exprime no princípio do ‘diferentes, mas iguais’; enquanto que no Brasil o sistema inclui e hierarquiza de modo complementar, de acordo com o princípio do ‘desigual, mas junto’”. *Notas sobre o Racismo à Brasileira*, Intervenção realizada no Seminário Internacional in << Multiculturalismo e racismo: O papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos >>, Brasília, 2 a 4 de julho de 1996.

de sua condição econômica que, todavia não branqueava sua pele, mas o fazia suportável, tanto quanto os *indianos* como os *baneanes*.

Sua mobilidade descendente foi gradual como já sugeri anteriormente. À medida que os laços sanguíneos entre as famílias *afro-europeias* proeminentes e a nova liderança política *branca* se diluíam, definhava a influência das primeiras. No decorrer do século XX, eles foram, na sua maioria, tão mal sucedidos quanto os *africanos* na sua luta por legar aos filhos a prosperidade arduamente conquistada. Eles sofreram a frustração amarga de ver malogradas suas esperanças, devido à expansão e consolidação dos privilégios dos *brancos* (PENVENNE, 1993, p. 98).

A elite *afro-européia*, bem educada e próspera, não tentou aliar-se aos *negros* mais pobres, nem lutar com as condições inerentes a essa identificação simplesmente por sentimentalismo cultural. Seja por ironia, o fato é que o racismo ligava essa elite cada vez mais firmemente aos *africanos* mais pobres. Mas o grupo de africanos com os quais se identificaram foi o dos “assimilados.”

No ano de 1917, o governo estabeleceu, pela primeira vez, processos claros de definição de estatuto. Nos termos da Portaria no. 317, de 9 de Janeiro, uma pessoa podia requerer o *alvará de assimilação*. Ela estabelecia teoricamente, que os *indígenas* “assimilados” e *mestiços* portando o alvará comprovariam o seu direito de “cidadania” portuguesa, e que assim deixavam de ser *indígenas*. Embora revogada em 1921, foi incorporada na consolidação geral da legislação em 1926, e representava para os *mulatos* e “assimilados” a prova cabal de que o Estado colonial pretendia, legalizar e reforçar a discriminação na base de “raça” entre eles e os *brancos*.⁹⁶

O que estava por trás da política de *assimilação*, era na verdade a idéia de legitimar a ordem hierárquica como “natural”, ao mesmo tempo, acenar com um “generoso” prêmio para manter a esperança de mobilidade. Não havia nenhuma intenção em reconhecer os *indígenas* e os *mestiços* como iguais e com os mesmos direitos conferidos aos *cidadãos portugueses*. O seu resultado foi a divisão da sociedade em três estratos sociais: os não-indígenas, os “assimilados” e os *indígenas*. Em outras palavras, a estrutura social se estratificava em *brancos* (não-indígenas), *mestiços* ou *mulatos* (“assimilados”) – onde podiam se incluir os indianos e chineses - (e *negros* (ou “indígenas”).

⁹⁶ *História de Moçambique: Moçambique no auge do colonialismo 1930 – 1961*. Livraria Universitária. Universidade Eduardo Mondlane, Maputo 1999.

Não incluo os *negros* no grupo de “assimilados”, pelo fato de muito poucos terem solicitado e adquirido a alvará de assimilação. Até 1954, apenas 700 *indígenas* haviam requerido o alvará (PENVENNE, 1993), logo, diante dum universo de 184.000 *negros* residentes nos arredores da cidade, o número daqueles ser bastante insignificante. Dos cerca de 17.000 *mistos* e *mulatos*, residentes na cidade na mesma década, alguns deles haviam solicitado e também recebido o estatuto de “assimilado”.⁹⁷

Quanto aos de origem asiática (os *indianos* ou *monhés*, os *baneanos* e os *chineses*), se por um lado eram discriminados pelo regime, por outro não faziam questão de adquirirem o estatuto pelas razões apontadas anteriormente. Sob a base religiosa vincularam-se em associações que formavam pequenas comunidades extremamente coesas, podendo deste modo sobreviver à marginalização a que também foram sujeitos, daí que venceram a barreira do tempo e das mudanças até aos dias de hoje. Ainda se encontram na cidade com uma identidade bem definida, com exceção dos chineses, cuja população diminuiu para números insignificantes por razões desconhecidas.

Os “assimilados” neste caso se tornaram historicamente um grupo bastante vulnerável. Humilhados muitas vezes pelos *brancos*, tolerados e até desprezados por outros *negros*, eles carregavam o estigma de serem “brancos de papel”, quer dizer, “homens negros que, devido aos documentos legais guardados nos bolsos eram incitados a identificarem-se como brancos distintos dos indígenas, mas apenas quando convinha aos brancos” (apud MACAGNO, 1999, p. 158). Assim, eles desenvolveram uma identidade típica do Homem Marginal, lutaram por diversos meios para serem aceitos pelo grupo dominante, porém tal nunca aconteceu até a independência em 1975.

Em Lourenço Marques, a população não branca era vista como um obstáculo à plena concretização de um projeto modernizador, pois não compartilhava dos mesmos padrões culturais europeus. A presença de *africanos* e *asiáticos* na cidade foi apenas fruto da necessidade, sendo tolerada, mas não desejada, e quando possível, foi mantida à distância, oculta, disciplinada ou ao menos excluída dos direitos de cidadania.

⁹⁷ *Crescimento da População Urbana e Problemas da Urbanização da Cidade de Maputo*. República de Moçambique, Comissão Nacional do Plano, Direção Nacional de Estatística, Unidade de População e Planificação. Série População e Desenvolvimento, Documento Nº 11, p. 21.

A Rua.

A *rua* é o espaço das confrontações das classes sociais. Sua atmosfera exprime as tensões sócio-políticas. É na rua que cada grupo social pode afirmar sua existência e reivindicar seu direito ao reconhecimento. E do mesmo modo que nela os segregados se apresentam contestando ou reivindicando, também nelas os grupos dominantes afirmam e impõem o seu poder. A rua torna-se assim o fórum onde se pode ser visto e se materializam os conflitos. Pela sua denominação, seu caráter ou sua localização, é já, em si mesma um símbolo político.

Do quadro anterior pode-se deduzir o que seria a *rua* em Lourenço Marques. Nesta cidade não era necessário um cartaz com a inscrição “Só para europeus”, para manter a quase perfeita separação entre os *indígenas* e os *brancos*. Assim, começando pela rua, nos trens elétricos, no cinema, nos restaurantes, nos hotéis, e outros lugares públicos, os preços e a vestimenta atuavam como “filtro” da cor.



Figura 21: Baixa da Cidade 1929 (A.H.M. 1991)

Segundo Harris (1958), a população europeia em Moçambique gozava de um nível de bem estar material maior inclusive que o do Portugal continental. Com vários serventes por casa e tantos automóveis per capita quanto nos Estados Unidos, os colonos *brancos*, rapidamente se ajustaram à condição degradada e servil da massa *africana* (apud MACAGNO, 1999 p. 152).

Uma grande “harmonia” reinava no país, bem como no cotidiano urbano de Lourenço Marques. Esta era resultado do sistema segregacionista e repressivo estabelecido pelo colono, que se manifestava no princípio de “desigual, mas junto” para os mestiços ou mulatos, e “diferente e separados”, para com os *indígenas*, que na opinião de Harris, este sistema era bem mais severo em muitos aspectos que o *apartheid* da então União Sul-Africana.

Moçambique, como território do ultramar era considerado uma *província*, quer dizer, possuía o mesmo grau de integração jurídica que as províncias da Metrópole. No entanto, aqui apenas uma pequena fração da população gozava do estatuto de cidadão. A razão disso estava no fato de que a política do indigenato, era um sistema que se apoiava em uma doutrina jurídica baseada na idéia de que os *africanos* eram culturalmente, lingüisticamente, moralmente e intelectualmente incapazes de exercer a cidadania portuguesa.

Assim, o processo de conversão da massa *indígena* em cidadãos portugueses – quer dizer o processo de *assimilação* – requeria que os estes falassem corretamente o português e adotassem os hábitos e costumes portugueses que lhes permitiam viver sob uma lei comum. Porém, os sistemas de educação e do mercado de trabalho estavam concebidos para tornar essa possibilidade extremamente remota, para não dizer impossível. Enquanto que a Igreja, responsável pela educação e “civilização” dos *indígenas* oferecia somente três anos de escolaridade, chamado *rudimentar*, o sistema laboral administrado pelo Estado requeria mão de obra qualificada.

Dentro da engrenagem colonial, os *indígenas* estavam sujeitos às regras das circunscrições administrativas e às arbitrariedades dos “chefes de posto”. Estes administradores tinham o poder de acusar, encarcerar e sentenciar aos *indígenas*. Por sua vez estes não podiam sair da cidade, ou de qualquer distrito para outro, sem a autorização do chefe de posto, que por outro lado tinha poder de regular todas as transações comerciais que envolvessem *indígenas* e *européus*. E para além das prerrogativas para designar áreas de cultivo no cinturão da cidade, o chefe de posto podia decidir também se um *indígena* possuía ou não as qualificações para transforma-se em um “cidadão”.

A idéia por trás do sistema era exercer um forte controle social sobre os *africanos*. E um desses objetivos consistia na limitação da mobilidade geográfica da população local. Em virtude desse controle, cada *indígena* deveria levar sempre consigo seu *livro de passe* e

informar às autoridades cada movimento realizado. A consequência desta política se refletiu bastante no acesso e no trânsito nas ruas da cidade, durante todo período colonial, pois enquanto os *brancos* podiam caminhar tranquilos durante o dia e à noite em Lourenço Marques, os *indígenas*, que vinham ao centro para trabalhar, estavam proibidos de sair de suas casas depois das nove da noite.

Ainda que a cidade fosse edificada sobre os auspícios da modernidade, ainda assim se fechava a um *flanador indígena*. Este não poderia se tornar um *homem na multidão*, desconhecido de todos os demais, sim, ele seria olhado por tudo e por todos, o suspeito, porém não insondável e nem escondido. Tendo a preponderância da atividade visual sobre a auditiva, como característica das relações recíprocas da cidade, para o *indígena*, a rua, ao invés de se tornar um espaço de refúgio entre a multidão, esta surgia como um lugar de perigo. A cor da pele, bem como seus trajes o tornavam alvo da política de repressão, que o tiravam todo o prazer de *flanar* (BENJAMIN, 2000).



Figura 22: Os elétricos de Lourenço Marques 1929 (A.H.M. 1991)

Assim havia somente uma desculpa cabível para o *indígena* transitar pelas ruas da cidade, o trabalho, visto que na cidade o desemprego era tido como crime, e o trabalho forçado, o *chibalo*, uma sanção permitida e, de fato, comum para casos de ofensas criminais. O *chibalo* havia sido expressamente proibido em 1906, contudo este não desapareceu completamente, antes se apresentava sob outros disfarces. Em 1928, ante as

crescentes críticas internacionais, Portugal estabeleceu um novo *Código de Trabalho* para os *indígenas*, que se supunha dar fim ao trabalho forçado, exceto para propósitos de correção penal e de trabalhos públicos necessários.⁹⁸

Deste modo o transito dos *indígenas* na concepção do colono se tornava em problema de disciplina social, para o qual foi criado um rigoroso controle das atividades da população *negra* no centro urbano. Nas palavras do Curador Municipal dos Negócios Índigenas em 1950, este “visava não só impedir a vadiagem e a criminalidade, mas também corrigir a “má conduta”⁹⁹ (PENVENNE, 1993, p. 163). Talvez se explique aqui o fato da cidade ter sido primeiramente estabelecida como Presídio, ela foi crescendo sob as “bênçãos desse padroeiro”. A idéia de transformação do “outro”, de seu agrupamento em espaços bem definidos, a fim de servir para fins mais econômicos que políticos, que já vinha sendo gestado desde o período pombalino. Como se explicaria então o fato do Marquês, ao voltar a sua cidade (Pombal) no final de sua carreira, ter primeiramente construído um presídio?

As oportunidades de educação e formação para os *africanos* eram com certeza maiores na área de Lourenço Marques, conseqüentemente, a sua população era mais especializada e mais instruída que a população rural. Entretanto a mobilidade do *africano*, em particular no funcionalismo público, foi efetivamente refreada. *Negros* formados no trabalho permaneciam perpetuamente como auxiliares *indígenas* ou aprendizes, não obstante o fato de executarem trabalho especializado que os seus superiores *européus* se limitavam a assinar.¹⁰⁰

Com a segregação dos *indígenas* da cidade, os portugueses podiam reproduzir a tão exaltada e enaltecida vida européia em Lourenço Marques (fig. 13). Com o avanço do projeto urbanístico, a cidade se tornou num imenso quadrilátero. Avenidas extensas, de seis a oito quilômetros, amplas, decoradas e resguardadas do clima por uma arborização

⁹⁸ Edward Ross, Professor de Sociologia da Universidade de Wisconsin, em 1925 levantou um amplo informe sobre o chamado *trabalho voluntário*. Este informe apresentado na Comissão Temporária sobre Escravidão da Liga das Nações, foi elaborado a partir de suas observações em Angola e Moçambique. Daí surgiram as críticas ao sistema colonial português que teve que rever o chamado *Código de Trabalho*. In: Lourenço Macagno, *Relações Raciais no Brasil e Moçambique segundo Marvin Harris*, Lusotopie, 1999.

⁹⁹ As aspas são minhas.

¹⁰⁰ Sobre os africanos especializados existem alguns estudos sobre o papel das missões protestantes em Moçambique, que sofriam do governo colonial grande oposição, de maneira que todas elas foram somente permitidas operar nas zonas rurais, sob o olhar vigilante do Estado e das missões católicas, suas diretas adversárias de campo. Contudo, o resultado do trabalho delas em muito lembra a obra de Weber sobre a *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, pois dos alunos das missões protestantes saíram os grandes intelectuais que inclusive idealizaram e articularam a luta armada pela independência de Moçambique.

magnífica. A Praça 7 de Março era inicialmente o *point* da cidade (fig. 23). A classe média e a elite da cidade ali se reunia para conversar bebendo *whisky and soda*. Nas quintas e domingos, algumas bandas da cidade deleitavam os transeuntes com seu repertório. Era um lugar agradável de se estar com amigos, havia ali cadeiras de verga onde se sentava e se fazia *política*.

Descendo pelo leste, tomando pelos caminhos que levam à beira do Índico, vencendo as sinuosidades da estrada larga e vigorosamente asfaltada e ornada de pequenos jardins, chegava-se a Avenida Marginal, que levava à praia. Mas será que estas áreas estavam disponíveis a todos, óbvio que não. O Regulamento das Praias, elaborado pela Comissão de Praias, estabelecia que os *não-brancos* estavam impedidos não só de ocupar tais recintos, mas também de banhar-se nas mesmas águas que *brancos*. Engraçado que os *não-brancos* aqui incluía também *mulatos* e *mestiços*, que junto com os *indígenas* ajudavam a custear a Comissão de Melhoramentos das Praias.



Figura 23: Praça 7 de Março 1929. (A.H.M. 1991)

O que pretendo mostrar com isto é que apesar dos *assimilados* da cidade terem uma certa liberdade de locomoção, ainda assim havia alguns poucos espaços a eles vedados. De fato a bibliografia consultada não relata nenhum dado de restrição a circulação para este grupo, fosse em termos de horários ou espaços específicos, para além do acima citado. É curioso que mesmo quando foi da inauguração dos trens elétricos em 1904, houve restrição exclusiva ao uso dos mesmos para os *indígenas* e os *asiáticos*.

Como mais um espaço social, os trens reproduziram as relações sociais e “raciais” segregadoras: logo após o início do serviço, a Câmara elaborou um Regulamento de Exploração dos Elétricos, que anunciava em seu artigo 5º que, “os *indígenas* e *asiáticos*” só poderiam transitar “nas imperiais e em lugar especial determinado pela Companhia”, em outras palavras, estes não poderiam entrar no recinto interno do trem e nem se sentar em suas poltronas, tendo assim que viajar de pé, na pequena área a eles destinada ou pendurados nos estribos (Fig. 22). Outro fator interessante é que se requeria que “os *indígenas* e os *asiáticos* (...) não pudessem transitar dentro dos carros elétricos sem estarem decentemente vestidos à européia”, e deixando ao arbítrio dos funcionários da Companhia decidir quem estava decentemente trajado à européia.¹⁰¹

Estar decentemente trajado para o *indígena* implicava usar sua melhor roupa, o que com certeza não o faria para o trabalho, logo, o traje o impedia de usar os novos meios de transporte, e mesmo mais tarde quando estes foram trocados pelos ônibus. Então o transitar nas ruas da cidade para o indígena tornava-se uma experiência nada prazerosa, pois esta só reforçava sua condição de *incivilizado*.

Quanto aos *asiáticos*, estes eram de fato bastante peculiares, sendo refratários a assimilar os valores europeus, não se conseguia nem mesmo persuadi-los a usarem calças. Andavam com “nuas pernas felpudas, surdindo das amplas dobras de roupagem que algum dia foram brancas, e calçando chinelas de formas indefinidas...”(MACAGNO, 1999, p. 194). Mesmo que fossem economicamente capazes de “se vestir à européia”, sua cultura, seus hábitos e costumes tornavam-se símbolos de auto-segregação, seu foco estava em outro lugar, no lucro, eram governados por uma “missão”, multiplicar sua fortuna. Com o passar do tempo foram aceitos no interior dos trens e dos ônibus, ficando somente a massa *indígena* do lado de fora, isto é, “no olho da rua”.

Saindo da urbe, ali bem perto, a poucos metros ficava a avenida de asfalto separando a cidade de cimento da “cidade de caniço”, expressões que encerram um universo de diferenças na geografia cultural da capital da *província*. Do outro lado, estavam os bairros indígenas, a Mafalala, Munhuana, Malanga e mais além o Lhanguene. Espaços marcantes do imaginário dos segregados, espécie de baluarte que marcava a resistência ao sistema colonial português, e que deixou ícones na história da cidade.

¹⁰¹ *Arquivo*. Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique, Nº 9, Abril de 1991 p. 31.

As ruas de areia compunham um desenho muito especial que os habitantes da cidade elegante não podiam decodificar. Exalando um quê de mistério, elas protegiam-se da rigidez do código colonial e instalavam uma ordem baseada noutra lógica. Conduziam a um mosaico de casas predominantemente de caniço e zinco, tais que estabeleciam um forte contraste com as enormes habitações dos bairros centrais, e mesmo dos imponentes sobrados da Baixa, reduto da gente que contava com a gestão do modelo colonial. As ruas de areia, na verdade, eram muito mais do que isso, eram verdadeiras artérias, “veias” que do coração da cultura indígena, levavam a identidade que se quer moçambicana, e não ultramarina.

IV. Rio de Janeiro e Lourenço Marques, duas capitais coloniais.

A partir do que foi exposto no capítulo anterior, dá para perceber que o processo de urbanização, das duas cidades aqui estudadas, em grande parte acompanhou o próprio desenvolvimento político e urbano em Portugal. É notória a influência estrangeira que este país teve, a partir dos seus contatos desde os períodos mais remotos de sua história. Abrindo-se às características positivas das nações estrangeiras, Portugal foi absorvendo valores e práticas urbanas que não se iriam enraizar somente na MetrÓpole, mas também se estenderiam aos seus territÓrios do ultramar.

Como o afirmam autores portugueses, já havia uma tendência em planejar cidades desde os séculos XIII, sob o governo de D. Dinis (1279 – 1325), onde se viu necessário prover algumas das aglomerações medievais com vias de atravessamento e escoamento do transito, que teriam um impacto sobre o comércio local. Muito provavelmente, esta preocupação com a questão do fluxo urbano poderia ser herança da ocupação romana. Os romanos, diferentemente dos gregos, faziam questão de uma metamorfose dos povos conquistados, isto é, transformá-los em romanos, daí que, uma das políticas do império era transplantar a arquitetura urbana das novas cidades para os territÓrios conquistados, pouco importando que isso exigisse, freqüentemente, a destruição de templos, ruas ou prédios públicos ligados ao passado dos povos dessas regiões (SENNET, 2003).

A influência romana em Portugal, contudo, não foi assim tão enraizada como poderia se supor no caso das fundações espanholas, houve sim alguns traços incorporados pelos portugueses. Um ponto a destacar nas cidades lusas foi a importância dada pelos portugueses, aos portos naturais onde existissem mercados em expansão e às defesas naturais. Tendo sido estes os fatores que atraíram Portugal para o Rio e Lourenço Marques, esta também era uma característica já do antigo Império romano. Como afirmou Weber (2001), a organização administrativa de Roma descansava, no final da República e início do Império, sobre a comunidade urbana, da mesma forma que ela era a base econômica, daí que, a perda do papel econômico das cidades litorâneas, em favor das propriedades do interior, também estaria entre as causas da queda do que ele chamou de *cultura antiga*, em alusão ao Império Romano. No auge da expansão marítima, Portugal aprendera que as cidades tinham que responder às duas funções estratégicas, a econômica e a política (como centro administrativo com defesas naturais).

Com certeza a Igreja foi um legado de grande influência em Portugal, que inclusive permanece até ao presente. Tendo chegado para ficar, o cristianismo romano ocupou a posição mais alta na monarquia lusa, tendo assim participado e influenciado profundamente a vida nas cidades portuguesas e nos territórios do ultramar.

Desde a Metrópole, assim como no Rio de Janeiro, a catedral ou sé, se tornou um elemento importante na identificação da cidade e sua composição. Devido à posição e à função da Igreja, algumas vilas em Portugal ganharam o estatuto de cidades com a anuência papal, em virtude da presença da Sé, para constituir um novo bispado. Assim, do casamento do Estado com a Igreja, várias formações urbanas foram geradas ao longo dos séculos de expansão marítima. Talvez aí se explique o fato da maioria das cidades no Brasil terem recebido nome de santos católicos, como por exemplo, São Sebastião do Rio de Janeiro.

No Rio de Janeiro, a Igreja desempenhou um papel fundamental na produção social do espaço, que por sua vez se refletiu no cotidiano da cidade, se constituiu em uma espécie de consenso religioso e social. As práticas religiosas da população carioca se caracterizaram pela vivência de um catolicismo bastante externalizado, de práticas costumeiras e cotidianas, leigas, pouco sacramentais na opinião dos mais ortodoxos, e praticado de forma múltipla, pelos diversos segmentos sócio-culturais na colônia.

Do tipo de relações existentes entre a Igreja e o Estado, na falta de normas civis específicas para a conformação urbana, as leis eclesiásticas tornaram-se definidoras do estabelecimento das atividades e dos caminhos da expansão territorial. Assim a paisagem urbana do Rio de Janeiro ficou intimamente vinculada às ordens, confrarias e irmandades que buscavam terrenos para a construção de seus templos e casas.

Mais do que a mera busca de terrenos no perímetro urbano, para a construção de seus edifícios e o suprimento das necessidades de seus membros, as relações entre as ordens, irmandades e confrarias, se caracterizaram pelo preconceito e segregação dos membros das diferentes comunidades. Estas rivalidades que objetivamente se manifestavam pelas localizações dos seus prédios e mecanismos de filiação tornavam-se, semelhantemente, o retrato da estratificação da sociedade colonial como um todo. As ordens ou irmandades das elites da cidade, se situavam nas melhores áreas urbanas, e as dos segmentos de menos posses iam pleiteando os terrenos mais periféricos.

Voltando-nos para o caso de Lourenço Marques, que assim foi denominada por D. João III, em 1544, em homenagem ao navegador do mesmo nome, o qual fez o reconhecimento geográfico e econômico da então Baía de Delagoa, vemos que o papel da Igreja no processo de urbanização tomou outra vertente. Já se anunciando o tempo de mudança com a subida do Marquês de Pombal, como ministro no governo de D. José (1750 – 1777), a postura anticlerical, introduzida com a expulsão dos jesuítas nas colônias, culminou com o banimento das ordens religiosas em Portugal em 1834.

A nova monarquia liberal, que vigorou em Portugal até os finais do século XIX e início do XX, foi o que levou em parte à tardia inserção da Igreja em Lourenço Marques. E quando esta ocorreu, lhe foi designada uma função como instrumento do Estado no projeto *civilizacionista e assimilacionista dos indígenas* da colônia. A ela foram concedidos terrenos nas áreas periféricas da cidade, e mais precisamente nos bairros designados aos nativos segregados. E só a partir da década de 1940, foi que a Igreja começou a construir no centro da cidade, como resultado da *Concordata* realizada em Portugal entre esta e o Estado.

Entretanto, posso afirmar que as missões religiosas em Lourenço Marques, participaram dum processo de segregação religiosa e espacial na medida em que os templos construídos na cidade, eram exclusivamente para a elite *branca e afro-européia*. Porém, a diferença com o Rio de Janeiro, residiu no fato de que a política segregacionista provinha da Metrópole e não da dinâmica religiosa intra-urbana como se verificou entre as ordens e irmandades. A Igreja em Lourenço Marques, tinha-se tornado em um instrumento do “aparelho ideológico” do Estado. Ao ser permitida construir seus templos católicos destinados aos *indígenas*, nas periferias urbanas, ela reforçava a política segregacionista do Estado, e impossibilitava aos indígenas o acesso aos códigos simbólicos da vida urbana.

No Rio de Janeiro, diferentemente, as ordens e irmandades foram bastante familiares à sociedade urbana, além das funções religiosas, desempenhavam um importante papel no setor de assistência social, desempenhando muitas vezes as funções do Estado e da Igreja. Eram assim importantes instrumentos de controle social, e sua influência era alvo de inúmeras disputas entre os poderes temporal e espiritual. Elas vendiam, alugavam e permutavam casas, terra e bens como melhor entendiam. E o Estado lhes havia conferido certa autonomia, que não desejavam perdê-la por nada. Construíam seus templos em espaços públicos de acordo com as concessões feitas pela Câmara.

Foi em suas celebrações, missas, procissões e festas das mais diversas, que a Igreja contribuiu não só para a miscigenação e trocas simbólicas no espaço urbano do Rio de Janeiro, mas sobretudo para a natureza ambígua das categorias étnico-raciais da cidade. Suas práticas representando uma religiosidade supersticiosa, era eivada de contradições e imbricações entre elementos sagrados e profanos, não aceitáveis para os mais ortodoxos. Em parte, a causa disso residia no fato de existirem irmandades para *brancos*, *índios*, *pretos*, *pardos* e *crioulos*, que se afiliavam não por uma lógica definida pelo credo, antes pela “raça”, etnia, classe e/ou *status social*.

Nas igrejas, sem fugir aos ritos religiosos, as diferentes comunidades mantinham suas atividades devocionais baseadas na religião popular, práticas de um mundo às avessas, “sem regras”, funcional, supersticioso e que obedecia a espontaneidade. Essas práticas, no caso dos *africanos*, estavam em alguns casos atreladas a cultos de deidades *negras*. A dos *brancos* pobres, os excluídos dos mais altos escalões da elite urbana, estavam sujeitas àquilo que poderia se chamar de uma articulação de culturas; pode-se dizer que elas absorveram elementos de todas as outras, e em menor escala, dos *indígenas* (ou índios). Os *negros* também se apropriaram, através do catolicismo, de formas miscigenadas das práticas européias e deram uma outra roupagem às suas tradições; preservaram-nas, fizeram com que elas sobrevivessem numa sociedade escravista que procurava se impor.

Em Lourenço Marques, por sua vez, não só a inserção da Igreja sofreu resistência por parte dos *indígenas*, por estes verem-na como uma extensão do Estado, mas ela mesma barrava qualquer forma de miscigenação ou trocas culturais que impedissem ou prejudicassem a política *assimilacionista*. O clero católico, em sua condição de arautos da *civilização*, plenamente identificados com os ideais coloniais, continuavam a ver os *negros* como selvagens, com o mesmo viés racista que os demais colonos. Em 1927, os *negros* denunciaram como sendo uma prática racista o fato da Missão de S. José de Lhanguene, voltada à população *negra*, manter guardada na sacristia a imagem de São Benedito, pelo fato de se tratar de um santo negro e, como uma espécie de desagravo, promoveram no ano seguinte (1928) e na igreja da mesma Missão, uma grande quermesse em homenagem a “São Benedito, o negro”(ZAMPARONI, 1998 p. 9).

Surgiram no Rio de Janeiro dois territórios onde formas diferentes de culturas se contracenavam: um público e outro privado. Em outras palavras, o espaço se definia, paradoxalmente, entre a tolerância e a segregação. Se pensarmos no sentido do

entrecruzamento das culturas e nas formas de manifestação permitidas, a situação colonial foi exatamente um palco para a circularidade de valores e culturas. Era um palco social nos limites da sociedade escravista. O Rio de Janeiro contava com cerca de 50.000 habitantes antes da chegada da Família Real e da Corte, o número triplicou a partir de 1808 e quase 2/3 eram formada de *negros e mestiços, pardos, crioulos e caboclos*. Esta distribuição étno-demográfica levou o Conde da Palmela a escrever para sua mulher em 1821 reclamando que “*falta gente branca*” na Província do Rio¹⁰². O intenso tráfico de escravos criou uma sociedade predominantemente *negra e mestiça*.

No Rio de Janeiro, o processo de urbanização foi seguindo a lógica portuguesa que preferia os lugares altos, em detrimento das áreas baixas, por motivos de segurança e também de higiene. Aos pobres, cabia-lhe o pé dos morros, no alto, os ricos e as ordens religiosas foram logo se apossando, para levantarem seus sobrados, suas igrejas e seus conventos. Os casebres e os mucambos, foram surgindo rasteiros, pelas partes baixas e imundas da cidade. Mesmo que essa conformação espacial evidenciasse as diferenças sociais e conseqüentemente espaciais na cidade colonial, o mesmo não ocorria no interior das casas.

Sendo alguns sobrados de dois e outros de três andares, *negros, mestiços, crioulos e pardos* conviviam em um mesmo espaço, nos afazeres domésticos a serviço dos seus senhores. Freyre (2000) cita o caso de uma senhora do Rio que se queixava que os seus “escravos eram um aperreio, não porque fossem poucos, porém muitos; gente demais dentro de casa; a pobre sinhá não sabia mais o que fazer para dar que fazer a tanto muleção malandro”. Claro que o quadro soa meio caricatural, porém sugere que havia sim uma interação entre senhores e escravos no cotidiano da casa colonial, situação essa impossível de se imaginar em Lourenço Marques. Penso que essa relação refletia uma extensão da vida rural brasileira, onde uma vez mais Freyre (2001), afirma que era natural a promoção de indivíduos da senzala à casa-grande, para o serviço doméstico mais fino, e esta sendo de acordo com as qualidades físicas e morais dos escravos. “A *negra* e a *mulata* para dar de mamar ao nhonhô, para niná-lo, preparar-lhe a comida e banho morno (...) às vezes para substituir-lhe a própria mãe – é natural que fosse escolhida dentre as melhores escravas da senzala.” Esta seleção dos melhores escravos para alguns serviços doméstico, criava uma diferença de *status* entre os próprios escravos. E, conseqüentemente, a diferença se

¹⁰² Norton, Luís. *A corte de Portugal no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 126.

estendia aos que trabalhavam dentro e fora de casa, isto é, na rua. Mas ainda que houvesse tal diferenciação laboral entre os escravos, algo tinham em comum, o local de trabalho era também local de habitação. Estes compartilhavam com os seus senhores o mesmo sobrado, tendo os andares superiores para o *sinhô* e sua família, e o térreo para os escravos, que se tornava em uma senzala urbana.

Se as distâncias sociais eram extremamente grandes no contexto da cidade colonial, as tolerâncias tornaram-se pressupostos indispensáveis no espaço comungado. É claro que este tipo de sociedade também tinha seus conflitos, momentos em que os diferentes sistemas não se amalgamavam, mas isso não impediu que ela fosse uma sociedade em constante e acelerada transformação. A questão aqui, é observá-la nos momentos em que as trocas eram possíveis e não nas ocasiões dos conflitos.

Já em Lourenço Marques, a política de separação de corpos, impedia tal troca e experiência urbana. Sendo ela construída sob uma economia capitalista, a desigualdade da renda e as práticas discriminatórias no mercado habitacional, conduziram à concentração desproporcional da maioria étnica nos subúrbios urbanos. Suas casas de madeira e zinco, quando não fosse a palhota, se tornavam em lugares de refúgio e de preservação de valores sociais e de costumes.

Na cidade, na casa dos *portugueses*, os *indígenas* tinham acesso durante as horas de trabalho nos serviços doméstico. E a preferência era por empregados do sexo masculino justamente para evitar possibilidades de miscigenação. Ainda que houvesse muitos *indígenas* à disposição, a média de empregados era de três (o cozinheiro, o mainato e o moleque). Estes tinham acomodação, quando fosse o caso, fora da esfera privada dos patrões, em um quarto contíguo à casa principal, com quem mantinham o mínimo de contato necessário numa relação profissional.

De fato, os salários auferidos no trabalho doméstico, que absorviam cerca de metade da população urbana ao longo das primeiras décadas do século XX – permaneceram no fundo do patamar salarial, mesmo que se levasse em consideração o seu equivalente em dinheiro, alojamento e alimentação. Muitos dos jovens que inicialmente trabalhavam como empregados domésticos depressa mudavam de emprego, à procura de outros, mais seguros e com melhores ordenados. Estes eram na verdade usados como porta de entrada na cidade, para melhorarem o conhecimento da língua e adquirirem uma educação e experiência, mais negociáveis no meio urbano.

Assim, o espaço doméstico, neste contexto específico, constituía um sistema de códigos impenetráveis, onde a fala, as posturas, os movimentos do corpo tinham seus espaços próprios. Reproduzindo na esfera da casa a vida urbana como um todo, estabelecia uma esfera de tensão social contínua. As manifestações dos *negros*, *mestiços* e *brancos* na esfera doméstica, estavam sempre relacionadas às condições e contradições em que viviam e se posicionavam na sociedade colonial. Mesmo vivendo em um ambiente hostil à liberdade, os grupos dominados, vez ou outra, desfiavam suas farpas contra o regime colonial segregacionista. Com suas formas e seus recursos, reproduziram sonoramente o mundo, tal como o viam e sentiam. Um mundo que cada vez mais se dividia em territórios e privilégios.

Certamente que havia vários *portugueses* que mantinham relações cordiais com os *indígenas*, e vice-versa. Mesmo tendo em conta que a confiança e o respeito mútuo não eram traços característicos do sistema, eles ainda assim ocorriam. Entretanto, toda a estrutura exercia poderosamente uma força política contra uma reciprocidade equilibrada e um respeito mútuo. Daí que qualquer ação de solidariedade para com o indígena se tornava em um comportamento desviante, que suscitava uma reação de reprovação dos membros do grupo. Do mesmo jeito que da parte do indígena, qualquer iniciativa de interação sob a base de igualdade era visto como uma afronta e desejo de ascensão, ao que lhe era respondido com a lembrança da sua posição.

Nas ruas do Rio, os diferentes grupos sociais e étnicos se encontravam em momentos, que não só deveriam ser de todos, mas também demonstrativos das hierarquias. Todavia ocorria uma miscigenação em todos os sentidos. Roupas e gestos diferentes, idiomas e dialetos se multiplicavam, escutavam-se os mais variados sons, fazendo do Rio uma sociedade múltipla, que procurava seu caminho através dos entrecruzamentos viáveis. Pelo testemunho de alguns europeus, “os escravos de rua da cidade do Rio de Janeiro deram a impressão de alegres e extremamente inclinados à dança e à música, parecendo-lhes sua condição (...) superior à dos escravos das plantações.”(FREYRE,2000, p. 78). Daí se reportarem casos de *negros* e *mulatos* que fugiam dos engenhos para as cidades, onde procuravam se passar por livres.

Com a vinda da corte no início do século XIX, a intensidade de trocas aumentou e os espaços cada vez mais se delimitaram. Ao universo dos símbolos já existentes na colônia, somaram-se outros que eram a própria representação da nobreza. A sociedade

carioca teve de conviver com eles e, de uma forma muito particular, assimilá-los e reproduzi-los. O contato com as modas inglesas, que se acentuou depois da chegada de D. João VI, influenciou consideravelmente os estilos de vida bem como as ruas da cidade. Segundo Freyre (2000), estas vinham se tornando mais elegantes do Império, porém, o que pretendo enfatizar é o significado social que as ruas tinham, sobretudo no que diz respeito aos escravos. A rua se apresentava para sociedade como um espaço degradado, depreciado, mesmo para os escravos que trabalhavam dentro de casa, viam os outros *negros* de rua como gente inferior, de menor valor, como os próprios anúncios de venda de escravos sugeriam. “Vende-se huma preta de bons costumes, muito ágil para todo o serviço de huma casa, tem 16 anos de idade e sempre tem sido criada sem sahir á rua” (apud FREYRE, 2000, p. 78). Já para o escravo de rua, esta ganhava outro significado, era o espaço da liberdade, longe das vistas e dos maus tratos dos senhores, ou do preconceito dos *crioulos* ou *pardos* que trabalhavam dentro de casa.

Ainda que fosse o lugar da desordem, do perigo e do imoral, a rua era o espaço de todos, de *negros*, *brancos*, *mestiços*, livres e *escravos*. Aqui os escravos trabalhavam para os seus senhores, e os livres para si mesmos. Trabalhavam como artesãos, lavadeiras, alfaiates, vendedores ambulantes, aguadeiros e etc. Alguns escravos ganhavam o suficiente, até para alugar quartos em alguns sobrados da cidade senão em casebres na periferia. Mas as diferenças sociais dos vários segmentos da urbe, não impediam que sob “o guarda-chuva” da *Santa Madre Igreja* todos se encontrassem na rua numa verdadeira troca de papéis e de interações simbólicas. Ela se tornava um verdadeiro palco. Ela ganhava deste modo importância também pelas pessoas que se juntavam aos festejos e procissões.

Vários grupos de “*negros* desfilavam por todas as ruas e becos, desde o início das festividades até mais tarde, acompanhados pelo estrondo de tamborins e sons” de instrumentos dos mais diversos (MONTEIRO, 2006). Sua gritaria e a contínua descarga de morteiros e fuzis aumentavam o ruído ensurdecedor. Em todas as casas se acendiam fogos cujas chamas ascendiam pelo ar. Mais tarde, “*mulatos* e *brancos* se somariam à algazarra com seus gritos e sons de instrumentos europeus. O resultado disso era um caótico e indescritível pandemônio”. Tudo isso se tornava um “carnaval”, uma mistura de catolicismo com práticas autóctones, próprias de *negros*, *índios* e *mestiços* (*idem*, 2006). Como diria Bakhtin, um espaço onde o povo se tornava imortal, onde constantemente se

renovava e desafiava em plena praça pública os poderes constituídos através da abundância, liberdade, irreverência e ironia, expressas nas ambigüidades (BAKHTIN, 1987, p. 223).

Em Lourenço Marques, a cultura da rua, que surgia da segregação social e residencial predominante, se convertia em outra desvantagem para os *indígenas*. Na verdade, a interdição ao espaço público os tornava ainda mais pobres. Sendo ela só para os brancos, esta deixava se ser um espaço de defesa e luta ante a percepção da segregação, e esse papel foi relegado às ruas dos próprios bairros indígenas, que se tornavam muralhas sociais, que os protegiam da rigidez da ordem colonial, e instalavam uma ordem baseada noutra lógica, a rua funcionava, antes como uma demarcação de universos culturais antagônicos. Para se conhecer o mundo *civilizado*, bastava percorrer as ruas de asfalto com suas calçadas bem definidas geometricamente, mas para se apreender as imagens, as representações culturais dos *indígenas*, se fazia necessário trilhar os becos, as vielas e ruas de areia da *senzala urbana*.

A rua era o espaço que evidenciava as diferenças de cor, seja a cor da pele, dos trajes ou da cultura. Os símbolos aqui, formavam um sistema de códigos impenetráveis, quer dizer, não *assimiláveis*, onde para tudo aquilo que era palpável, auditivo e visual, havia uma relação de oposição e hierarquização. A fala, o caminhar, a linguagem, as roupas e os comportamentos – pensa-se evidentemente em gestos, posturas, movimentos do corpo – tinham suas verdades próprias, isto é, eram referenciais criados para a dominação, reproduzindo e reafirmando “naturalmente” as relações.

Então, o acesso às ruas, para o *indígena*, era permitia sob a base do trabalho, pois corria perigo se fosse achado a “vadiar” pela cidade, o *chibalo*, ou trabalho forçado, seria sua “recompensa” por tal “crime”. Elas eram para os *brancos*, e para os *assimilados* a contragosto daqueles. Procurava-se reproduzir a vida da MetrÓpole tão louvada, perambulando pelos grandes restaurantes, sempre inundados de gente, onde se serviam menus do Ocidente e internacionais, os cafés enormes e artisticamente decorados com suas amplas *terrasses*, seus enormes salões se abrindo para as calçadas, certamente repeliam qualquer aventureiro da periferia que ousasse por aqui circular (PINHEIRO, 1961).

Não havia eventos como no Rio de Janeiro que reunissem os diferentes grupos da cidade, como por exemplo, as festas religiosas tão concorridas no período colonial. O sagrado e o profano por estranho que pareça, estavam nesta urbe espacialmente bem

definidos. As procissões católicas, não eram esses grandes eventos que atraíssem a atenção de quem quer que fosse, tinham mais feições de uma romaria medieval. Nada comparado com o trânsito alegre e jovial dos muitos turistas que visitavam a cidade, vindos principalmente da África do Sul. Ela atraía tantos turistas que se deliciavam na bela e tranqüila Lourenço Marques, iludindo a todos com essa “harmonia racial” que o português criou.

Ainda que o Rio de Janeiro colonial fosse uma sociedade escravista, ela mantinha todos os grupos étnicos e “raciais” numa espécie de *melting pot* social, mesmo que em constante luta por *status* e ascensão. Penso que de certa forma essa fosse uma herança da cidade Medieval, onde não havia segregação entre os locais de trabalho e moradia. Nela, a oficina do artesão, era a sua moradia e ao mesmo tempo residência dos aprendizes. E por extensão, ganhava por vezes a função comercial, se tornando em local de venda do produto do trabalho.

Em Lourenço Marques, se para os *brancos* o local de trabalho era a Baixa, dos *negros* era a cidade, em suas diferentes funções. De qualquer forma, ambos tinham que se deslocar para os seus afazeres, com exceção dos *indianos* (ou *monhés*), *baneanes* e *chineses*, que ainda traziam também o padrão medieval. Então ficava claro para todos qual a posição social de cada um, de acordo com o espaço ocupado na cidade. Sem a mistura “racial” que pusesse em perigo o projeto político colonial no ultramar, era importante a separação de corpos, pois assim se perpetuariam as definições do *status* atreladas aos privilégios.

Mas também o caráter comunal urbano do Rio colonial, com seus espaços polivalentes do ponto de vista funcional e misturados socialmente, tinha suas diferenças com relação às cidades medievais, onde a base da economia era a que ligava o senhor feudal ao servo. No Rio, a base era o trabalho escravo, logo, suas relações sociais eram totalmente diferentes daquelas. O escravo, como mercadoria do seu senhor, fazendo parte do inventário dos seus bens, podia ser trocado ou vendido. Assim, a mistura de *brancos* e *escravos* (*negros, pardos, crioulos, mulatos e pretos*) nas ruas e nas casas da cidade, era possível justamente porque a distância social que os separava era infinita. O respeito (ou o prestígio) e a hierarquia, introduziam a diferença social na vida urbana (ROLNIK, 1988). E penso que aqui jaz a resposta para origem das ambigüidades nas classificações e

categorizações étnico-“raciais” no contexto carioca, semeando a luta por prestígio entre os grupos dominantes entre si, e por sua vez entre os grupos dominados.

Constituiu-se com isso, uma espécie de cumplicidade entre os escravos abrazeirados ou socializados na escravidão e os seus senhores. As relações do cotidiano tornavam-se assim enlaçadas em uma ideologia paternalista que, embora não excluísse totalmente o *africano* (ou *preto*, escravo recém-chegado), envolvia com maior força os escravos *aculturados* e fruto da miscigenação. Nascido de relações localizadas de poder no microcosmo social, em que se confrontavam *escravo* e *senhor*, esse paternalismo senhorial se aproximava de um tipo de hegemonia político-ideológico e cultural. Na verdade, era um sistema de controle e de dominação de classe, como já nos referimos no capítulo II. Assim, o grupo dominante não exercia o poder apenas na ponta do chicote, mas também mediante o convencimento de que o mundo da escravidão oferecia ao escravo – e a uns mais do que a outros – segurança e mesmo espaços de barganha (REIS, 2004).

Rio de Janeiro (Brasil)	Lourenço Marques (Moçambique)
Pretos (ou africanos)	Pretos (ou indígena)
Negros	Negros
Mulato	Mulato
Misto	Misto
Pardo	
Caboclo	
Cafuzo	
Crioulo	
Cabra	
Branco	Branco
Índio (ou indígena)	Indiano (ou <i>baneane</i> - islâmico)
	Chinês

Tabela 1: Categorias classificatórias dos segmentos étnicos e/ou “raciais” nas duas cidades.

Em Lourenço Marques, sob um capitalismo de Estado levado a cabo por uma ideologia liberal racista, os grupos segregados não tinham esses espaços de barganha, as diferenças não só eram evidenciadas como também perpetuadas pelas barreiras sócio-espaciais rígidas. Sob o disfarce do estatuto de *província ultramarina* pertencente a Portugal, o sistema segregacionista foi tremendamente impulsionado pela disseminação do trabalho assalariado. Visto que na relação senhor/escravo a convivência é um elemento

essencial, na relação patrão/empregado esta se define pelo salário. Com ele, o trabalhador paga seu sustento e moradia. Este fator se torna a causa da separação espacial e física com o seu patrão, pois cada um comprará no mercado imobiliário, a localização que for possível com o capital obtido. Mas neste caso, tinha-se um outro fator agravante para além do sistema educacional precário oferecido pelo Estado através da Igreja, as Portarias que estabeleciam as periferias urbanas para morada de todos os *indígenas*.

Assim se configurou a estrutura urbana no imaginário social em Lourenço Marques, o centro da cidade com todos os seus privilégios era para os *brancos* e para os “brancos de papel” (*mistos* e *mulatos* “assimilados” ricos), a Baixa, depreciada, para os *monhês*, *baneanês*, e alguns *chineses* envolvidos em seu comércio, e os subúrbios para os *negros* ou *indígenas*.

No Rio de Janeiro, a cidade era de “todos”, do morro à Baixa, dos mais nobres sobrados ao mais reles casebre, *brancos*, *mulatos*, *mestiços*, *cafuzos*, *crioulos*, *pardos*, *caboclos*, *africanos* e *pretos*, comungavam o mesmo espaço semeando as ambigüidades, e complexizando as relações binárias do cotidiano entre colonizador e colonizado.

Esta foi a evolução do colonialismo português no ultramar. As duas cidades com um mesmo colonizador, mas em épocas diferentes, experimentaram padrões distintos de urbanização, de segregação espacial e discriminação racial, se por um lado em função de fatores políticos e econômicos, por outro, resultado da flexibilidade e adaptabilidade do perfil português às conjunturas sócio-históricas. Se no Rio, em virtude de uma maior ausência da Metrópole nos assuntos da cidade, a Igreja definiu e modelou o espaço urbano influenciando profundamente as relações sociais com o espaço, em Lourenço Marques, com a forte presença do Estado e com seus interesses econômicos, ela esteve espacialmente ausente, mas ideologicamente presente desde o início de sua missão na cidade. A restauração das relações entre o Estado e a Igreja não mudaram em nada a sua postura nas missões, antes só serviu para reforçar a suposta ideologia *assimilacionista* do colonialismo português.

Conclusão

O que procuro mostrar ao longo da presente dissertação, é como as classificações, categorias, e os respectivos discursos étnicos e “raciais”, em ambas as sociedades no período pós-colonial, são em grande medida, resultantes do tipo de urbanização levada a cabo pelos portugueses em cada uma das cidades. Pelo processo ocorrido no Rio de Janeiro, elas produziram um sistema ambíguo de classificação, ao passo que a experiência de Lourenço Marques resultou num caráter mais bem definido.

As duas cidades, embora tenham tido o mesmo colonizador, elas revelaram processos extremamente diferentes de urbanização. Cada uma delas se definiu pelas peculiaridades dos padrões relacionais no espaço urbano. Tendo diferentes complexidades, foram estas, porém, potencializadas pelas cidades em questão. Daí que, não podemos estudar a cidade, como se se tratasse de um organismo independente dos valores que sobre ela ganham vida. É importante lembrar que ela é, antes de tudo, o resultado das formas que as relações sociais assumem no processo de ocupação do espaço.

Nas duas cidades, o surgimento dos bairros esteve vinculado a uma combinação de fatores políticos, econômicos e religiosos. Com isso, penso que nesse processo, o homem, aparece como agente modelador do espaço numa primeira fase. Entretanto, esta transformação ganha uma certa autonomia e torna-se exterior a ele, no sentido em que este aparece como elemento e não mais como sujeito.

As duas comunidades, deste modo, foram se urbanizando através do tipo de relações que tiveram em espaços específicos. Esse processo, todavia, na sua dinâmica, não foi livre de tensões e de contradições. Mas as mesmas se desenvolveram a ponto de criar mecanismos de superação que se manifestaram entre os diferentes segmentos sociais da cidade. A estratificação, tida como fenômeno comum a todas as sociedades, definiu papéis onde cada um desempenhou suas funções quanto a produção, distribuição e acesso aos recursos e serviços oferecidos pela cidade. E com o intuito de desvelar como essas relações se efeturaram no espaço, de modo a produzir tais caracterizações ambíguas para uma e definidas para outra, foi que tomei três categorias que as considerei importantes para este fim. Assim, analisando o papel da *Igreja*, da *casa* e da *rua* tentei aqui apreender os fatores singulares e as sua aproximações.

Resgatando a experiência urbana de Portugal desde o período medieval, vimos que a Igreja desempenhou um papel importante na fundação de cidades. Daí que muitas vilas foram elevadas a esse status por declaração do rei e da igreja, na figura do papa ou dos bispos. E estas ações, tinham mais um cunho de caráter simbólico e de reconhecimento do que estratégico e de desenvolvimento. Este período em Portugal foi denominado de *manuelino*, muito influenciado pela expansão marítima e pelo contato com outros povos, se caracterizou pelo chamado gótico tardio.

Na segunda fase, já se fez sentir a influência e a participação da engenharia militar na construção ou reconstrução das cidades, e como vimos, também se estendeu para as colônias. Posso considerar estas como tendo sido ações tímidas de orientação barroca do plano, onde se buscava a “formosura do conjunto”, bem como a simetria. É neste período que os conceitos de saúde pública já se fazem presentes.

Estes princípios vão governar as ações urbanísticas a partir deste momento, levando em consideração as questões de localização imbuídas de um caráter ideológico e político, tal como se viu na reconstrução de Lisboa após o terremoto, e como vimos o mesmo se estendeu a Lourenço Marques no final do século XIX, e início do XX. É de se realçar esta adaptabilidade dos portugueses quanto a novas tendências culturais. Se há algo se que pode atribuir como próprio dos portugueses no período colonial, é sua flexibilidade e predisposição a mudanças.

No Rio de Janeiro, ficou evidente o papel da Igreja em sua intervenção urbana. Em dado período, a localização previamente recomendada para os locais sagrados (locais decentes, sítio alto, livre de umidade, bons ventos, fontes de água, entre outros), acabava por se tornar uma condicionante para o tecido urbano, cujo crescimento se dava à custa do patrimônio religioso, ainda que as irmandades mais pobres fossem ocupando os lugares menos privilegiados. Entretanto, o adensamento se deu ao redor desses marcos, porém com o passar do tempo, a laicização resultou em gradativa substituição da Igreja pelo Estado no papel de orientador do espaço construído.

Se por um lado, as ordens e irmandades contribuíram sensivelmente para melhorias urbanas, como obras públicas e configuração da paisagem, de outro, não podemos afirmar que foram capazes de igualar a consideração entre brancos e negros. A igualdade perante Deus não se estendia à vida terrena. Entretanto, o sistema, “conscientemente”,

proporcionava esta agregação religiosa, produzindo um falso entendimento de igualdade entre eles.

O catolicismo tornou-se assim, um ponto de encontro e de confraternização entre as diferentes culturas e segmentos sociais no espaço urbano. Em função do tipo de cristianismo prevalecente entre os portugueses, as diferentes “raças” e etnias no Brasil tenderam a se fundir em uma só comunidade religiosa, onde o sincretismo foi a característica dominante, e aqui, *brancos, negros, índios, pardos, caboclos, crioulos, cafuzos, mulatos e mestiços*, encontravam um espaço de interação e formação de suas identidades e aquisição de status social.

Ainda que alguns autores afirmem que, os representantes do clero viram-se frustrados pelos interesses mercantis da colonização, e pelo hibridismo cultural que a colônia possuía por natureza, outros, por seu turno, acreditam que a lógica evangelizadora dos missionários, não excluía o caráter mercantilista do esforço de colonização, pelo contrário, justificava a compatibilidade entre escravidão e catolicismo. Estas diferentes opiniões só reforçam o caráter também ambíguo do catolicismo no Rio colonial, fato esse que não ocorreu em Lourenço Marques.

Em Lourenço Marques diferentemente, o catolicismo reforçou visivelmente a segregação e cooperou para evitar qualquer forma de interação entre *brancos e negros* como iguais, o que negaria talvez a hipótese, a meu ver, de que a miscigenação ocorrida no Rio Janeiro fosse devido à forte presença da Igreja. Ela era mais uma extensão do Estado levando avante, seu projeto colonial de exploração da mão de obra nativa, em benefício dos colonizadores e da Metrópole portuguesa. Os templos, bem como os rituais religiosos, expressavam esta política segregadora. Logo, a Missão era para o negro, e a igreja no centro da cidade para os brancos e mestiços ricos e “assimilados”.

A casa foi, outra dimensão que no Rio de Janeiro reproduziu bem o modelo de colonização e urbanização da colônia portuguesa nas Américas. Todos compartilhavam do mesmo espaço, o lugar de trabalho era também o da moradia. Isso propiciou a miscigenação e o cruzamento entre os mais diferentes grupos “raciais” e étnicos. Permitiu que entre os dominados ocorresse um conflito “racial” e de luta por *status*, se utilizando do mesmo para auto-promoção e dominação dos escravos de pele mais escura, e que trabalhavam fora de casa, isto é, na rua. A discriminação era dos senhores sobre os escravos e dos escravos entre si.

Em Lourenço Marques, por outro lado, a separação de corpos não permitiu tal conflito. Antes, concordando com Penvenne, o sistema racista vigente promoveu a solidariedade entre os negros. Aos indígenas estava reservado seu espaço nos bairros de caniço ou madeira e zinco. Quando na cidade, estes estariam trabalhando na casa dos patrões portugueses que pelo tipo de relação, não davam lugar para tal concorrência por *status* de forma acentuada, ou alguma diferenciação pela claridade da pele ou *aculturação*. Era uma relação profissional sobre um regime capitalista, onde o salário definia o tipo de habitação e a localização. Já o fato de haver uma maior restrição para a mulher negra, isso já reduzia bastante, a possibilidade de miscigenação entre os portugueses e os africanos, num período avançado da colonização. Logo, a casa do branco era uma, a do indígena outra.

A rua do Rio do Janeiro era o espaço de todos, ainda que esta fosse uma sociedade segregada, quem mais circulava pelas ruas da cidade eram os escravos e ex-escravos. Os grupos dominados, (os escravos como um todo), fizeram da rua e da praça, seus espaços de sociabilidade, assim, esta representava um refúgio contra a disciplina rígida dos senhores. Era o espaço das solidariedades, os ex-escravos formavam seus núcleos e ajudavam os que ainda estavam sob o jugo da escravidão, quando não se tornavam também “senhores” de escravos. Era o espaço das celebrações, das festas religiosas que uniam todos em uma só procissão. Em outras palavras, tanto a maioria da população escrava, quanto à elite dominante, compartilhavam de uma religiosidade comum. Era freqüente ter a elite participando das mesmas festas de rua, junto com os *escravos* e os demais segmentos sociais urbanos. A ritualização religiosa característica da cidade, verificada nas pomposas festas promovidas pelas ordens e irmandades, apontam para uma sociedade fortemente marcada pelas regras peculiares de sociabilidade do Rio colonial. As formas assumidas por ela no seio dos diferentes grupos sociais, estava inserida numa realidade onde as aparências importavam mais do que as evidências. Proporcionavam um espaço onde ocorria uma alternância de papéis sociais, onde os dominados desafiavam publicamente os poderes constituídos.

Já em Lourenço Marques, a rua era o espaço da *promenade* para os brancos, e do terror para os indígenas. Estes vinham à cidade, porque era o único lugar onde podiam obter, através de um emprego, um salário regular para as mais diversas necessidades como, por exemplo, construir uma casa de madeira e zinco, e pagar os elevados impostos. Mas o

terror era a marca da polícia portuguesa do trabalho urbano, e principalmente em relação aos trabalhadores indígenas em posições de confiança, tais como empregados domésticos. O objetivo era por meio de qualquer irregularidade, prendê-los e suprir a necessidade do trabalho forçado conhecido como *chibalo*. Estampado na cor da pele, no vestuário, e no caminhar, para a sua condição de “intruso” no espaço urbano, a rua evidenciava a segregação social vigente. Seu refúgio eram as ruas do subúrbio, lugares mesmo assim de sociabilidade restringida, visto que estavam proibidos a sair de casa depois das nove da noite. Todavia, se tornava o lugar da resistência ao sistema *civilizador* português.

Por tudo acima citado e pelo muito não dito aqui, sustento a hipótese de que a ambigüidade nas classificações e categorizações étnicas e “raciais” no Brasil colonial e pós colonial, em muito refletem o processo de urbanização que ocorreu no Rio de Janeiro (e em certa medida na maioria das cidades coloniais). E por sua vez em Moçambique, o caráter definido das mesmas, igualmente revelam o tipo de urbanização ocorrido em Lourenço Marques, e até certo ponto, um pouco por toda a colônia.

Bibliografia:

ABREU, Maurício de A. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

ACTA APOSTOLICAE, Sedes 32 Diário do Governo, 1.ª Série, n.º 158, de 10 de Julho de 1940.

ALEXANDRE, Valentim. **Origens do Colonialismo Português Moderno**. 1ª ed. Lisboa: Sá da Costa Editora, vol. III, 1979.

ALVIM, Sandra P. de Faria. **Arquitetura Religiosa Colonial no Rio de Janeiro**: plantas, fachadas e volumes. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ: Prefeitura do Rio de Janeiro, 1999. Vol. II.

ARENDRT, Hannah. **A Condição Humana**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2004.

Arquivo Histórico de Moçambique – AHM. Seção A – cx. 358, Diversos – 1913 – Ofício 37, *Do Superior da Missão de Santo António de Macassane, Manoel Cruz Boavida, ao Secretário Geral, de 07/05/1913.*

----- – AHM. Seção A – cx. 358, Diversos – 1913 – Ofício 37, *Do Superior da Missão de Santo António de Macassane, Manoel Cruz Boavida, ao Secretário Geral, de 07/05/1913.*

----- Secção D – Fomento e Colonização: *Do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar ao Governador Geral de Moçambique*, de 10 de junho de 1907.

BARTHES, Roland. **Aula**. 8ª ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2000.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire, Um Lírico no Auge do Capitalismo**. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. 18ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

BRÁS, Eugénio J. **Lourenço Marques e Cultura Urbana no Período Colonial**. Brasília: UnB/SOL, 2002. (Monografia).

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
----- **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRITO, R. S., **Lisboa: Esboços geográficos**. In: Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa, 82 (1966).

BUENO, Beatriz P. Siqueira. **Particularidades do Processo de Colonização da América Espanhola e Portuguesa**. In: ANAIS: IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo Vol. I. (Org.) MACHADO, Denise B. Pinheiro. 1996.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Reprodução do Espaço Urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CHAVES, Rita. **Mafalala, a terra de outros mulatos** (Artigo). Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas – USP, São Paulo, 1998.

CLARENCE-SMITH, Gervase. **O Terceiro Império Português (1825 – 1975)**. Lisboa: Ed. Teorema, 1985.

CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DO PLANEAMENTO URBANO DA GRANDE MAPUTO. Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico. Maputo, 1995.

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA E PROBLEMAS DA URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE MAPUTO. Série População e Desenvolvimento. Doc. Nº 15, Comissão Nacional do Plano. República de Moçambique, Maputo, 1992.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas**. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2000.

CORREIA, José Eduardo Horta, **A Administração do Marquês de Pombal: O comércio e as Companhias Privilegiadas**. Lisboa: Of. do Instituto Superior de Ciências Econômicas e Financeiras, 1931.

COULON, Alain. **A Escola de Chicago**. Campinas: Editora Papyrus, 1995.

DEBRET, Jean- Baptiste – **estadão.com.br.url** -www.estadao.com.br/ext/debret/catalogo.htm – (Pagina acessada em 15/04/2006)

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. 2ª ed. São Paulo: Editora Martins Fontes. 1999.

-----, **Algumas Formas Primitivas de Classificação**. In: MAUSS, Marcel. **Ensaio de Sociologia**, 2ª ed. Editora Perspectiva, São Paulo, 1999.

-----, **Da Divisão Social do Trabalho**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2000.

ENES, António. **MOÇAMBIQUE**. Relatório apresentado ao governo. 4ª edição fac-similada de 1946. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1971.

FAORO, Raimundo. **Donos do Poder: Formação do Patronato Político**. 9ª ed. São Paulo: Editora Globo, 1991.

FERRARE, Josemary. **Marechal Deodoro: Um Itinerário de Referências Culturais**. Maceió: Catavento, 2002. (Artigo).

FERREIRA, Eduardo De Sousa. **O Fim de Uma Era: O colonialismo Português em África**. 1ª ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1977.

FERREIRA, Flávio. **Cidades Coloniais Brasileiras e Espanholas na América: Uma Abordagem Comparativa.** In ANAIS: IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo Vol. I. (Org.) MACHADO, Denise B. Pinheiro. 1996.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Núcleos Urbanos Criados por Pombal no Brasil do Século XVIII.** In ANAIS: IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo Vol. I. (Org.) MACHADO, Denise B. Pinheiro. 1996.

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Mariana e o Urbanismo Português do Século XVIII.** In ANAIS: IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo Vol. I. (Org.) MACHADO, Denise B. Pinheiro. 1996.

FOULCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** 15ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000.

----- . **A Ordem do Discurso.** 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Outras Visões do Rio de Janeiro Colonial.** Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2000.

FRANÇA, José-Augusto. **Lisboa Pombalina e o Iluminismo.** 2ª ed. Lisboa: Livraria Bertrand, 1977.

FREYRE, GILBERTO. **Sobrados e Mucambos.** 12ª ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, 2000.

----- . **Casa Grande e Senzala.** 42ª ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, 2001.

FRIDMAN, Fania. **Donos do Rio em Nome do Rei.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores & Editora Garamond, 1999.

----- . **Breve História do Debate Sobre a Cidade Colonial Brasileira.** In:

-----.& FERREIRA, Mário S. Natal. **Cidade Flutuante: Os Portos do Rio de Janeiro Colonial**. In: ANAIS: IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo Vol. I. (Org.) MACHADO, Denise B. Pinheiro. 1996.

FRY, Peter (Org.) **Moçambique Ensaios**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

GASPAR, Jorge. **A Morfologia Urbana de Padrão Geométrico na Idade Média**. Lisboa: *Finisterra*, Vol. IV-8, CEG: p. 198 -215, 1969.

HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE. Maputo: Livraria Universitária, vol. I, 2000.

----- . Maputo: Livraria Universitária, vol. II, 2000.

História de Moçambique: Moçambique no auge do colonialismo 1930 – 1961. Livraria Universitária. Universidade Eduardo Mondlane, Maputo 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

JUNOD, Henri-Alexandre. **A Vida de Uma tribo Sul-Africana**. Lisboa: Tipografia Minerva de Gaspar Pinto de Sousa & Irmãos, 1917

LANNA, Ana Lúcia Duarte. **Cidade Colonial, Cidade Moderna no Brasil: Pontos e Contrapontos**. In: ANAIS: IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo Vol. I. (Org.) MACHADO, Denise B. Pinheiro. 1996.

LAPA, José Roberto do Amaral. **O antigo Sistema Colonial**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

LAPEYRONNIE, Didier. **La Villes en Miettes**. In: Villes bonnes à vivre, Villes invivables: Urbanisme, utilitarisme et démocratie. La Découverte/M.A.U.S.S. N° 14, 1999 p. 27.

LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2001.

LINS, António J. P. Sampaio. **Subúrbio e Periferia: Segregação Espacial e Cultural no Rio de Janeiro Quintino Bocaiúva – Um Estudo de Caso**. In ANAIS: IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo Vol. II. (Org.) MACHADO, Denise B. Pinheiro. 1996.

LIRA, José T. Correia de. **O Oriente é aqui: A Cidade Mestiça de Gilberto Freyre**. In: ANAIS: IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo Vol. I. (Org.) MACHADO, Denise B. Pinheiro. 1996.

LOBATO, Alexandre. **Quatro Estudos e Uma Evocação para a História de Lourenço Marques**. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1961.

----- . **Lourenço Marques, Xilunguine**. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1970.

LUIS, Norton. **A corte de Portugal no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938

MANNHEIM, Karl. **Sociologia da Cultura**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001

MACAGNO, Lorenzo. **Um Antropólogo norte-americano no << mundo que o português criou >> Relações Raciais no Brasil e Moçambique segundo Marvin Harris**. Lusotopie, 1999.

MACEDO, Sergio D Teixeira de. **Memórias do Rio: A historia da Guanabara**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1964.

MAGGIE, Yvonne & REZENDE, Claudia Barcelos. **Raça Como Retórica, A Construção da Diferença**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARQUES, A. H. de Oliveira. **A Sociedade Medieval Portuguesa**. 3ª ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1974.

MARTINS, Manuel Gonçalves. **O Estado Novo e a Igreja em Portugal (1933 – 1974)**. IV Congresso Português de Sociologia. Coimbra 2002. (Artigo)

MARX, Murilo. **A cidade brasileira**. São Paulo: Editora Melhoramentos / EDUSP, 1980.

MATHIAS, Herculano Gomes. **História Ilustrada do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint, 1966.

MATTA, Roberto da. **A Casa e a Rua**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.

MAUSS, Marcel. **Ensaio de Sociologia**. 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

MENDES, Maria Clara. **Varição Espacial da Densidade de População Urbana em Lourenço Marques**. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. 1976.

MONDLANE, Eduardo. **LUTAR POR MOÇAMBIQUE**. Lisboa, 1975.

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1998.

MONTEIRO, Maurício. « **Apolo e Dioniso na corte do Rio de Janeiro** », *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Número 6 - 2006, mis en ligne le 17 mars 2006, référence du 19 avril 2006, disponible sur : <http://nuevomundo.revues.org/document1947.html>. (Página acessada em 26/01/2006.

NEWITT, Malyn. **História de Moçambique**. Portugal: Publicações Europa-América, 1997.

NOVAIS, Fernando A. (Dir.) SOUZA, Laura de Melo (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

NÓBREGA, Cláudia. **São Sebastião do Rio de Janeiro: A construção de uma Cidade-Capital no Brasil Colonial.** (Tese) Universidade Federal do Rio de Janeiro, IPPUR, 2003.

NUNES, Brasilmar Ferreira. **Brasília: A Fantasia Corporificada.** Brasília: Paralelo 15, 2004.

OLIVEIRA, João Carlos de. **A Casa e a Rua: Fruto do Trabalho Social ou Local de Dominação?** In ANAIS: IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo Vol. II. (Org.) MACHADO, Denise B. Pinheiro. 1996.

OMEGNA, Nelson. **A Cidade Colonial.** Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1961.

PALLAMIN, Vera M. (Org.) LUDEMANN, Marina (Coord.) **Cidade e Cultura: Esfera Pública e Transformação Urbana.** São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

PARK, Robert Ezra. **Human migration and the marginal man.** American Journal of Sociology, no. 33, 1928.

PAQUOT, Thierry, Lussault, Michel & Body-Gendrot, Sophie (dir). **La Ville et l'Urbain l'état des savoirs.** Éditions La Découverte, Paris XIIIe, 2000.

PARSONS, Talcott. “**Uma Abordagem Analítica da Teoria da Estratificação Social**” in: *American Journal of Sociology*, maio, 1940, pp. 841-862.

PÉLISSIER, René. **História de Moçambique: Formação e Oposição (1854 – 1918).** Lisboa: Editora Estampa, vol. I, 1987.

----- . **História de Moçambique: Formação e Oposição (1854 – 1918).** Lisboa: Editora Estampa, vol. II, 1987.

PENVENNE, Jeanne. **Trabalhadores de Lourenço Marques (1870 – 1974).** Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1993.

PINHEIRO, Alves. **Moçambique é Portugal**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora, 1965.

PINHEIRO, Heloísa Petti & GOMES, Marco Aurélio A. de F. (Orgs) **A Cidade Como História**. EDUFBA – PPG- AU/FAUFBA, Salvador, 2005.

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malés em 1835**. Edição Revista e Ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição estudo da Evolução Urbana no Brasil 1500 – 1720**. 2ª ed. São Paulo: Pini, 2000.

REVISTA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS. **Espaços e Debates. Imagens e Representações da Cidade**. Ano IX-1989 nº 27.

REVISTA. **ARQUIVO**, Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique. Maputo, Nº 9, Abril de 1991.

ROCHA, Diocleciano F. N. Ilídio. **Das Terras do Império Vátua às Praças da República Bôer**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987.

ROCHA, Aurélio. **Associativismo e Nativismo em Moçambique: Contribuição para o Estudo do Nacionalismo Moçambicano (1900 – 1940)**. Maputo: Editora Promédia, 2002.

ROLNIK, Raquel. **O que é Cidade**. 1ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

RUGENDAS, Johann Moritz. **www.cliohistoria.hpg.ig.com.br/bco_imagens** (Página acessada em 15. 04. 2006.)

SANTANA, José Carlos Barreto de. **Mestiços no País dos Espelhos e o que eles viram lá**. *Sitientibus*, Feira de Santana, N 13, p. 57 – 68, Julho a Dezembro de 1995. (artigo)

SANTOS, Milton. **Ensaio sobre a urbanização latino-americana**. São Paulo: Hucitec, 1982.

SANTOS, Norberto Teixeira. **Avaliação Nutricional da População Infantil Bantu (0 – 5 Anos) de uma zona suburbana da Cidade de Lourenço Marques**. (Tese) Lourenço Marques, 1974.

SENNET, Richard. **Carne e Pedra**. 3ª ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, 2003.

SIMMEL, Georg, “**Digressions sur l'étranger**”. In Y. Grafmeyer e I. Joseph (Orgs.) *L'École de Chicago: naissance de l'écologie urbaine*. Paris: Aubier Montaigne, 1984.

STONEQUIST, Everett V. **The Marginal Man**. New York: Russel & Russel INC, 1961.

TUMIN, Melvin M. **Estratificação Social**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1970.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Cultura, Religião e Escravidão na Bahia (1549 – 1888)**. In: ANAIS: IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo Vol. I. (Org.) MACHADO, Denise B. Pinheiro. 1996.

VELHO, Otávio Guilherme, PALMEIRA, Moacir, G.S. & BERTELLI, Antônio R. (Orgs.) **Estrutura de Classes e Estratificação Social**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VIANNA, Hélio. **Espaço, História e Tradição: O Compound Africano e a Construção de Identidades no Candomblé Carioca**. In: ANAIS: IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo Vol. I. (Org.) MACHADO, Denise B. Pinheiro. 1996.

WARE, Vron. **Branquidade: Identidade Branca e Multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Editora Garamond Universtária, 2004.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília, DF: Editora UnB, 1999, vol. II.

----- . **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 15ª ed. São Paulo: Editora Pioneira, 2000.

----- . **Metodologia das Ciências Sociais**. 4ª ed. São Paulo: Editora Cortez.: Editora da Unicamp. Vol. I, 2001.

----- . **As Causas Sociais do Declínio da Cultura Antiga**. In: Cohn, Gabriel.(Org.) Weber: Sociologia. 7ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2001.

WEST, Cornel. **Questão de Raça**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

WILHEIM, Jorge. **Cidades: O Substantivo e o Adjetivo**. 3ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

WIRTH, Louis **O Urbanismo como Modo de Vida**. In: VELHO, Otávio G. (org.) O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987

ZAMPARONI, Valdemir. **Monhés, Baneanes, Chinas e Afro-maometanos: Colonialismo e Racismo em Lourenço Marques, 1890 – 1940**. Lusotopie, 2000.

----- . **Deus branco, almas negras: colonialismo, educação, religião e racismo em Moçambique, 1910 – 1940**. In: Entre Narros e Mulungos – Colonialismo e Paisagem Social em Lourenço Marques. (Tese) USP, São Paulo, 1998.